

Reagrupamento Revolucionário



Ano III

Terceiro trimestre de 2013

Nº05

Revolta de massas no Brasil



LER-QI e sua ruptura incompleta com o morenismo



P. 07

Debate com PSTU o sobre as “delegacias da mulher”



P. 18

Por autodefesas combativas e liderança proletária nas lutas:

Revolta de Massas no Brasil

23 de junho de 2013

Nas últimas duas semanas, centenas de milhares de pessoas tomaram as ruas de diversas cidades do Brasil em um levante como há muito não se via. Tudo começou com manifestações nas principais capitais do país organizadas contra o aumento das passagens de ônibus, destacando-se a atuação em São Paulo do Movimento Passe Livre (MPL). A brutalidade policial com que essas manifestações foram reprimidas - que incluiu tiros de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e até mesmo alguns casos de uso de munição letal - não gerou o resultado esperado e fez com que ainda mais pessoas fossem às ruas. Dessa forma, o que começou com protestos relativamente pequenos contra o aumento na tarifa de ônibus se transformou em uma rebelião de proporções nacionais, com milhões tomando as ruas.

Um dos fatores responsáveis pelo crescimento do movimento é o aumento galopante do custo de vida provocado pelo retorno da inflação aos bolsos dos trabalhadores. E combinado a ele está toda a opressão e exploração que tem acompanhado a preparação para os grandes eventos esportivos que serão sediados no Brasil. Estes acarretaram muitas remoções de moradias populares nas cidades onde ocorrerão os jogos e a especulação imobiliária gerou um assombroso aumento dos preços dos aluguéis e imóveis. No Rio de Janeiro, a resistência contra a remoção da “Aldeia Maracanã” se tornou um símbolo dessa situação, mas foi derrotada. E na esteira de toda a repressão às tentativas de resistência, vem a imposição da “Lei Geral da Copa”, que torna greves e manifestações ilegais durante a realização de tais eventos.

Os “megaeventos” também geraram gastos públicos bilionários com estádios, enquanto as condições públicas de saúde e educação acessíveis à população trabalhadora são muito distantes da imagem de “Brasil Potência” apregoada pela propaganda oficial do governo brasileiro. Assim, a luta contra o preço dos transportes foi apenas o estopim, que combinado à indignação frente à violência policial, gerou a explosão de raiva popular que presenciamos no momento.

O risco de transformação da revolta em despolitização nacional-pacifista

A popularização do movimento ficou evidente quando, no último dia 13 de junho, uma marcha histórica levou cerca de 130 mil manifestantes às ruas do Rio de Janeiro. Nesse mesmo dia, milhares ocuparam o teto do prédio do Congresso em Brasília, outros tantos marcharam em direção ao estádio “Mineirão” em Belo Horizonte, e muitos mais lotaram mais uma vez as avenidas e ruas de São Paulo. No Rio de Janeiro houve uma batalha contra a PM, insuflada por todo o ódio acumulado após anos de repressão brutal, e que fez parte do efetivo policial ter de recuar sob uma chuva de pedras e se refugiar no prédio da Assembleia Legislativa, que por pouco não foi ocupado pelo mar de gente que se colocou ao seu redor.

Diante desse vertiginoso crescimento, houve mudanças importantes na dinâmica do movimento. As

organizações e partidos de esquerda, que deram um grande impulso ao movimento em seu início, quando a questão das passagens de ônibus ainda era a pauta central, foram secundarizadas pela entrada em cena de muitas massas que nunca haviam se posto em luta. Essa massa de gente é largamente composta de setores com ideias vagas ou deformadas de quem são os seus verdadeiros inimigos e de como combatê-los. As classes dominantes, através de seus instrumentos midiáticos, policiais e governamentais, resolveram adotar uma nova estratégia para conter e controlar a explosão de ira.

Os grandes conglomerados brasileiros de imprensa, que antes criminalizavam sem perdão todos os protestos, pedindo mais policiais e mais repressão, mudaram nitidamente de tática após os atos continuarem aumentando. Esses instrumentos burgueses passaram a tentar orientar as manifestações para que elas adquirissem um tom absolutamente inócuo e despolitizado, alterando drasticamente a forma como tratavam as notícias dos protestos. Os oligopólios de notícias passaram a buscar sistematicamente destruir o conteúdo originalmente progressivo das manifestações, e para isso estabeleceram duas divisões fundamentais ao falar do assunto: a primeira, entre o que chamam de uma “minoridade de vândalos”, contraposta a uma maioria “pacífica”; e a segunda, entre os partidos de esquerda, contrapostos ao “povo”.

A imprensa burguesa condena repetidamente em seus telejornais os atos de radicalidade contra a polícia e os prédios de governo, os bancos e etc., taxando-os de “vandalismo” e “baderna”. Ao mesmo tempo, elogia sentimentos de amor ao Brasil, de “paz” e de harmonia com a ordem, e coloca o questionamento da “corrupção” em abstrato e o uso da bandeira brasileira como os maiores símbolos de tudo que vem ocorrendo. Assim, desviam o foco da ira popular dos alvos iniciais (os empresários, os governos e os símbolos físicos de seu poder) e tentam

Índice

Revolta de Massas no Brasil	[p. 03]
LER-QI: ruptura incompleta com o morenismo	[p. 07]
PSTU e as “delegacias da mulher”	[p. 18]
Sobre feminismo e “feminismo”	[p. 22]
PCO, Altamirismo e as frentes populares	[p. 26]
A LBI capitula ao chavismo	[p. 35]
Eleições do DCE da UFRJ	[p. 41]

Reagrupamento Revolucionário

Blog temporário: reagrupamento-rr.blogspot.com

Site (com seção em português): reagrupment.org

Rio de Janeiro: Cx. Postal 50001 - RJ, 20050-971

reagrupamento.revolucionario@gmail.com

Nova York: P.O. Box 542 - Brooklyn, 11204

revolutionary_reagrupment@yahoo.com

transformar os protestos num grande misto de festa verde-amarela, pacifismo e despolitização.

Enquanto nós não reivindicamos ações individuais de violência sem critério, consideramos absolutamente justos os ataques direcionados contra alvos opressores, como sedes do poder de Estado e também a polícia, especialmente quando partem de um movimento de massas amplo. Esse tipo de ação, ao contrário do que retrata a mídia, contou com apoio de grande parte dos manifestantes e, muitas vezes, era uma forma espontânea de defesa contra os ataques brutais da repressão policial. Defendemos os “vândalos” contra os verdadeiros assassinos - as forças de repressão do Estado.

A outra investida ideológica da burguesia tem sido insuflar os sentimentos de “partidofobia”, um ódio irracional a *todo e qualquer tipo* de partido político, que procura principalmente igualar os partidos da classe trabalhadora com todo o mal que existe na política institucional. Assim, já nas marchas do dia 13 de junho, isso fez com que houvesse atos de hostilidade àqueles que carregavam bandeiras vermelhas e começaram a surgir sentimentos tipicamente manipulados pela direita, como “nossa bandeira é a bandeira do Brasil”.

Os governos também se reorientaram. Após ficar claro que o movimento continuaria crescendo e as marchas se multiplicando, os prefeitos de várias cidades anunciaram a revogação do aumento da passagem. Às vésperas do segundo grande ato nacional, que ocorreu no dia 20 de junho, os governos do Rio de Janeiro e de São Paulo anunciaram quase que simultaneamente que as tarifas retornariam ao preço anterior, mas a diferença seria paga aos empresários com dinheiro público.

Em um misto de comemoração pela vitória parcial, mas manutenção do sentimento de repúdio contra as variadas injustiças sociais do nosso país, uma multidão ainda maior saiu às ruas. No Rio de Janeiro estima-se que o número de pessoas nas ruas passou de um milhão. Porém, foi uma marcha muito diferente das outras.

A revogação do aumento fez com que certo vazio programático tomasse conta dos protestos. Os setores da esquerda organizada tinham clareza de que a luta deveria continuar até que o aumento fosse revogado de forma que as empresas não recebessem um centavo de verba pública. Mas as organizações da juventude e da classe trabalhadora se tornaram rapidamente minoritárias nas ruas.

Dessa forma, ao invés de uma ampliação da pautas para combater o aumento dos custos de vida e atacar os lucros da burguesia, o que se viu foi que, cada vez mais cooptados pelo discurso veiculado pela mídia, milhares trajavam roupas brancas em prol da “não violência”, além de carregarem a bandeira brasileira e entoarem o hino nacional. A mídia havia conseguido em grande medida impor às manifestações um tom ideológico de caráter nacional-pacifista e antipartido, sem demandas progressivas claras, e com palavras de ordem vazias e abertas à manipulação por setores da burguesia, como “abaixo a corrupção”.

Essas operações ideológicas não significaram uma interrupção do uso das forças de repressão. Nos grandes protestos do dia 20 de junho, o terror policial atingiu níveis extremos contra toda e qualquer expressão de

resistência. No Rio de Janeiro se repetiram relatos de uso de munição letal, além da presença nas ruas de batalhões de choque e dos odiosos “Caveirões” - os veículos blindados da polícia que atuam no extermínio da juventude pobre e negra das favelas. Além disso, fica cada vez mais notória a presença de agentes infiltrados que buscam desestabilizar os protestos com atos de violência, tanto destinados a “justificar” a repressão policial, quanto a atacar as organizações sindicais e partidárias, expulsando-as das marchas.

Diante das mudanças, o que fazer?

A classe dominante atua em duas frentes. Através dos governos e da imprensa ela busca influenciar as manifestações para que se tornem politicamente vazias e propícias a manipulação: buscam impedir que surjam demandas ou lideranças proletárias, baseadas em uma pauta que ataque os lucros dos patrões. Ao mesmo tempo, mantém intensa repressão policial contra os setores radicalizados das massas que atacam alvos governamentais ou resistiam à violência policial, e também infiltram agentes nas manifestações para atacar diretamente os partidos de esquerda e os sindicatos.

A esquerda que participa das lutas dos oprimidos e explorados não estava à altura de influenciar as enormes marchas e isso ocorreu principalmente pelo caráter extremamente heterogêneo e múltiplo que elas assumiram ao crescer. O sentimento antipartido que tomou conta de muitos que estão saindo às ruas parte da desilusão com os partidos da ordem e da burguesia, mas está se voltando contra os “partidos em geral”, inclusive aqueles que sempre estiveram presentes nas lutas populares e operárias. Esse sentimento foi claramente instrumentalizado pela burguesia e pela mídia corporativa para atacar as organizações do proletariado e cooptar os protestos.

Essas novas tendências que surgem precisam de uma firme resposta da classe trabalhadora e de suas organizações. O conteúdo atual das manifestações tem sido largamente influenciado por sentimentos que podem fazer retroceder a luta. Está em aberto o rumo que tomará esse movimento. Exatamente por isso, é necessário reorientar a insatisfação popular com um programa aberta e claramente proletário e, portanto, antiburguês. Só existe uma alternativa para que essa enorme força social que foi liberada nas ruas não seja



Carro da emissora Record queimado durante protesto: a mídia burguesa tem atuado sistematicamente na criminalização dos setores radicalizados (“vândalos”) e falsificado informações. [imgur.org]

dirigida pela burguesia: que a classe trabalhadora entre em cena enquanto uma força política organizada.

Isso se faz colocando os sindicatos em peso nas ruas, garantindo a todo custo o direito de expressão das organizações e partidos da classe trabalhadora, onde quer que estejam, e realizando ações exemplares como greves e piquetes com programas classistas. Dessa forma o proletariado se mostrará enquanto uma alternativa à massa confusa, entre a qual muitos são trabalhadores precários e de categorias sem sindicatos.

Um “Dia Nacional de Luta” já vem sendo articulado por algumas entidades sindicais, como a CSP-Conlutas, para o próximo dia 27 de junho. Mas essa iniciativa deve ser urgentemente expandida para o máximo número possível de sindicatos e não se limitar a apenas um dia de paralisações, mas se estender enquanto durarem os protestos.

A melhor forma de organizar a inserção em peso do proletariado nas manifestações e de derrotar os rumos que a burguesia tenta estabelecer é através da realização de assembleias em cada empresa e fábrica, bem como nas escolas e universidades onde os alunos se solidarizem com a luta dos trabalhadores, para discutirem pautas locais e gerais. Desde cada local de trabalho, estudo e também de moradia (principalmente nas periferias e favelas) devem ser eleitos delegados com mandatos revogáveis, que propiciem uma unificação através de assembleias regionais e nacionais. Erguendo-se enquanto força organizada, a classe trabalhadora seria capaz de direcionar a revolta de todos os explorados e oprimidos contra a classe dominante e realizar uma profunda transformação social.

O maior obstáculo para isso são os burocratas que estão à frente dos sindicatos, que os mantêm fortemente adormecidos diante de uma gigantesca manifestação popular. Prova clara disso é que poucos sindicatos tem estado presentes com colunas próprias nos protestos. O engessamento dessas entidades, após anos sob o controle de direções que se limitam a lutas corporativas e econômicas, tem feito com que até o momento a classe trabalhadora (enquanto força organizada) esteja à margem de tudo que vem acontecendo.

É por esse motivo que se faz extremamente atual a luta pela formação de um partido revolucionário de trabalhadores. Uma organização desse tipo lutaria por um programa socialista e proletário nos sindicatos e nas ruas, buscaria influenciar a classe trabalhadora para que esta liderasse as classes médias e dirigisse toda a revolta popular contra seus verdadeiros inimigos: os patrões e os governos.

Ao mesmo tempo em que lutasse por reformas que interessam ao proletariado, um partido revolucionário apontaria a necessidade de um governo direto de trabalhadores, sobre as ruínas do atual Estado, para garantir os interesses centrais dos explorados e oprimidos. Isso é exatamente o que a burocracia sindical impede que aconteça, seja por conta de seus setores que possuem rabo preso (financeira e/ou ideologicamente) com os patrões e o Estado, seja por conta daqueles que se pautam um programa oportunista, que é socialista nas palavras e reformista na prática.

Ataques ao movimento dos trabalhadores: uma questão de vida ou morte

Na última marcha unificada (20 de junho), no Rio de Janeiro, em São Paulo e em algumas outras cidades, a esquerda formou um “bloco vermelho” para evitar as hostilidades presenciadas nos atos anteriores, e garantir que pudesse erguer claramente suas bandeiras e entoar suas palavras de ordem. Compuseram esse bloco os partidos e grupos da classe trabalhadora, militantes de federações sindicais, entidades estudantis e também membros do MST, num esforço de garantir seu direito democrático de expressão política.

No protesto do Rio de Janeiro, bandos bem organizados, armados com paus, pedras e bombas caseiras, atacaram o “bloco vermelho”. O mesmo se repetiu em São Paulo e em algumas outras capitais. Desde o início, esse bloco reacionário tinha a intenção de atacar fisicamente a esquerda e os sindicatos. Eles parecem ser um misto de agentes policiais infiltrados, fascistas, lumpens e criminosos pagos para se juntarem à turba provocadora. Em São Paulo já foi comprovada a presença de ao menos dois grupos de skinheads fascistas e o uso de armas típicas da polícia, como spray de pimenta e bombas de efeito moral.

O objetivo desses bandos é claramente pautado pelos interesses mais reacionários, destila ódio contra o proletariado e suas organizações de classe - os partidos e sindicatos. No protesto, eles buscaram forçar os partidos e sindicatos a baixarem suas bandeiras vermelhas, perseguiram militantes com símbolos revolucionários ou mesmo vestidos em roupas vermelhas e cantaram slogans de ódio como forma de agredir o proletariado e suas organizações e incitar as massas contra eles.

Não se deve confundir o sentimento antipartido das massas, que é fruto de uma identificação ingênua de todo e qualquer tipo de partido com a corrupção burguesa e as injustiças sociais, com este bando de mercenários e arruaceiros mantidos pela polícia e por grupos fascistas. Eles buscam se aproveitar do baixo nível de consciência das manifestações para confundi-las e lança-las contra o movimento proletário; não são pessoas comuns, movidas por ignorância e que deveríamos disputar politicamente, e sim um pequeno grupo de agentes preparados para o confronto a qualquer custo. Existe uma diferença entre a falta de consciência de classe daqueles que vestem a bandeira verde e amarela, e a corja que vai às ruas com bombas caseiras e barras de ferro para agredir o proletariado organizado.

Por isso mesmo, enquanto achamos que o convencimento e o debate político se faz muito necessário para elevar o nível político baixíssimo das massas, não achamos que seja possível nenhum tipo de “diálogo” com esses bandos assassinos. ***Devemos responder na mesma altura! Os partidos e organizações agredidos, os sindicatos, o movimento sem-terra, etc. precisam se organizar em frente única para garantir sua autodefesa.*** Nesse momento, não pode haver a menor concessão a expectativas socialpacificistas: se não se preparar para se defender fisicamente contra esses bandos violentos reacionários, os trabalhadores serão incapazes de se manter nesse movimento, pois serão



“Bloco Vermelho”: as defesas amadoras devem ser substituídas por comitês combativos de auto-defesa, que garantam a segurança contra a polícia e contra reacionários. [pstu.org]

repetidamente vencidos pelas colunas da reação e a burguesia poderá cada vez mais controlar o movimento e dirigi-lo para objetivos inócuos ou mesmo reacionários. Infelizmente, foram poucos os grupos que até agora falaram em autodefesa. Já nós, nos pautamos pela tradição combativa do proletariado revolucionário e de seus líderes históricos, um dos quais afirmou que:

“Para poder lutar, é preciso conservar e reforçar os instrumentos e meios de luta: as organizações, a imprensa, as reuniões, etc. O fascismo os ameaça, direta ou indiretamente. Ainda é muito fraco para lançar-se à luta direta pelo poder; mas é bastante forte para tentar abater as organizações operárias, pedaço a pedaço, para temperar seus grupos nesses ataques, para semear nas fileiras operárias o desalento e a falta de confiança em suas próprias forças. Mais que isso, o fascismo encontra auxiliares inconscientes em todos aqueles que dizem que a ‘luta física’ é inadmissível e sem esperanças, e que reclamam de Doumergue o desarmamento de seus guardas fascistas. Nada é tão perigoso para o proletariado, especialmente nas condições atuais, que o veneno açucarado das falsas esperanças. Nada aumenta tanto a insolência dos fascistas quanto o brando ‘pacifismo’ das organizações operárias. Nada destrói tanto a confiança das classes médias no proletariado quanto a passividade expectante, a ausência de vontade para a luta.”

— Leon Trotsky. “Aonde vai a França?”, 1934.
<http://marxists.org/portugues/trotsky/1934/franca/cap02.htm#ti9>

Apesar da derrota humilhante sofrida pela esquerda do Rio de Janeiro no dia 20 de junho, a turba de reacionários estava em nítida minoria. Se houvesse um bloco classista bem organizado e sem ilusões socialpacifistas, o resultado certamente teria sido outro. Se a única resposta que dermos aos que querem nos agredir forem os cantos de “sem violência”, o proletariado será facilmente esmagado. É uma questão de vida ou morte - trata-se de nossas cabeças, de garantir nosso direito de ir às ruas, que é nosso meio natural, com nossas bandeiras e símbolos de luta. **Está na ordem do**

dia formar a autodefesa da classe trabalhadora e de suas organizações partidárias, sindicais e de todas as organizações de luta contra a opressão! É necessário estabelecer destacamentos bem preparados que revidem com todos os meios necessários a estes ataques reacionários!

A primeira tarefa do proletariado, para que este possa ter qualquer perspectiva à frente, é garantir seu direito de levantar suas bandeiras, de discutir sua política e de apresentar suas organizações. As piores derrotas são aquelas sem luta. E foi praticamente isso que se viu nesses ataques. Em determinado momento, os próprios partidos de esquerda, numa vã esperança de acalmar seus inimigos, aceitaram baixar e esconder suas bandeiras vermelhas. Ao menos no Rio de Janeiro, onde estivemos, foi nesse momento que o bando reacionário se sentiu ainda mais confiante e atacou com todas as forças o movimento dos trabalhadores. Vimos uma minoria violenta bem preparada derrotando os trabalhadores e estudantes classistas em número muito superior porque estes não se organizaram para se defender. Isso não pode se repetir!

No Rio de Janeiro, o “bloco vermelho” foi expulso do ato, sendo forçado a ir para frente da marcha e dispersar na altura do prédio da Prefeitura, onde teve que se desfazer para fugir dos ataques. Depois disso, quando o resto da marcha chegou à Prefeitura, entrou em ação a PM, a Tropa de Choque e o BOPE - que reprimiram brutalmente os manifestantes. Cenas horripilantes se seguiram, como o uso de munição letal, chuva de bombas de gás, a invasão da emergência de um hospital onde havia manifestantes feridos sendo socorridos e o cerceamento de dois prédios da UFRJ, onde muitos haviam se refugiado. Prisões ocorreram aos montes e confrontos se espalharam por toda a extensão do centro da cidade, com um enorme aparato repressivo sendo posto em uso. A expulsão dos sindicatos e partidos de trabalhadores da manifestação os privou por completo de qualquer influência nos eventos que se seguiram e nos quais poderiam ter cumprido um papel importante na resistência aos ataques policiais.

O rumo das atuais manifestações não está decidido. Se a participação e liderança do movimento dos trabalhadores não forem garantidas, não haverá nenhuma saída progressiva. O primeiro passo para desfazer a confusão antipartidária das massas é derrotar o bando reacionário que nos quer expulsar a força das manifestações. Acreditamos que também é necessário que o movimento operário estabeleça demandas claras e busque reorganizar suas forças em meio à massificação sem um conteúdo político claro que tem tomado as ruas.

O ovo da serpente mostrou que está sendo gestado. Ou ele é destruído, como heroicamente os trabalhadores brasileiros fizeram em 1934 (ao dismantelarem um comício fascista da Ação Integralista Brasileira, no que ficou conhecido como a “Revoada das Galinhas Verdes”) ou ele irá chocar. Apenas uma determinação revolucionária orientando o proletariado será capaz de arrastar as massas confusas e as classes médias para longe de ideologias reacionárias.

Por um programa proletário revolucionário!

Houve uma mudança na composição e nível de esclarecimento político com relação a protestos anteriores e as manifestações de massa que seguem acontecendo diariamente pelo Brasil não podem, nesse momento, ser definidas nem como intrinsecamente progressivas nem como intrinsecamente reacionárias. Seu caráter definitivo ainda não foi definido e, portanto, deve ser disputado. Para isso, devemos evitar dois tipos de atitudes.

Uma delas é adotar uma postura passiva de apoiar acriticamente manifestações extremamente heterogêneas e sem conteúdo político claro, onde se misturam elementos de variados interesses de classe e políticos. Outra é simplesmente descartar tais protestos como “ações fascistas de massa”. Os grupos fascistas ou de extrema-direita não tem força para tanto, muito pelo contrário: são menores que a própria esquerda. Eles estão avançando por sua organização superior, pelo apoio que tem recebido de agentes infiltrados da polícia e, principalmente, pela passividade do proletariado. Eles não possuem influencia significativa nesse momento. Tentam se apoiar nos sentimentos de repulsa das massas aos partidos políticos em geral, mas nenhum grande partido de direita ou fascista está nesse momento *liderando* as massas. Ambas as atitudes, a de matiz “otimista” e a de matiz “pessimista”, relegam os revolucionários à passividade. Nenhuma delas é capaz de oferecer um guia de ação claro para *intervir* no processo sem cair em um oportunismo completo produzido por tais fatalismos.

As táticas para levar a classe trabalhadora organizada à posição de vanguarda da revolta de massas devem combinar uma intervenção nas manifestações em que ela esteja preparada para lutar pela consciência do restante da população (erguendo suas bandeiras e palavras de ordem) e uma reorganização dos seus próprios fóruns e formas de luta tradicionais, como os piquetes e as greves.

É preciso mais do que nunca um programa revolucionário coerente para orientar os trabalhadores. Esse programa deve claramente delimitar os proletários de todas as forças burguesas, combatendo politicamente tanto o governo do PT com os empresários, quanto a oposição de direita - ambos responsáveis diretos pela repressão policial assassina que temos testemunhado.

Tendo em vista que o aumento do custo de vida é um dos grandes fatores que tem mobilizado as massas, esse programa proletário independente deve se pautar pelas demandas de *reajuste automático dos salários de acordo com o aumento do custo de vida; redução da jornada de trabalho (sem redução de salários) para combater o desemprego; e efetivação dos trabalhadores terceirizados em igualdade de condições!*

Quanto à questão dos transportes públicos, onde apenas uma vitória parcial foi alcançada através da revogação dos aumentos, devemos defender a *estatização dos transportes, sem indenização para os patrões, a gratuidade das passagens e o controle dos trabalhadores sobre as empresas!* Apenas essa expropriação com passagem gratuita poderá garantir que nem mais um centavo de dinheiro dos impostos arrancados dos trabalhadores seja transferido para as mãos da máfia dos transportes.

Já a demanda de “tarifa zero” subsidiada pelos impostos, defendida por muitos grupos (inclusive pelo Movimento Passe Livre de São Paulo) é uma forma de manter a propriedade privada das empresas de transportes e de transferir dinheiro público para os grandes empresários. Por isso não reivindicamos essa demanda, e sim que as empresas sejam expropriadas das mãos da burguesia.

Também devemos lutar pela *liberdade imediata de todos os presos nas manifestações e pela queda de todos os processos!* Essa campanha deve vir acompanhada de demandas pela *destruição da polícia racista e assassina que persegue os trabalhadores das favelas e periferias* e que tem perseguido sem limites a população nos últimos dias. Para levantar com coerência essas demandas, devemos também pautar a *expulsão dos policiais do movimento sindical - policiais não são trabalhadores, e sim braços armados do governo e dos patrões!*

Essas demandas apontam necessidades básicas essenciais (apenas algumas das tantas de que carece o proletariado brasileiro) e que o governo burguês do PT, e a burguesia em geral, não aceitarão. As demandas que apresentamos devem ser defendidas não no contexto de reformar o governo, ou apenas cobrar para que ele invista mais em setores sociais, mas com a perspectiva



“Dia Nacional de Luta” (11/07): iniciativa convocada por todas as centrais sindicais do país fez a classe trabalhadora tomar as ruas enquanto força política organizada e levou diversas categorias à paralisações. É preciso aprofundarmos essa iniciativa, organizando greves por tempo indeterminado em torno de uma pauta realmente avançada - rumo a uma greve geral! [g1.globo.com]

de um governo direto de trabalhadores, baseado nas organizações de luta do proletariado, forjado através de uma revolução que derrube o governo dos capitalistas e seus lacaios.

Essa perspectiva é dificultada pelas muitas traições dos dirigentes petistas e seus aliados, além das demais organizações da esquerda oportunista que não combatem consistentemente ou capitulam aos governos capitalistas. Tais oportunismos desmoralizaram o proletariado e deixaram-no sem confiança em suas forças e sem consciência dos seus interesses de classe. Exatamente por isso, nós do **Reagrupamento Revolucionário** nos

colocamos na luta pela construção de um partido revolucionário de trabalhadores capaz de defender uma orientação correta. Essa é a única garantia de que no momento propício, o proletariado esteja imediatamente à frente de uma revolta popular, e possa canalizar a raiva contra os verdadeiros inimigos da população trabalhadora.

Que o proletariado tome as ruas com suas bandeiras vermelhas e delas expulse os bandos reacionários! Forjar um partido revolucionário dos trabalhadores para liderar essa e as próximas lutas!



Fração Trotskista (LER-QI) e sua ruptura incompleta com o morenismo

Sobre blocos oportunistas e “instrumentos desafinados” pablistas

Por Rodolfo Kaleb, maio de 2013

Introdução

A Fração Trotskista - Quarta Internacional (FT-QI) é a organização internacional impulsionada pelo PTS argentino e da qual a LER-QI é a seção brasileira. Ao longo dos anos, ela se moveu para a esquerda com relação às suas origens na corrente política ultraoportunista de Nahuel Moreno, da qual se separou em 1988. A FT-QI desenvolveu gradualmente uma crítica à tradição morenista, desassociando-se formalmente do legado de Moreno, assim como de muitas de suas posições.

Devido à completa confusão que prevaleceu dentro do movimento trotskista, Moreno se alinhou em certo momento dos anos 1950 com as forças antirrevisionistas que combatiam a destruição da Quarta Internacional por Michel Pablo. Mas o morenismo refletiu historicamente uma variante particularmente à direita do pablismo.

Impactados pela enormidade das tarefas históricas colocadas diante das pequenas forças do movimento trotskista, os pablistas originais buscaram substitutos em movimentos e lideranças oportunistas e traidoras do movimento de massas. Eles esperavam que as “forças objetivas”, auxiliadas pela sua ação, fossem tornar esses agrupamentos aptos para as tarefas da revolução socialista. Isso os levou a inúmeras capitulações a essas mesmas forças, na esperança de “empurrá-las para a esquerda”. Se afastando da concepção leninista clássica, de que as organizações oportunistas são um dos maiores empecilhos para que o proletariado atinja sua consciência de classe, os pablistas passaram a ver tais forças como “instrumentos desafinados”, que apenas precisavam de uma “afinação” (promovida pelos pablistas) para que levassem a classe trabalhadora a uma vitória revolucionária.

Ao longo das décadas, a corrente de Moreno também se adaptou a muitos movimentos maiores que temporariamente tinham apoio das massas, desde o movimento peronista na Argentina, passando por correntes stalinistas como os maoístas e castristas nos anos 60, várias frentes populares na Europa e na América Latina, até os movimentos contrarrevolucionários que restauraram o capitalismo nos países do bloco soviético. Essas práticas oportunistas receberam uma racionalização por Moreno, que ressuscitou uma variante da teoria

etapista de “revolução democrática” (e não apenas nos países de desenvolvimento capitalista tardio, mas de uma forma geral) [1].

A renúncia à teoria morenista da “revolução democrática” permitiu que a FT-QI se distanciasse de algumas políticas mais à direita de Moreno, mas ela reteve o seu impulso essencialmente pablista sobre a questão do partido. Enquanto não apoia heróis pablistas típicos, como fez Moreno em seu tempo, a FT-QI aparentemente redirecionou seus esforços para a tentativa similarmente utópica de “afinar” os “instrumentos desafinados” que são os próprios pablistas, morenistas e outras correntes revisionistas.

Argentina: uma frente “revolucionária” de capitulação ao centrismo

Desde 2011, a LER-QI vem convidando os morenistas do PSTU (a maior corrente que reivindica o trotskismo no Brasil) a formar uma frente para concorrer às eleições burguesas. Ela tem feito recorrentes chamados pela construção, no Brasil, de uma frente nos mesmos moldes da que o PTS (principal seção da FT-QI) compôs na Argentina em 2011. A LER-QI fez a seguinte descrição dessa frente eleitoral:

“Na Argentina, ano passado, a esquerda classista se unificou numa frente eleitoral a partir do elemento central da independência política dos trabalhadores diante de todas as frações burguesas. A partir de um chamado firme do PTS (Partido de los Trabajadores Socialistas) ao PO (Partido Obrero) e às demais organizações que se colocam no campo da independência de classe, organizou-se a FIT – Frente de Esquerda dos Trabalhadores (FIT em castelhano), integrada pelo PTS, PO e IS (Esquerda Socialista), que contou posteriormente com o apoio do PSTU argentino (da mesma tendência internacional do PSTU)...

“Este é um exemplo de primeira ordem para os revolucionários brasileiros, e acreditamos que deveria ser do interesse dos militantes do PSTU, pois aqui podemos ver sem sombras de dúvida

como uma frente eleitoral principista – classista e revolucionária – pode ser constituída em base a princípios, programa, táticas e estratégia proletária, contribuindo efetivamente – ainda que minoritariamente – para constituir uma vanguarda forjada na independência de classe e na preparação para a luta revolucionária, não apenas em luta política contra os capitalistas, mas também contra as organizações e partidos reformistas ou centro-esquerdistas, ou seja, partidos que se dizem de esquerda, mas primam pela conciliação entre frações burguesas e as massas...”

– **O Mau Exemplo que Vem de Belém**, julho de 2012. Disponível em:
<http://www.ler-qi.org/spip.php?article3536>

A FT-QI sustenta que o PO argentino (associado ao dirigente Jorge Altamira), assim como o PSTU brasileiro, é uma corrente *centrista*, entendendo-a enquanto um obstáculo na luta para que o proletariado e os oprimidos em geral adquiram uma consciência revolucionária. Apesar dessa caracterização, a FT-QI busca se aliar programaticamente com essas correntes maiores e, no caso da FIT argentina, apresentou os revisionistas como fazendo parte de uma iniciativa supostamente “principista - classista e revolucionária”, como capazes de defender “princípios, programa, táticas e estratégia proletária”, e “contribuindo efetivamente para constituir uma vanguarda forjada na independência de classe e na preparação para a luta revolucionária”. Será mesmo?

A Fração Trotskista diz combater a posição oportunista do Partido Obrero de apoio a candidaturas de colaboração com a burguesia. O PO apoiou, por exemplo, a candidatura burguesa de Evo Morales na Bolívia em 2005 (como a própria FT-QI denunciou na época). Mas se é assim, como o PO poderia supostamente “constituir uma vanguarda forjada na independência de classe e na preparação para a luta revolucionária”? Os altamiristas teriam modificado suas posições e feito autocrítica de suas capitulações? De forma alguma.

Para a Fração Trotskista, o papel supostamente “revolucionário” cumprido pela FIT não seria abalado pelos seus componentes centristas, o que inclui também a corrente morenista Esquerda Socialista (IS). Mas os fatos são como crianças teimosas. Nas eleições de 2011, Jorge Altamira, principal dirigente do PO e candidato a presidente pela Frente, concedeu uma entrevista a um jornal argentino no qual falou sobre a FIT da seguinte maneira:

“[Entrevistador] Quais são as expectativas que tem a Frente de Esquerda e dos Trabalhadores (FIT) para essas eleições?

“[Altamira] Nossa expectativa é conseguir *um bloco de esquerda no Congresso Nacional e modificar com ele a agenda política e social do país, e desenvolver uma perspectiva de poder.*” (ênfase nossa)

...

“[Entrevistador] Quais são as medidas que

impulsarão no caso de se tornarem governo?

“[Altamira] Pôr fim à intervenção oficial na ANSES [Administração Nacional de Seguro Social] para que seja dirigida por representantes eleitos por aposentados e trabalhadores. Desse modo, acabaria seu esvaziamento forçado para pagar a dívida externa e financiar a fuga de capitais. Também estabelecer um salário mínimo igual ao custo do gasto familiar e acabar com o trabalho precário – este último assegurando o convênio coletivo à atividade. Outro ponto é renacionalizar o petróleo, que é a única forma de fechar a porta à saída de recursos para os acionistas do exterior e o grupo de ‘amigos’ instalado na YPF-Repsol, e terminar com o esgotamento das reservas comprovadas de combustíveis. Derrubar os impostos ao consumo (IVA) e financiar o Estado com impostos diretos.”

– **Blaquier y los K**, outubro de 2011. Disponível, em espanhol, em:
<http://do.globedia.com/blaquier-y-los-k>

A concepção de Altamira de usar uma frente eleitoral de esquerda para desenvolver uma “perspectiva de poder” por dentro do Estado burguês e “modificar a agenda política e social do país” não era uma exceção pontual, um mero descuido. O candidato a presidente da FIT não via a frente segundo a tradição bolchevique de campanhas eleitorais – tribunas de denúncia do caráter de classe da democracia burguesa e do capitalismo, espaço de propaganda contra as ilusões de que mudanças sociais significativas podem se dar através das eleições burguesas. Pelo contrário, ele reproduziu uma contradição típica do discurso centrista ao defender um programa de grandes reformas por dentro do Estado burguês.

E diante dessa posição de Altamira e do PO, onde ficou a FT-QI? Não vimos, nos inúmeros elogios que a LER-QI fez à FIT desde 2011, nenhuma consideração a respeito desse desvio político do candidato a presidente da Frente. No mesmo artigo citado anteriormente, além de considerar a FIT como “revolucionária” e possuindo uma “estratégia proletária” (por dentro do Estado burguês?), a LER-QI afirmou que “A FIT realizou uma grande e exemplar campanha eleitoral em 19 estados do país”. É esse o conceito da LER-QI de uma “campanha exemplar”? Essa concepção certamente é bastante diferente do legado comunista de Lenin e Trotsky. As Teses do Segundo



Jorge Altamira e Christian Castillo: *através da FIT, o PTS se compromete com programa oportunista do Partido Obrero.* [clarin.com]

Congresso da Internacional Comunista defenderam que:

“(11) A tribuna do Parlamento burguês é um desses pontos de apoio secundários. Não se pode invocar contra a ação parlamentar a qualidade burguesa da instituição mesma. O Partido Comunista entra nele não para desenvolver uma ação orgânica, mas para solapar do interior a máquina governamental e o Parlamento.”

...

“(14) A campanha eleitoral em si mesma deve ser conduzida não no sentido da obtenção do máximo de mandatos parlamentares, mas no sentido da mobilização das massas a partir das palavras de ordem da revolução proletária.”

Em uma ocasião posterior não relacionada, a FT-QI criticou o PO por sua posição de que a vitória eleitoral de uma coalizão de esquerda pudesse representar uma perspectiva de poder para os trabalhadores. Na Grécia, onde o PO alimentou ilusões de que um governo da organização de esquerda Syriza seria um “governo de trabalhadores” eleito pelo voto por dentro do Estado burguês, o PTS apontou que:

“Ao não existirem organismos das massas na luta que tendam a criar um duplo poder, este chamado do PO apela à vontade da direção da Syriza para que ‘impulsione’ um governo de trabalhadores, o qual, longe de combater o reformismo e pacifismo, fortalece as ilusões parlamentaristas alimentadas por esta centro-esquerda.”

...

“O chamado a um eventual ‘governo de esquerda’ encabeçado pela Syriza, longe de contribuir para que setores dos trabalhadores e jovens avancem para tirar as conclusões de que o único programa para enfrentar o ajuste é um programa anticapitalista e revolucionário, alimenta as ilusões de que é possível uma saída parlamentar e pacífica à crise, sem enfrentar as instituições imperialistas como a UE nem atacar os interesses dos capitalistas.”

— **Los revolucionarios y la cuestión del ‘gobierno de izquierda’**, junho de 2012. Disponível, em espanhol, em:

<http://www.pts.org.ar/spip.php?article20670>

No entanto, quando Altamira e o PO cometeram o mesmo oportunismo em casa, na Argentina, a Fração Trotskista não estava propriamente numa posição onde mantinha as mãos livres para criticá-los, mas sim conformando a própria frente a que Altamira se referia. E então esse mesmo oportunismo foi considerado como parte de uma “campanha exemplar” que contribui para a “preparação da luta revolucionária”. Na verdade, alimentou as mesmas “ilusões de que é possível uma saída parlamentar e pacífica à crise”.

A Fração Trotskista poderia objetar que não tem nenhum compromisso com o que Altamira escreveu ou disse na imprensa, como principal porta-voz e candidato de sua frente conjunta, mesmo quando falando em

nome da FIT. Mas levadas em consideração as devidas proporções, como isso se distingue das afirmações do PSTU brasileiro, por exemplo, de que na sua frente de Belém (com PSOL e PCdoB) eles mantinham sua “total independência”? Na época, a LER-QI afirmou que isso era “o direito de esperar” e zombou do PSTU dizendo que “chamam isso de ‘autonomia’ ou ‘independência’ do partido”.

Outros pontos no programa da FIT também representaram uma capitulação do PTS aos seus companheiros de viagem. Quando mencionou a conjuntura internacional, o programa da FIT proclamou:

“Na Líbia, a intervenção da OTAN tem como objetivo evitar a queda revolucionária de Kadafi e trata de intervir nesse país para conter o conjunto do processo desatado na região. **Chamamos a apoiar o triunfo dessas revoluções que sacodem o mundo árabe.** Diferenciamo-nos claramente dos falsos esquerdistas que apoiaram a intervenção imperialista da OTAN. Como também denunciemos os supostos anti-imperialistas como o castro-chavismo que fazem causa comum com os ditadores que massacram seus povos.” (ênfase nossa)

— **Declaración programática del Frente de Izquierda y de los Trabajadores**, agosto de 2011. Disponível, em espanhol, em:

<http://www.pts.org.ar/spip.php?article17851>

O próprio PTS teve uma posição traiçoeira na Líbia, ao não defender na prática tomar o lado da nação oprimida (sem nenhum apoio político ao seu governo ditatorial burguês) contra a OTAN e seus aliados locais. Mas pelo menos o PTS não defendeu o triunfo da suposta “revolução” dos rebeldes aliados com a OTAN (a “tropa terrestre” dos imperialistas, como os classificou na época). [2] Já no programa da FIT, assinado e defendido pelo PTS, onde foram parar as suas críticas (ainda que inconsistentes) às posições dominantes na esquerda internacional de apoio aos rebeldes que recebiam auxílio direto da OTAN? Qual a importância de escrever dúzias de polêmicas contra essas correntes centristas maiores se, quando se tornam aliados de bloco, o PTS deixa de lado as suas visões para defender a mesma posição de apoio a uma “revolução” financiada, armada e com auxílio direto da intervenção militar da OTAN, ao mesmo tempo em que cinicamente diz ser “contra o imperialismo”?

Outros pontos do programa da Frente eram deliberadamente vagos, com o objetivo de abarcar as posições bastante divergentes dos seus componentes, como o que chama “Por um governo dos trabalhadores e do povo, imposto pela mobilização dos explorados e oprimidos”. É muito fácil proclamar a necessidade de um “governo de trabalhadores” - qualquer oportunista pode fazer isso dando a esse termo seu próprio significado, como já apontava Trotsky no *Programa de Transição*. Mas como esse governo seria construído e estabelecido? Em uma revolução em duas etapas, com uma primeira etapa “democrática”, como sugerem os morenistas? Ou ganhando assentos no parlamento burguês, como sugere o Partido Obrero? Ao defender a mesma proposição

de “governo dos trabalhadores” lado a lado com o PO e os morenistas, a FT-QI ajudou a confundir a classe trabalhadora e a sua vanguarda.

A Fração Trotskista parece gostar de acreditar que, ao compor a FIT, estava diminuindo a distância entre si e PO. Em certo sentido tem razão, mas essa convergência não se dá sob um programa revolucionário, mas sob um acordo oportunista. A construção da FIT não foi o resultado de uma evolução à esquerda do PO, ou dos morenistas da Esquerda Socialista para convergir com o programa do PTS, mas sim de uma combinação sem princípios entre os programas desses grupos que, ao considerarem que seu bloco conjunto era “revolucionário”, estão implicitamente afirmando que suas divergências não são tão relevantes.

Os trotskistas, em sua luta pelo resgate dos princípios que tornaram possível a Revolução de Outubro, viam a necessidade fundamental de combater o centrismo e de manter contra ele uma intransigência programática, para o que é necessário manter as mãos livres. Ao defender que a FIT possui uma “estratégia revolucionária” apesar do caráter oportunista reconhecido de seus componentes, e ao apresenta-la muitas vezes de forma acrítica, a FT-QI está blindando o caráter oportunista do PO e IS diante da vanguarda da classe trabalhadora. E faz isso porque considera que essa Frente pode vir a ser um substituto suficiente (ainda que não perfeito) para o partido revolucionário.

Embora algumas vezes, perante a vanguarda, a FT-QI faça críticas corretas a essas organizações revisionistas, quando se dirige a um público mais amplo ela as deixa de lado em prol da ilusão de que é possível defender um programa político “revolucionário” em conjunto tais organizações. Assim, a Fração Trotskista secundariza, diante da perspectiva de uma união com os oportunistas, o papel de denunciar o centrismo que desvia o proletariado de uma consciência revolucionária. Por trás da sua Frente “revolucionária” se escondia a disposição da FT-QI em encobrir e colaborar com os centristas na sua esperança inócua, como nós demonstraremos, de aperfeiçoar tais “instrumentos desafinados” para a revolução.

FIT: um bloco oportunista com os “instrumentos desafinados”

Os companheiros da seção simpatizante da FT-QI na Alemanha, a Revolutionary Internationalist Organisation (RIO), disseram que a FIT não era um projeto de longa duração, e que também não implicava nenhum compromisso estratégico entre os seus integrantes:

“Outra característica importante para a formação da FIT é a questão de frentes eleitorais como uma frente única temporária baseada em acordos parciais em uma situação concreta, em oposição a projetos de longo prazo baseados em acordos mais profundos em termos de programa, estratégia e prática. A FIT não é de forma alguma um projeto que foi designado em termos de um alinhamento de longo prazo do PTS com o PO, mas sobre a necessidade concreta de uma frente única dos trabalhadores contra a repressão burguesa...”.



Coluna da FIT em uma manifestação de rua: em grande parte, a FIT é uma forma do PTS maximizar sua visibilidade e alcance, mas sob o pretexto de uma capitulação ao Partido Obrero. [ft-ci.org]

– **The Electoral Campaign of the FIT in Argentina**, julho de 2011. Disponível, em inglês, em: <http://www.onesolutionrevolution.org/?p=757&language=en>

Não é necessariamente oportunista que organizações da classe trabalhadora (desde que em oposição a quaisquer representantes da burguesia) combinem suas forças para lutar contra restrições legais antidemocráticas para concorrer às eleições, ou para o propósito limitado temporário de organizar um voto de protesto contra os partidos e coalizões capitalistas. Mas isso não pode ser feito ao custo de minimizar a plena exposição de desacordos públicos entre tais correntes, e nem apresentando a frente com um programa político comum, ou como algum tipo de alternativa “revolucionária” portadora de uma estratégia que possa levar a classe trabalhadora à vitória, como foi feito pela Fração Trotskista. Vejamos o que disse o PTS vários meses depois das eleições argentinas terem sido encerradas:

“Por outro lado, nos vemos obrigados a insistir que não apenas defendemos com todas as nossas forças a continuidade da FIT, como também temos sido consequentes impulsionadores de dar um novo salto, lançando uma grande revista da Assembleia de Intelectuais, Docentes e Artistas em apoio à FIT, a medida mais audaz para produzir um novo impacto no cenário político nacional que transcenda os marcos do acordo eleitoral e a publicação de declarações comuns.”

– **Propuestas concretas para avanzar**, março de 2012. Disponível, em espanhol, em: <http://www.pts.org.ar/spip.php?article20179>

Apesar de a FIT ter sido uma frente eleitoral nas eleições argentinas de 2011, o PTS adotou a sua bandeira para muito além desse período. O partido passou a ter uma seção do seu site voltada exclusivamente para discutir sobre a Frente e até hoje ela continua sendo propagandeada nos setores do movimento onde ele atua. Mais significativamente, a FIT manteve colunas próprias em protestos de rua e também tem emitido declarações conjuntas, elaboradas nas suas reuniões. No Brasil, a

LER-QI continua defendendo a FIT como o grande “exemplo a ser seguido” de como realizar uma campanha “revolucionária”. Nós não sabemos quanto os companheiros alemães sabem sobre a FIT, mas a sua caracterização em muito difere das próprias ações das demais seções da FT-QI.

Já que a FIT claramente não era apenas uma associação temporária sem compromisso programático para burlar a legislação eleitoral antidemocrática da Argentina (que na prática impede pequenos grupos de lançarem candidatos), qual era o seu verdadeiro propósito do ponto de vista da Fração Trotskista?

O PTS buscou uma forma de se conectar ao Partido Obrero (não é segredo para ninguém que a Esquerda Socialista, um grupo menor que o PTS, era um fator insignificante na FIT) esperando estabelecer um esquema no qual o PO, como parte da Frente, transcenderia as suas posições centristas e seria capaz de defender uma perspectiva revolucionária:

“O que é seguro é que se apresentará a oportunidade de aproveitar a tribuna eleitoral para nos dirigirmos aos trabalhadores descontentes com o governo, levantando um programa operário e socialista que responda às demandas dos trabalhadores e do povo pobre, e uma perspectiva revolucionária. Apostamos que a Frente de Esquerda e dos Trabalhadores esteja à altura dessa nova realidade.”

— **La nueva militancia obrera, los cambios en la clase trabajadora y el PTS**, dezembro de 2012. Disponível, em espanhol, em: <http://www.pts.org.ar/spip.php?article21839>

Os dirigentes do PTS acreditavam estar realizando uma manobra com o objetivo de aproximar o Partido Obrero das suas próprias concepções: influenciar o PO, que era a maior organização da FIT, a cumprir um papel “revolucionário” uma vez que estivessem associados. Esse tipo de impulso pablista, que faz concessões programáticas ao centrismo (como o PTS fez) para apostar na capacidade dos revisionistas de evoluírem até posições revolucionárias, foi certamente o que orientou a atuação do PTS.

Para os trotskistas, um programa revolucionário só pode ser defendido consistentemente por um partido proletário de vanguarda que se aproprie de forma crítica das mais importantes experiências históricas da classe trabalhadora, ou seja, um partido capaz de recuperar o programa marxista e atualizá-lo, em oposição a todas as variantes do oportunismo. A ideia de que uma formação oportunista pode simplesmente ser forçada a conclusões genuinamente trotskistas pela pressão das massas, ou mesmo pela pressão de pretensos “revolucionários”, é uma concepção pablista. Isso foi explicado resumidamente pelo trotskista norte-americano James P. Cannon na época do seu rompimento com Pablo:

“Se o nosso rompimento com o pablismo, como nós agora vemos claramente, for resumido a um ponto e puder ser concentrado em um ponto - esse ponto é a questão do partido. Isso nos parece claro

agora conforme nós temos visto o desenvolvimento do pablismo na prática. A essência do revisionismo pablista é o abandono daquela parte do trotskismo que é hoje a sua parte mais vital - a concepção da crise da humanidade como a crise de liderança do movimento proletário resumida à questão do partido.

“O pablismo busca não apenas destruir o trotskismo; ele busca destruir aquela parte do trotskismo que Trotsky aprendeu de Lenin. A maior contribuição de Lenin a toda sua época foi sua compreensão e sua luta determinada para construir um partido de vanguarda capaz de liderar os trabalhadores na revolução. E ele não confinou sua teoria à sua própria época de atividade. Ele voltou a 1871 e disse que o fator decisivo na derrota da primeira revolução proletária, a Comuna de Paris, foi a ausência de um partido de vanguarda marxista revolucionário capaz de dar ao movimento de massas um programa consciente e uma liderança resoluta. Foi a aceitação por Trotsky dessa contribuição de Lenin em 1917 que fez de Trotsky um leninista.

“Isso está escrito no *Programa de Transição*, esse conceito leninista do papel decisivo do partido revolucionário. E é isso que os pablistas estão jogando pela janela a favor de uma concepção de que as ideias vão de alguma forma se filtrar para dentro das cabeças da burocracia traidora, dos stalinistas ou dos reformistas, e de que de uma forma ou de outra, no ‘dia de São Nunca’, a revolução socialista vai ser realizada e levada adiante sem um partido marxista revolucionário, isto é, leninista-trotskista. Essa é a essência do pablismo. Pablismo é a substituição do partido e do programa por uma fé e uma crença mística.”

— **Lucha fraccional y dirección del partido**, novembro-dezembro de 1953. Disponível, em espanhol, em: http://www.regroupment.org/main/page_cannon_11353__espaol_.html

A Fração Trotskista irá responder que ela não capitula aos stalinistas, socialdemocratas ou ao nacionalismo burguês, como fazem tradicionalmente os pablistas e morenistas, e que não está negando a necessidade de um partido revolucionário para a vitória do socialismo. Mas o exemplo da FIT demonstrou que a FT-QI tem plena disposição para capitular ao “trotskista” Partido Obrero. E não apenas sobre a Líbia ou sobre a questão de um “governo de trabalhadores” por dentro do Estado burguês, mas na questão mais importante de todas - que é o papel do partido. Se não está negando aberta e formalmente o papel do partido, a FT-QI está fazendo isso na prática, ao atribuir um papel revolucionário a um bloco com os centristas nada regenerados do PO.

Dizer que uma Frente como a FIT era “revolucionária” não é um mero equívoco, ou um “erro” infeliz. É dizer que essa Frente centrista pode cumprir o papel que

na realidade pertence a um partido revolucionário. Ao considerar a FIT como uma frente “revolucionária”, a FT-QI está compartilhando da concepção pablista segundo a qual a vanguarda revolucionária pode utilizar “instrumentos desafinados” para armar programaticamente a classe trabalhadora para a conquista do poder.

O PTS responderá que não está se liquidando dentro da FIT, como fazem os pablistas. Talvez não organizativamente. Mas também nem todas as variantes do pablismo pregaram o desaparecimento organizativo de seus grupos. O que sempre está presente é o liquidacionismo programático, a atribuição de capacidades revolucionárias a uma força que não a classe trabalhadora liderada pelo seu partido de vanguarda. É isso que a Fração Trotskista está fazendo com relação a esse Frente, que não é nem um partido revolucionário, e nem revolucionária sob qualquer ponto de vista.

Diferentemente da atitude do PST e da FT-QI, Trotsky foi bem enfático ao discutir com a seção francesa da Quarta Internacional o significado de blocos oportunistas como o que a FIT representa:

“A ideia de uma ‘paridade de formações’, isto é, de tendências, é inerentemente absurda e depravada. As tendências não são iguais em números; mas o que é mais importante são os diferentes valores ideológicos e políticos das tendências. Há tendências certas e erradas, progressivas e reacionárias. Aventureiros, para quem nada é sagrado, podem muito bem se acomodar junto à todas as possíveis tendências. Mas marxistas são obrigados a combater impiedosamente as tendências sem princípios e a não fazer alianças com elas em uma base comum. A paridade de tendências significa a paridade entre o marxismo, o centrismo, o aventureirismo, etc.”

- **The Crisis of the French Section**, L. Trotsky, 1935-36.

Apesar de insistirem ingenuamente que a FIT era um agrupamento de curto prazo para barrar a legislação eleitoral, os companheiros alemães da RIO nos ofereceram (sem ter sido sua intenção) uma visão bastante eloquente do que era o programa da FIT, e mostram como o papel do partido foi deixado de lado por essa Frente:

“A única coisa que o programa [da FIT] não faz é mostrar um caminho claro para a revolução socialista, em termos de uma estratégia concreta para a construção de um partido revolucionário. De fato, ele nem mesmo faz menção à necessidade de um partido revolucionário ... Essa discrepância entre as demandas de um programa transitório e a ausência de referência a um partido revolucionário, e nesse sentido a ausência de referência a uma estratégia revolucionária clara, só pode ser explicada pelas grandes diferenças entre as forças na Frente, especialmente o PO e o PTS, em termos da construção de um partido e o papel da auto-organização das massas, que também podem ser vistas claramente pela atuação diferente de ambos na campanha eleitoral.”

...

“Em conclusão, o programa não é de forma alguma perfeito, mas estabelece uma boa base para uma unificação temporária das forças contra uma ameaça concreta (a reforma eleitoral). Não é um programa 100% revolucionário, mas, como dito antes, essa frente não é de longo prazo, mas uma solução temporária para um problema concreto, que também pode mostrar as diferenças entre os membros da frente e assim ajudar o PTS a adquirir um perfil mais claro contra o PO no que diz respeito à auto-organização das massas e a construção de um partido revolucionário.”

Para uma frente considerada tão entusiasticamente como “revolucionária”, é interessante que a “única coisa” ausente do seu programa tenha sido exatamente o que há de mais importante: “mostrar um caminho claro para a revolução socialista” e uma “estratégia concreta para a construção de um partido revolucionário”. Também é difícil de acreditar, tendo em vista o que expusemos acima, que a constituição da FIT tenha ajudado o PTS a se diferenciar do PO.

Ora, nenhuma organização revolucionária é perfeita. Todas cometem erros e desvios. A questão é sua capacidade de corrigi-los e avançar. Mas o que quer dizer que o programa da FIT não era “100% revolucionário”? Um programa político não pode ser 80% ou 60% revolucionário (que é o que a descrição dos companheiros alemães deixa a entender).

A caracterização de um partido ou de um agrupamento como revolucionário é *qualitativa*, e não *quantitativa*. Diz respeito à sua capacidade de armar a classe trabalhadora com o programa e a estratégia revolucionários para a vitória contra a burguesia e seu Estado, apesar de eventuais erros. O que pode ser entendido a partir do fato de que, por um lado, a Fração Trotskista considerou a FIT como “socialista”, “revolucionária”, “constituída em base a princípios, programa, táticas e estratégia proletária” — ou seja, considerou-a capaz de cumprir tal propósito — e, de outro, que o programa dessa frente não fazia nenhuma menção à necessidade de um partido revolucionário? Somente uma coisa (para aqueles que quiserem enxergar). Que na prática, a FT-QI sustentou a posição de que essa Frente poderia cumprir um papel revolucionário sem nenhuma menção à questão do partido. Essa concepção entende o partido revolucionário como um elemento dispensável, facultativo — substituível por um bloco oportunista.

A Fração Trotskista não tem como objetivo, dentro da FIT, esclarecer e ganhar os militantes e trabalhadores de base do Partido Obrero para uma perspectiva de oposição aos seus dirigentes oportunistas, e sim de pressionar a direção altamirista na expectativa de que ela possa cumprir o papel de uma liderança revolucionária. Se não fosse essa a sua intenção, por que aceitaria fazer importantes concessões programáticas ao PO em uma plataforma conjunta, e consideraria essa frente com Altamira como “revolucionária”? Isso é uma tentativa de se aproximar da direção do Partido Obrero, não de esclarecer os militantes do PO sobre o oportunismo da sua direção.

É claro que a Fração trotskista não está plenamente satisfeita com a FIT. Ela quer construir um partido conjunto com o PO, como já deixou claro em mais de uma declaração. Através da FIT, podemos ter uma medida de qual é o padrão “revolucionário” (repleto de capitulações a um centrismo à sua direita) que a FT-QI estaria disposta a estabelecer. Por ora o Partido Obrero rejeitou tais propostas. Mas um partido resultante de uma fusão como essa não seria um genuíno reagrupamento dos revolucionários em oposição ao centrismo de suas direções, mas uma “FIT permanente” com Altamira e seu legado de traições aos interesses da classe trabalhadora - e o PTS servindo como seu advogado de esquerda.

Às vezes, os dirigentes da FT-QI deixam a entender que estão realizando apenas uma “manobra” através da qual estão conseguindo pressionar, ou mesmo atrair, os centristas do PO para uma posição mais à esquerda. Membros mais conscientes da Fração Trotskista deveriam estar se perguntando se, ao invés de influenciar os oportunistas a adotar posições “revolucionárias”, eles próprios não estão sendo puxados para posições cada vez mais oportunistas. Nos seus esforços para se adequar a essas organizações em uma Frente ou um partido conjunto, a máscara vai acabar se tornando o verdadeiro rosto.

Blocos com “instrumentos desafinados” vs. reagrupamento revolucionário

O motivo pelo qual é possível enxergar através das intenções da FT-QI, é porque a FIT não foi nem a primeira e nem a segunda ocasião em que ela afirmou que, se as correntes centristas à sua direita estiverem unidas com ela própria (mesmo que sem nenhum balanço de seus oportunismos prévios) elas podem, da noite para o dia, passar a cumprir um papel “revolucionário”.

Em 2007, por exemplo, a FT-QI lançou um “Chamado Internacionalista” assinado por todas as suas seções, onde chamava *certas organizações* - o PSTU brasileiro (LIT), o PO argentino (CRQI) e o POR boliviano - a “fazer uma campanha conjunta por três pontos fundamentais” em oposição ao governo Chávez na Venezuela. Esses pontos eram:

“(A) Contra as falsas nacionalizações de Chávez, lutar por uma nacionalização sem indenização de todas as indústrias estratégicas, sob controle e gestão operária; (B) Lutar por um partido operário independente, para que a classe trabalhadora comece a pensar na vida política nacional contra

todas as variantes do reformismo e do nacionalismo burguês; (C) A perspectiva de um governo operário, camponês e do povo pobre como única via real para dar passos rumo à resolução das principais demandas operárias, camponeses e populares, contra toda falácia de ‘socialismo do século XXI’.”

– **La tarea de la izquierda ante el proyecto de Chávez**, março de 2007. Disponível, em espanhol, em:

http://www.ft-ci.org/article.php3?id_article=652

Novamente, a proposta não era por uma frente única, unidade de ação por um objetivo de luta, da qual os revolucionários participariam sempre que possível. A Fração Trotskista estava chamando essas organizações centristas maiores para lutarem junto com ela por programa transitório (“nacionalização sem indenização de todas as indústrias estratégicas, sob controle e gestão operária”) e por um “governo operário, camponês e do povo pobre” - ou seja, por um bloco programático.

Esse “chamado internacionalista” era bastante diplomático. Ele não continha nenhuma crítica àqueles a quem a FT-QI propôs a campanha. Não denunciou, por exemplo, que o PSTU brasileiro não luta ativamente por um programa transitório no seio da classe trabalhadora ou que sua teoria da “revolução democrática” subordina o proletariado a “variantes do reformismo e do nacionalismo burguês”; nem tampouco que em momentos chave do passado ambos o PO argentino e POR boliviano abandonaram a luta por um governo dos trabalhadores em troca de uma ou outra variante da burguesia “anti-imperialista”, algo que certamente repetirão no futuro.

Esse tipo de “manobra” só tem como resultado prestigiar os centristas aos olhos da vanguarda da classe trabalhadora. Isso só cumpre o papel de desorientar sobre a natureza do centrismo. Se a Fração Trotskista tivesse cumprido nessa ocasião o papel de denunciar o fato de que as organizações a quem propõe essa campanha cruzam repetidamente a linha de classe, o próprio chamado não faria sentido. A Fração Trotskista estaria, no mínimo, pedindo para que esses centristas que se encontram à sua direita rejeitassem todo o seu longo histórico de capitulações. Diferente do que parece esperar a Fração Trotskista, nenhuma dessas correntes irá simplesmente repudiar sua trajetória e passar a cumprir um papel “revolucionário”, mesmo que num bloco conjunto com ela.

Se há alguma coisa de consistente nessas tentativas da FT-QI, é a sua disposição em tentar criar blocos oportunistas para substituir o papel de um partido revolucionário. Se os pablistas clássicos buscavam “afinar” “instrumentos desafinados” que já existiam, a FT-QI busca se associar a estes instrumentos, criando um bloco ainda mais “desafinado” perante as tarefas revolucionárias.

Um dos maiores testes políticos para uma seção da FT-QI até hoje, a crise argentina de 2001-2002, não foi exceção nas tentativas utópicas de criar blocos oportunistas com os “instrumentos desafinados”. Com o enorme clamor popular pela queda do presidente burguês, ao mesmo tempo em que faltava às massas trabalhadoras precisamente um programa claro e a preparação para



Coluna de militantes do PTS: apesar de sua aparência ortodoxa, a Fração Trotskista busca sistematicamente se dissolver em blocos maiores com grupos à sua direita. [diarioliberalidade.org]

defender uma solução revolucionária, a posição do PTS foi propor um “bloco de esquerda” para atuar conjuntamente com centristas de direita e reformistas:

“Para impulsionar essas tarefas e um programa como o que propomos nessas páginas, é preciso buscar unir a esquerda em um bloco. Mas nem toda esquerda está disposta a lutar por uma saída desse tipo. Para pôr um exemplo recente, na marcha à Praça do Congresso convocada pela CGT de Moyano, o PC se opôs acirradamente a que a coluna da esquerda fosse encabeçada pela bandeira de ‘greve geral até que se vão’. Os companheiros do MST e do PO cederam. Por isso marchamos separados. O PC está comprometido com a cúpula dirigente da CTA e a Frente Contra a Pobreza, que mostrou toda a sua impotência nos atuais acontecimentos. Não querem nenhuma saída de fundo por fora desse regime de engano e miséria porque pretendem reformas cosméticas. Propomos ao MST, se decidir se separar do PC-IU, e ao PO formar um bloco da esquerda, operário, socialista e revolucionário para intervir em comum no processo atual.”

— **Expropiar a los expropiadores**, dezembro de 2011. Disponível, em espanhol, em: <http://www.pts.org.ar/spip.php?article6742>

Mesmo sem entrar na discussão sobre o programa levantado pelo PTS nesse mesmo artigo (que defendeu substituir o governo burguês por uma Assembleia Constituinte para criar uma “democracia muito mais ampla”, em que as massas “fariam muito mais rapidamente sua experiência”), vemos aqui mais uma demonstração de como a FT-QI defendeu que os oportunistas poderiam ser parte de um “bloco da esquerda, operário, socialista e revolucionário”.

Quando a classe trabalhadora argentina mais precisou de um partido revolucionário, o objetivo principal da FT-QI não foi trabalhar para construir um de forma independente dos oportunistas em geral, mas sim apostar em um bloco oportunista com eles, para tentar utilizar “instrumentos desafinados” para cumprir tarefas revolucionárias. Trotsky defendeu que “Para levar a cabo eficazmente” todas as tarefas revolucionárias “são necessárias três condições: o partido, o partido, e uma vez mais o partido.” (*A revolução espanhola e as tarefas dos comunistas*, janeiro de 1931). Para a FT-QI, era necessário, acima de tudo, um bloco com os centristas e reformistas.

Alguns companheiros da FT-QI sustentam que através das “manobras” como a FIT, estão apenas lutando para construir um partido revolucionário o mais rápido possível. Verificar as possibilidades de fusão com outras organizações é uma tarefa fundamental para que os pequenos grupos trotskistas possam se desenvolver. Mas isso deve se dar ao mesmo tempo em que se trava uma batalha contra todas as concepções oportunistas. Não se combate seriamente o centrismo do PO, por exemplo, encobrindo as posições dúbias de Altamira, ou dizendo que este pode cumprir um papel revolucionário. Essa tarefa de combater seriamente o centrismo, a Fração Trotskista

abandona quando quer se apresentar para a classe trabalhadora sob a mesma bandeira das organizações oportunistas.

O partido mundial da revolução socialista não será reconstruído em colaboração com o centrismo. Em alguns momentos, a Fração Trotskista tem o mérito de se opor à colaboração de classes com os setores da burguesia com os quais muitos na esquerda flertam e consideram “anti-imperialistas”, “objetivamente revolucionários”, “progressivos” ou coisas do gênero. Mas isso não tem nenhum valor se ela está a serviço de um projeto de construção de partido que não é independente desses grupos centristas e, por vezes, cumpre o papel de blindar os seus oportunismos sob o rótulo de “revolucionário”.

A história da construção da Quarta Internacional está repleta de exemplos de como é possível se aproximar de organizações centristas jovens e instáveis e ganha-las para o programa revolucionário. Isso foi feito sem capitular ao centrismo, e sem dizer que este podia simplesmente passar a cumprir um papel revolucionário sem um rompimento claro e aberto com seu programa prévio. Tanto o PSTU brasileiro quanto o PO argentino são grupos centristas consolidados, com uma trajetória de várias décadas de traições aos interesses da classe trabalhadora. É extremamente improvável, para dizer o mínimo, que esses grupos, com sua atual liderança, possam ser ganhos como um todo para o programa revolucionário. Mas mesmo se isso fosse possível, certamente não aconteceria através da postura “diplomática” dos chamados da FT-QI e nem nas ilusões nutridas no caráter “revolucionário” de frentes como a FIT. Como nós explicamos em outra ocasião:

“Os revolucionários não são indiferentes ao fato de que as organizações centristas (como o PSTU), e mesmo partidos reformistas, possuem contradições internas, muitas à esquerda, e que podem ser resolvidas ganhando largas frações de tais grupos para uma política revolucionária. Mas essa ruptura precisa se dar em algum momento e somente os revolucionários podem cumprir o papel de separar os militantes honestos que são atraídos inadvertidamente para organizações engessadas e aqueles que já estão conscientemente presos a políticas centristas ou ao aparato burocrático do partido... Mas o PSTU em si, como partido que existe hoje, afasta os militantes honestos das concepções genuinamente revolucionárias, ao invés de aproximá-los delas.”

“A liderança da LER-QI possui sérias ilusões no PSTU (e em sua direção) se compreende que esse partido pode ser influenciado por ela e simplesmente passar a cumprir um papel progressivo na luta pela construção da vanguarda comunista. Como em todas as épocas, os revolucionários devem saber separar os elementos mais avançados daqueles que simplesmente se adaptaram ao ritmo ou ao aparato conservador dos partidos centristas.”

— **O Vermelho Deles e o Nosso**, agosto de 2011. Disponível em:

<http://reagrupamento-rr.blogspot.com.br/2011/08/o-vermelho-deles-e-o-nosso.html>

FT-QI: uma ruptura incompleta com o morenismo

Para aqueles que têm alguma familiaridade com a tradição morenista, fica patente a proximidade que a FT-QI ainda mantém com esta no que diz respeito à questão de como construir o partido. O impulso da FT-QI por construir blocos com correntes oportunistas (“instrumentos desafinados”) que estejam à sua direita tem equivalentes diretos nessa tradição. Nesse sentido, sua estratégia de construção de partido está muito mais próxima do morenismo do que da perspectiva trotskista de reagrupamento revolucionário. Moreno, que expunha de forma muito mais descarada o seu oportunismo, explicou da seguinte forma o seu método:

“Concretamente, é preciso formar por meio de acordos com centristas e grupos progressivos um partido centrista de esquerda legal que nos permita chegar melhor à vanguarda operária.”

— **El Golpe Gorila de 1955**, meados de 1956. Disponível, em espanhol, em: http://www.marxists.org/espanol/moreno/obras/02_nm.htm

Desde o início de sua militância, Moreno e seus colaboradores próximos construíram os mais diversos blocos oportunistas com outros grupos nacionais e internacionais, que raramente duraram muito. [3] Entretanto, em fins dos anos 50, quando ainda estava alinhado ao Comitê Internacional anti-pablista, Moreno



Nahuel Moreno em um congresso da LIT: a *Fração Trotskista*, apesar de ser claramente uma ruptura à esquerda do morenismo, nunca fez um balanço histórico do legado de Moreno. Reflexos de dessa tradição revisionista podem ser encontrados nas práticas da FT. [litci.org]

racionalizou na forma de uma teoria o seu oportunismo acerca da construção do partido, tal qual fizera antes ao elaborar a estratégia semi-etapista da “revolução democrática”. Aos blocos que visava construir com os oportunistas à sua direita, Moreno passou a chamar de “Frente Única Revolucionária”. Essa racionalização, junto à estratégia da “revolução democrática”, pavimentou sua reunificação temporária com o Secretariado Internacional pablista em 1963, seguindo os passos do SWP norte-americano.

O documento que contém tal racionalização de forma mais clara são as chamadas “Teses de Leed”, ou “Teses Sobre a Frente Única Revolucionária”, apresentadas em 1958, em uma conferência do Comitê Internacional (ocorrida na cidade inglesa de Leed). Delineando uma análise quase igual à dos pablistas do Secretariado Internacional, Moreno alegou que o ascenso revolucionário de então produziria uma crise nos aparatos e organizações oportunistas da classe trabalhadora, que rachariam e dariam origem a “forças revolucionárias inconscientes” (termo de Moreno). Devido a sua fraqueza, Moreno previa que as forças trotskistas revolucionárias não seriam capazes de absorver tais tendências de imediato. Propôs então que se formasse “unidades de ação revolucionária” com tais forças, alçando-as à direção das massas ao buscar responder às “necessidades revolucionárias mais urgentes” destas. Conforme resume o próprio documento:

“O importante é compreender que a Frente Única Revolucionaria significa toda uma nova estratégia geral que se sintetiza na necessidade de que nossas organizações trotskistas nacionais assumam a tarefa obrigatória de organizar a ação comum das tendências revolucionarias que surjam da crise dos aparatos no movimento de massas, para postular com redobradas forças o direito e a necessidade de que haja uma direção revolucionária do movimento de massas, e para ajudar essas tendências a se elevarem verdadeiramente a atuarem enquanto uma direção revolucionária.”

— **Tesis Sobre El Frente Unico Revolucionario**, N. Moreno, 1958. Disponível, em espanhol, em: <http://www.marxists.org/espanol/moreno/1958fu.htm>

Obviamente, em momentos de crise e de conflitos internos nas organizações centristas, os trotskistas buscam intervir de forma a promover um reagrupamento de forças revolucionárias - muitas vezes, possível apenas com um setor dessas organizações, que precisam rachar para tal. Entretanto, as forças com as quais Moreno visava reagrupar nesse momento de crise (e com as quais passou a buscar se reagrupar mesmo em momentos de calma) eram, na sua própria definição, “centristas de esquerda ou ultraesquerdistas”. Forças que “não se elevaram à compreensão da necessidade de nosso programa”, mas que supostamente, mesmo “com todas as suas limitações e erros levarão o movimento de massas a posições revolucionárias”.

Portanto, Moreno claramente propunha algo que

na prática era idêntico à ideia pablista de “afinar” “instrumentos desafinados” - porém, no lugar de uma dissolução organizativa (“entrismo sui generis”), colocava a formação de um bloco oportunista (“Frente Única Revolucionária”).

Sem dúvidas é aí que reside o impulso da FT-QI de formar blocos com grupos “trotskistas” à sua direita. Nesse artigo buscamos apresentar de maneira aprofundada o aspecto prático que esse impulso assume na Argentina, através das ações da maior seção da FT-QI. Entretanto, a vontade do PTS de se amalgamar com o PO (que já gerou alguns chamados públicos para discussões de fusão que não apresentavam nenhum balanço sério das diferenças entre ambas organizações) se expressa não só a nível nacional, mas é também generalizado para outras seções da FT-QI, constituindo assim uma verdadeira estratégia centrista de construção de partido. Em uma resolução adotada em seu último congresso, o PTS apontou como tarefa:

“3) Ratificar o chamado discutido pelos grupos da FT de colocar de pé um Movimento por uma Internacional da Revolução Socialista - que para nós é a Quarta Internacional - em base a um Manifesto Programático. Este chamado está dirigido tanto aos setores da vanguarda operária e da juventude, como à ala esquerda dos operários de Huanuni, como às organizações da esquerda trotskista, em particular a plataforma Y do NPA e a Coordenadoria pela Refundação da Quarta Internacional (CRCI a qual pertence o Partido Operário da Argentina), com quem esperamos abrir discussões que nos permitam confluir nesta tarefa de dimensões históricas.” (nossa ênfase)

- XIII Congresso do PTS, abril de 2013. Disponível em: <http://www.ler-qi.org/XIII-CONGRESSO-DO-PTS>

Diante da crítica que fazemos à sua política com relação aos grandes grupos centristas, algumas vezes companheiros da LER-QI (que no Brasil buscam aplicar uma lógica semelhante em relação ao PSTU) respondem verbalmente às nossas críticas com acusações de “sectários” ou mesmo de “puristas”. Trotsky explicou que uma organização revolucionária se distingue de uma organização centrista pelo seu “cuidado atento aos princípios, clareza de posição, consistência política e integralidade organizacional” (*Dois Artigos sobre o Centrismo*, 1934). Temos com ele pleno acordo nesse aspecto.

O nosso suposto “sectarismo” não seria por uma recusa em participar sempre que possível da luta de classes, dos sindicatos, de frentes únicas, das eleições burguesas (para propaganda revolucionária) ou de qualquer arena onde a classe trabalhadora esteja em luta; mas simplesmente por nos opormos a considerar “revolucionária” uma frente programática contendo partidos “trotskistas” que já realizaram grandes desserviços à causa da luta pela reconstrução da Quarta internacional e, conseqüentemente, pela revolução socialista. Durante a construção da Quarta Internacional, Trotsky fez uma descrição bastante relevante do papel

do centrismo:

“... A nova Internacional não pode se formar de outra forma que não seja na luta contra o centrismo. A intransigência ideológica e a frente única flexível são, nessas condições, duas armas para buscar um mesmo fim.”

...

“O centrista, nunca certo da sua posição e métodos, detesta o princípio revolucionário: chamar as coisas do que são; ele se inclina a substituir os princípios políticos por combinações pessoais e pequenas diplomacias organizativas.”

“O centrista mantém sempre uma dependência espiritual com grupos à direita, é induzido a cortejar a boa vontade do mais moderado, a manter silêncio sobre as falhas oportunistas dele e a blindar suas ações diante dos trabalhadores.”

...

“... É precisamente nesse plano que se deve agora golpear com princípios o centrismo. Para realizar esse trabalho com sucesso, é essencial conservar as mãos livres; isso significa não apenas manter uma completa independência orgânica, mas também uma intransigência crítica com relação às ramificações mais ‘de esquerda’ do centrismo.”

— **Two Articles on Centrism**, fevereiro/março de 1934. Disponível, em inglês, em:

<http://www.marxists.org/archive/trotsky/1934/02/centrism.htm>

Por não ter sido capaz de absorver tal lição, a ruptura da FT-QI com o morenismo não pode ser tida como completa nem revolucionária. Ela certamente foi progressiva em muitos aspectos, mas ela apresenta nítidos resquícios do oportunismo morenista em alguns pontos centrais, como no que diz respeito à construção de um partido revolucionário. [4]

Concluimos com a seguinte citação de uma das organizações que, de um ponto de vista programático, foi predecessora do Reagrupamento Revolucionário. Ela condensa uma das linhas divisórias que nos separa da FT-QI e de outras organizações aparentemente “ortodoxas”:

“Nos últimos quinze anos o movimento fundado por Leon Trotsky sofreu uma profunda crise teórica, política e organizativa. A manifestação superficial dessa crise foi o desaparecimento da Quarta Internacional como uma estrutura significativa. O movimento conseqüentemente foi reduzido a um grande número de pequenos grupos ... Políticos superficiais esperam superar a crise por uma fórmula organizativa - ‘unidade’ de todos pequenos grupos que queiram se unir em torno de um programa de denominador comum. Essa proposta obscurece e, na verdade, agrava as causas políticas e teóricas fundamentais dessa crise. ... A Quarta Internacional não irá renascer através da adaptação ao revisionismo pablista: somente com uma luta teórica e política contra todas as formas

de centrismo é que o partido mundial da revolução socialista pode finalmente ser estabelecido.”

— **Rumo ao Renascimento da Quarta Internacional**, junho de 1963. Disponível em: <http://reagrupamento-rr.blogspot.com.br/2011/07/resolucao-da-tendencia-revolucionaria.html>

NOTAS

[1] Para uma análise crítica da estratégia morenista da “revolução democrática” (ou “revolução de fevereiro”), conferir *A Frente de Belém na Lógica do Morenismo*, de agosto de 2012, e *O Morenismo e a Posição da CST (UIT) na Síria*, de outubro de 2012. Disponíveis, respectivamente, em: http://reagrupamento-rr.blogspot.com.br/2012/08/a-frente-de-belem-psolpstupcdob-na_25.html
http://reagrupamento-rr.blogspot.com.br/2012/10/o-morenismo-e-posicao-da-cst-na-siria_4494.html

[2] Para uma crítica dessa posição de “neutralidade” ante a invasão imperialista, conferir *PSTU, Fração Trotskista e a Defesa da Líbia Contra o Imperialismo*, de novembro de 2011. Disponível em: <http://reagrupamento-rr.blogspot.com.br/2011/11/polemica-com-o-pstu-e-com-ler-qi-sobre.html>

[3] Para citar o que talvez seja um dos exemplos mais conhecidos, entre fins de 1979 até meados de 1981, Moreno formou um grupo internacional com Pierre Lambert. Extremamente instável, o bloco se desfez rapidamente com ambos os lados trocando acusações de “oportunismo”. Antes disso, Moreno havia rompido com Comitê Internacional em 1963, para se reunir com os pablistas do Secretariado Internacional, tal qual estava fazendo

o SWP norte-americano. Para mais detalhes sobre o bloco com Lambert, formado após a saída de Moreno do Secretariado Unificado, confira os seguintes dois artigos disponíveis em nosso Arquivo Histórico em espanhol:

Hijo de Perón cohabita con hijo de Mitterrand, http://www.regroupment.org/main/page_ist_11180__espaol_.html

Hijo de Perón abandona a hijo de Mitterrand, http://www.regroupment.org/main/page_ist_2582_2__espaol_.html

[4] Encaramos que outro ponto central que demonstra a insuficiência dessa ruptura reside na ausência de um balanço crítico, por parte da FT-QI, das posições traidoras que o morenismo adotou diante das contrarrevoluções no Leste Europeu, durante meados da década de 80. Em geral essas posições se resumem no fato do morenismo ter apoiado politicamente os diversos movimentos restauracionistas, como o “sindicato” Solidariedade. A esse respeito, sugerimos a leitura dos seguintes materiais, disponíveis em nosso Arquivo Histórico em Português (mais alguns serão adicionados em breve):

Teses Sobre o Solidariedade Polonês (1986):

<http://reagrupamento-rr.blogspot.com.br/2012/02/teses-sobre-o-solidariedade-polones.html>

A Contra-Revolução Triunfa na URSS (1991):

<http://reagrupamento-rr.blogspot.com.br/2011/08/contra-revolucio-triunfa-na-urss.html>

Entendendo a Rússia Direito (1994):

<http://reagrupamento-rr.blogspot.com.br/2011/07/carta-de-rompimento-de-sam-trachtenberg.html>

Uma Explicação Marxista Sobre o Fim da URSS (2009):

<http://reagrupamento-rr.blogspot.com.br/2011/07/polemica-com-lrp-sobre-o-fim-da-urss.html>



Debate com o PSTU

Sobre as “delegacias da mulher” e a emancipação das mulheres trabalhadoras

Maio de 2013

Reproduzimos a seguir a intervenção (reconstruída a partir de anotações) de um militante do Reagrupamento Revolucionário realizada em um fórum aberto do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) no Rio de Janeiro, em 15 de março de 2013. A atividade, intitulada “A Origem do Machismo e suas Consequências nos Dias Atuais”, contou com a presença de cerca de cem pessoas. Depois da intervenção, incluímos um comentário lidando com as respostas que recebemos das companheiras e companheiros do PSTU no dia do evento.

Intervenção

Eu sou militante do Reagrupamento Revolucionário. Eu concordo com a afirmação de que todas as formas de opressão contra as mulheres devem ser ativamente combatidas pela esquerda. O meu grupo acredita que a luta pela emancipação da mulher é estratégica para o sucesso de uma revolução socialista.

De fato, a igualdade básica para as mulheres só é possível derrubando o Estado dos patrões e estabelecendo um governo direto dos trabalhadores, capaz de oferecer emprego de qualidade e com salário igual para todas; capaz de socializar o trabalho doméstico; e de assegurar direitos democráticos como a legalização do aborto. Mas

um governo como esse não pode ser erguido sobre as bases do atual Estado burguês. É necessário derrubar os seus pilares, um dos quais é a polícia e as forças armadas. Nesse sentido, eu acredito ser necessária uma polêmica com os companheiros do PSTU.

Na semana do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, o PSTU defendeu, entre outras demandas, “Abertura de mais delegacias da mulher, com funcionamento 24 horas e policiais qualificados para o atendimento a vítimas”. A abertura de mais delegacias implica a contratação e treinamento de mais policiais, e também a compra de mais equipamento para a polícia, que vão estar a disposição do Estado para reprimir os movimentos da classe trabalhadora. Nós acreditamos que



Segundo dados da Fundação Perseu Abramo, a cada 15 segundos uma mulher é violentada no Brasil - e na maior parte das vezes, o agressor é seu cônjuge. [charge de Carlos Latuff]

qualquer reforço no aparato de Estado dos patrões, como o que é proposto nessa medida, atrapalha estrategicamente a luta pela liberação das mulheres trabalhadoras.

Nós sabemos que muitas vezes as mulheres trabalhadoras não tem outra opção a não ser recorrerem à polícia. E é claro que não temos nenhuma compaixão pelos agressores machistas e estupradores que atentem contra a integridade das mulheres e acabem eventualmente atrás das grades. Mas eu acredito que revolucionários não podem estabelecer como uma de suas demandas algo que irá reforçar o aparato armado que defende o que é, em última análise, a causa principal do machismo e da opressão às mulheres.

As trabalhadoras nas greves reprimidas, as estudantes presas e processadas da USP, as militantes de esquerda e do movimento popular, assassinadas e agredidas pela polícia, as mulheres que vivem nas favelas, todas sabem que a polícia não é sua amiga. É por um reforço dessa mesma polícia que o PSTU está inadvertidamente chamando com essa palavra de ordem. Os policiais, inclusive as policiais mulheres, estão do outro lado da barricada da luta de classes.

O papel de uma organização revolucionária é mostrar que essa polícia é um órgão que vai contra os interesses das mulheres trabalhadoras e também não é capaz de protegê-las efetivamente. Os marxistas devem explicar para os proletários que eles devem buscar a sua própria proteção, inclusive contra o Estado, e estimular experiências de autodefesa baseadas nos sindicatos, nas organizações que se interessem pela defesa das mulheres e que sejam compostas pelos partidos de esquerda.

Nós sabemos que nem sempre isso é possível na nossa atual conjuntura, e não propomos que as mulheres aceitem caladas a opressão de seus agressores particulares. Mas não iremos propor um reforço do instrumento que mantém essa opressão de uma forma geral e que será um obstáculo também quando as trabalhadoras e trabalhadores estiverem prontos para tomar suas vidas em suas próprias mãos. Ao propor um reforço do Estado burguês e ao apresentar um crescimento de delegacias e policiais como se fosse algo bom para as proletárias, o PSTU está prestando um desserviço à causa da emancipação da mulher trabalhadora.

No debate, nós recebemos uma variedade de respostas de militantes do PSTU através de suas intervenções. Cyro Garcia, que é o atual presidente estadual do PSTU do Rio de Janeiro, classificou nossa posição como uma “incompreensão” que deixaria as mulheres jogadas à própria sorte. Afirmou ainda que, na atual conjuntura, é necessário exigir do Estado a defesa das mulheres trabalhadoras. Que em uma conjuntura mais favorável, no futuro, será possível que os próprios trabalhadores organizem sua proteção.

O dirigente do PSTU separa a situação *presente* (na qual se justificaria um reforço do aparato policial) e uma situação *futura*, indefinida, na qual fariam sentido nossas demandas de construir autodefesas dos trabalhadores baseadas nos sindicatos.

Não pareceu existir na fala de Cyro a compreensão de que existe uma relação entre o que defendemos hoje e a situação que encontraremos amanhã. Pedir hoje que as forças policiais sejam reforçadas faz com que amanhã, quando houver uma possibilidade concreta de enfrenta-las abertamente, elas estejam mais fortes. Isso sem contar com o fato de que durante todo esse período elas significarão mais repressão e perseguição contra os lutadores de todos os movimentos sociais.

Diferente da lógica do PSTU, Marx defendia que “Os comunistas combatem pelos interesses e objetivos imediatos da classe operária, mas mesmo no movimento do presente, também representam e se encarregam de seu futuro.” (*Manifesto do Partido Comunista*).

Em sua fala de encerramento, a companheira Marília Macedo (candidata a vice-prefeita pelo PSTU nas últimas eleições municipais), nos respondeu reconhecendo que existe certa contradição em defender uma medida que fortalece o aparato policial, mas disse que essa contradição não era irreconciliável e ofereceu o seguinte argumento: esse fortalecimento quantitativo do aparato policial do Estado burguês iria, no futuro, sob uma correlação de forças mais favorável, ser atenuado pela possibilidade de que esses “trabalhadores fardados” fossem devidamente ganhos para a luta revolucionária.

O marxismo e a experiência histórica nos ensinam que uma revolução proletária não pode triunfar sem destruir o aparato armado do Estado burguês, que deve imediatamente ser substituído pelos trabalhadores armados e seus próprios órgãos democráticos de poder. Esses ensinamentos têm sido comprovados repetidamente ao longo das décadas pelas revoluções triunfantes e, pela negativa, pelas muitas vezes em que a classe trabalhadora foi derrotada. Para vencer como classe, os trabalhadores não podem contar com a polícia e as forças armadas da burguesia; pelo contrário, essas são seus inimigos.

É claro que, em situações revolucionárias, é necessário rachar o exército burguês — o que significa ganhar os soldados não comprometidos com a burguesia para o lado do proletariado. Mas isso é muito diferente de acreditar que mais soldados armados pela burguesia pode ser algo bom para a classe trabalhadora, cujas lutas cotidianas contra a classe dominante seriam reprimidas com mais vigor. Sem contar que existe uma diferença fundamental entre rachar as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) - que em épocas de intensa

Comentário Posterior

Por Rodolfo Kaleb

crise social incorporam muitos proletários recrutados em um período curto de tempo (e muitas vezes contra sua vontade) - e rachar as forças policiais compostas por profissionais que *voluntariamente* decidem pelo serviço de repressão. Mais polícia nas ruas definitivamente não é algo bom para a classe trabalhadora!

Apesar da contradição flagrante com a tradição marxista, o PSTU tenta esboçar alguma lógica em sua posição. Como deixou clara a fala da companheira Marília, o PSTU acredita que em algum momento será possível ganhar os policiais para a causa revolucionária. Essa crença (sem fundamento na experiência histórica do proletariado) deriva do fato de que esse partido vê os policiais enquanto trabalhadores, com a “pequena diferença” de que sua função primordial é manter a ordem burguesa! [1]

O PSTU defende a presença de “sindicatos” de policiais na CSP-CONLUTAS e apoia “greves” da Polícia Militar por “melhores condições de trabalho” (ou seja, para reprimir melhor), ignorando a experiência concreta dos trabalhadores, que em suas lutas são brutalmente reprimidos e até mesmo assassinados por esses “companheiros” da polícia.

Mas ainda assim, tal posição não justifica porque deveríamos apoiar a expansão das “delegacias da mulher”, tendo em mente que essas delegacias vão significar mais “companheiros policiais” aptos para repressão das lutas proletárias. Mesmo considerando que o PSTU estivesse sendo sincero em suas intenções (oportunistas) de querer ganhar a polícia para um programa socialista, o que ele está fazendo não é buscar romper policiais de uma instituição reacionária, mas sim se adaptando aos interesses reacionários de fortalecer a polícia como instituição.

Algumas outras falas de militantes do PSTU ao longo da atividade refletiram uma percepção mais geral (e confusa) de que o reforço do aparato policial não só seria uma garantia de proteção para muitas mulheres, mas também ajudaria estas a se sentirem mais confiantes.



Segundo essa percepção, isso poderia se refletir até mesmo em uma maior adesão de mulheres aos sindicatos e às lutas em geral.

Nós não duvidamos que muitas mulheres tenham a ilusão de que estão mais seguras com o fortalecimento da polícia na forma de “delegacias das mulheres”. É exatamente isso que o Estado burguês quer que acreditem. E as companheiras e companheiros do PSTU compartilham dessa crença. Mas será que ela é verdadeira? Não se trata aqui de uma tentativa tola de simplificar a realidade. Sabemos que por ser um aparato armado da burguesia, a polícia realiza também um trabalho de perseguição a criminosos comuns que, se não controlados, afetam a própria lógica do funcionamento do sistema. Também devemos apontar, porém, que a polícia “mostra serviço” principalmente quando é chamada a defender ricos e poderosos, tanto em seus interesses particulares quanto nos seus interesses comuns de reprimir e espionar os movimentos sociais. Mesmo quando atende as mulheres da classe trabalhadora, a polícia frequentemente incorre em discriminação de classe, raça ou orientação sexual. Mulheres pobres e da classe trabalhadora são tratadas com pouco caso e com preconceito quando recorrem à polícia.

Mais delegacias especializadas poderiam fornecer a uma mulher trabalhadora proteção apenas em certo nível *individual e momentâneo/imediato*. Mas a tarefa principal dessa polícia permaneceria oposta aos interesses das mulheres trabalhadoras. A expansão dessas delegacias (que é o que demanda o PSTU) teria um alto custo para as lutas da classe trabalhadora: haveria mais policiais prontos para atuar em ações de repressão. É inadmissível que um partido que se diz trotskista acredite que mais polícia nas ruas significa um avanço na luta contra o machismo. Se acreditamos que o principal sustentáculo do machismo é o sistema capitalista, nenhum fortalecimento no poder armado desse sistema pode avançar a luta contra a opressão à mulher.

Gostaríamos de chamar as companheiras e companheiros do PSTU a uma reflexão. Esses mesmos policiais da “delegacia da mulher”, que podem vir a oferecer algum tipo de proteção ocasional a uma mulher oprimida, estariam com toda certeza aptos a participarem



Durante as eleições municipais de 2012, os candidatos da frente PSTU-Construção Socialista em Porto Alegre fizeram um ato-visita à uma delegacia da mulher, localizada no centro da cidade. Ao invés de denunciarem o papel repressor e o caráter machista da polícia burguesa, os candidatos conversaram com os “trabalhadores fardados” e exigiram que mais unidades fossem criadas. [erico16.blogspot.com.br]

de ataques contra o movimento de massas, incluindo lutas diretamente ligadas à emancipação das mulheres (indo de lutas pela legalização do aborto a lutas pela separação entre Estado e igrejas).

Com seu treinamento e equipamento, eles estariam a postos para reprimir protestos de rua, greves e ações radicalizadas sempre que necessário. Como companheiras do PSTU, que frequentemente tomam parte em ações como essas (e frequentemente sofrem repressão pela polícia) podem “se sentir mais seguras” sabendo que há mais delegacias, policiais e equipamentos de coerção adisposição do Estado burguês?

Cyro Garcia também disse em sua intervenção que nossa posição de ser contra a proliferação de “delegacias da mulher” é o mesmo que ser contra as leis que combatam o machismo e a homofobia, deixando a entender que não faz o menor sentido sermos contra a “aplicação” das leis de proteção à mulher, como a Lei Maria da Penha.

Em primeiro lugar, nós defendemos as legislações que criminalizem ataques homofóbicos e machistas. Por volta de um ano atrás, distribuimos um panfleto para cerca de cem pessoas presentes em uma plenária estadual da ANEL-RJ (dentre os quais muitos eram militantes da juventude do PSTU) e no qual tal questão estava incluída. Um dos pontos do panfleto explicava claramente nossa posição de apoio a essas leis, ao mesmo tempo em que explicávamos que sua aprovação não vai resolver definitivamente o problema.

“Outro ponto problemático é a insuficiência da defesa da lei que criminalizaria a homofobia (PLC 122). Embora a lei possa representar um avanço, ela seria aplicada pelo mesmo Estado burguês homofóbico, e não resolveria o problema. Por isso, ao lado de defender essa bandeira, que é a obrigação da ANEL, a entidade também deveria defender a formação de comitês de estudantes e trabalhadores nas universidades e escolas para vigilantemente defender os GLBT contra a opressão e ataques. Isso também iria mostrar que os GLBTs não precisam depender da polícia (que frequentemente também é bastante homofóbica) para se defenderem. Mas esta demanda fundamental está ausente da propaganda da Direção Majoritária da ANEL, assim como da sua prática.”

— **Polêmica com a Direção Majoritária da ANEL**, 21 de março de 2012. Disponível em: <http://reagrupamento-rr.blogspot.com.br/2012/03/polemica-com-direcao-majoritaria-da.html>

As leis de proteção contra a violência à mulher ou aos homossexuais não nos dão nenhuma garantia, mas elas podem ajudar a inibir opressores individuais, e fornecem um forte argumento legal em casos de agressão. Mas não daremos aos capangas armados da burguesia nenhuma legitimidade para expandir suas forças sob a desculpa de que querem “defender as mulheres” ou “aplicar a Lei Maria da Penha”. E muito menos pedimos por tal

expansão. Acreditamos que a defesa das mulheres só será realmente efetiva quando os movimentos sociais em massa tomarem para si essa tarefa. A força organizada do proletariado é a única que possui, ao mesmo tempo, o interesse objetivo e a capacidade de proteger as mulheres e combater todas as outras formas de opressão sofridas pelos trabalhadores.

A posição do PSTU encontra contradições dentro das suas próprias formulações. O PSTU se opõe, por exemplo, à instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) nas favelas cariocas. O partido aponta que é uma mentira que tais unidades policiais estão lá para proteger a população contra as organizações traficantes ou contra a criminalidade em geral:

“Longe de ser uma medida contra o crime e em favor das populações pobres, a política de ocupação militar das comunidades do Rio faz parte de uma estratégia de militarização das favelas e de criminalização da pobreza, com o único objetivo de controlar aquelas áreas para garantir a tranquilidade para a Copa e os Jogos Olímpicos. A população carente continuará no fogo cruzado entre traficantes e a polícia, enquanto lhes são negados serviços básicos como saúde, educação, saneamento e a mais básica infraestrutura urbana.”

— **Ocupação da Rocinha pela polícia não vai resolver o problema da segurança**, 16 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.pstu.org.br/nacional_materia.asp?id=13615&ida=0

Mas o que acontece com esse discurso no caso das “delegacias das mulheres”? Sabemos que as duas questões não são exatamente a mesma coisa. Mas será que o mesmo Estado burguês que usa o “combate ao crime” como mero pretexto para instalar unidades policiais nas favelas poderia, ao instalar mais “delegacias da mulher”, estar sendo verdadeiro quando diz fazer isso para “proteger as mulheres contra a violência”? O apoio do PSTU a essa demanda deixa a entender que sim.

Vamos levar essa analogia ainda mais além. É possível que um policial impeça um crime comum em uma favela. Esse evento, que nada teria a ver com os motivos determinantes da sua presença ali, não faz com que mudemos nossa atitude de denunciar a UPP como um aparato racista de defesa dos interesses de exploração dos trabalhadores das favelas (majoritariamente negros) e de criminalização da pobreza.

Pensemos, por exemplo, no caso do Haiti. Não é possível negar que as tropas brasileiras que invadiram o país em 2008 a convite do imperialismo podem, em algum momento, ter prestado eventualmente algum tipo de papel mínimo em realizar resgates de pessoas da catástrofe decorrente do terremoto de 2010. Essas tropas também podem ter feito distribuição de alimentos, de remédios, etc. Porém, essencialmente elas atuam na repressão do povo haitiano, no controle imperialista sobre o país e, em última instância, sua ocupação

atrapalha o desenvolvimento político do proletariado Haitiano. As tropas brasileiras reprimem os trabalhadores famintos que, em atitude de desespero, saqueiam os supermercados, por exemplo. Jogam bombas nos estudantes que protestam na Universidade de Estado do Haiti. Recebem com tiros e cassetetes os trabalhadores da organização sindical Batay Ouvriye, quando estes saem às ruas para lutar por uma vida minimamente digna.

Se olharmos para a realidade como um todo, e não para casos isolados, o papel dessas tropas só pode ser considerado *reacionário*. E, por tudo isso, o PSTU demanda (com razão) a retirada das tropas brasileiras do Haiti, reconhecendo o papel nefasto que eles cumprem na luta de classes daquele país - independente de uma ajuda pontualmente prestada. Defendemos remédios, alimentos, médicos e todo auxílio possível ao Haiti. Mas não vamos chamar pelo reforço das tropas imperialistas sob o argumento de que são elas que vão suprir esse auxílio. Pelo contrário, somos por sua expulsão pelas massas haitianas! [2]

Será que não falta um pouco de coerência aqui? Por mais que “delegacias da mulher” possam prestar algum atendimento *pontual e individual* a mulheres trabalhadoras, elas fazem parte da mesma estrutura social repressora que ataca brutalmente os protestos do proletariado e dos oprimidos, inclusive as mulheres. Chamar por mais “delegacias da mulher” significa chamar pela expansão dessa mesma estrutura.

Nós certamente defendemos a expansão de casas

de abrigo, do atendimento médico e psicológico gratuito e de qualidade para as mulheres vítimas de violência e outras medidas que o Estado seja forçado a garantir. Mas pedir por mais delegacias, por mais que pudesse representar algum auxílio individual a algumas mulheres, entra em contradição e cria mais obstáculos para uma luta consequente pela emancipação feminina, a qual exige lutar contra o capitalismo. Sustentamos o que dissemos no dia da atividade do PSTU: “Ao propor um reforço do Estado burguês e ao apresentar um crescimento de delegacias e policiais como se fosse algo bom para as proletárias, o PSTU está prestando um desserviço à causa da emancipação da mulher trabalhadora”.

NOTAS

[1] Para um debate com o PSTU sobre o caráter de classe da polícia, sugerimos o artigo “O Vermelho Deles e o Nosso”, de agosto de 2011. Disponível em: <http://reagrupamento-rr.blogspot.com.br/2011/08/o-vermelho-deles-e-o-nosso.html>

[2] Para um debate mais profundo sobre o Haiti, sugerimos o artigo “A Liga Espartaquista *apoia* as tropas americanas no Haiti!”, de fevereiro de 2010. Disponível em: <http://reagrupamento-rr.blogspot.com.br/2011/07/polemica-com-liga-espartaquista-sobre.html>



Sobre Feminismo e “Feminismo”

Muitos de nossos leitores estão cientes da recente crise que abalou o Socialist Workers Party (SWP) britânico, associado ao falecido dirigente Tony Cliff. Além das alegações de estupro contra um membro de liderança do grupo e da subsequente cobertura burocrática de qualquer investigação consistente, também vieram à tona protestos dos membros de base a respeito da tradicional hostilidade do SWP ao feminismo. Em resposta a isso, a liderança da International Socialist Organization (ISO) dos Estados Unidos (que também tem raízes históricas no rompimento antissoviético de Tony Cliff com o movimento trotskista) decidiu, em um ato bastante transparente de pânico burocrático, renunciar a sua semelhante hostilidade prévia com relação ao feminismo, por medo de que a crise atingisse sua própria organização. Diante desses fatos, nossa polêmica de março de 2009 [publicada em português em julho de 2011], sobre a oposição que muitas organizações que se consideram trotskistas fazem ao feminismo, merece renovada atenção. [Mensagem postada em nosso site/blog no último Dia Internacional da Mulher Trabalhadora]

Introdução

Esse mês, enquanto adicionávamos materiais sobre opressão às mulheres na seção de Documentos Históricos de nosso site, vimos necessidade de escrever uma introdução para clarificar a confusão com a qual leitores desse tipo de artigo costumam se deparar no que diz respeito às críticas que eles contêm ao “feminismo”. Tais artigos não foram escritos por nós, mas pela Liga Espartaquista [SL/EUA] e pela Tendência Bolchevique Internacional [TBI] no tempo em que tais organizações, mesmo possuindo falhas, eram capazes de auxiliar no avanço do programa marxista. Enquanto os artigos como um todo tratam de uma visão revolucionária sobre a opressão às mulheres, hoje em dia nós os teríamos escrito de forma diferente, ao menos quanto ao problema citado.

Os artigos (e os grupos que os escreveram) visaram

defender a causa da libertação feminina, apesar de muita confusão ter sido e ainda ser desnecessariamente causada pela rígida insistência deles em definir o feminismo de uma maneira que é diferente daquela da maior parte dos leitores de esquerda.

Enquanto estes definem feminismo como a simples afirmação da igualdade entre os sexos, sem necessariamente ligar a isso um programa mais elaborado ou uma análise de como atingir tal situação (“a teoria da igualdade política, econômica e social entre os sexos”, como descrito pelo Dicionário Online Merriam Webster), aqueles rigidamente insistiram que o termo designa um programa específico e uma teoria contraposta à luta pelo socialismo. Um artigo escrito por um militante da TBI em 1997, abordando a questão de forma estabaneada, afirma:

“Feminismo e socialismo são coisas diferentes.

Feminismo não pode ser simplesmente resumido à luta pelos direitos das mulheres. Ele invoca a ideologia prejudicial de que mulheres de classes diferentes podem lutar contra a opressão a partir de uma base comum - e, portanto, automaticamente confina a luta aos limites do capitalismo.”

Censura Sexual e Direitos Femininos - Marxist Bulletin nº4, outubro de 1997

Tradição marxista

Historicamente o movimento marxista desenvolveu o uso de uma terminologia extremamente específica para suas elaborações teóricas, mas que nem sempre esteve em sincronia com o desenvolvimento geral do resto da sociedade e seu entendimento à cerca de tais termos. Mas, na busca por avançar (e desenvolver) as concepções e entendimentos políticos daqueles que vieram antes, cada geração de revolucionários é frequentementeçada a adaptar suas convenções terminológicas (mantendo o sentido original subjacente), por necessidade de se dirigir a audiências contemporâneas mais largas, e com o propósito de se manter atualizado com as concepções populares por detrás de tais termos.

Nos EUA, marxistas frequentemente se deparam com confusões envolvendo as diferenças entre os termos “socialista” e “comunista” quando falando com grandes públicos. Apesar de trotskistas normalmente usarem tais termos de maneira alternada, enquanto sinônimos, a confusão tende a surgir do fato de existir um vago entendimento entre os leitores de que, em certos contextos, “Socialista” (especificamente com S maiúsculo) indica um reformista social-democrata, enquanto “Comunista” (especificamente com C maiúsculo) indica um stalinista.

Marx e Engels foram confrontados por um dilema semelhante, antes mesmo da ascensão do reformismo social-democrata e do stalinismo contemporâneos. Em sua introdução de 1890 à edição alemã do Manifesto Comunista, Engels comentou:

“Ainda em 1887 o socialismo continental era quase exclusivamente a teoria proclamada no Manifesto. Assim, até certo ponto, a história do Manifesto reflete a história do movimento operário moderno desde 1848. Atualmente, é sem dúvida o de maior circulação, o mais internacional produto de toda a literatura socialista, o programa comum de muitos milhões de trabalhadores de todos os países, da Sibéria à Califórnia.”

“Contudo, quando ele apareceu, não podíamos chamá-lo um manifesto socialista. Em 1847, dois tipos de pessoas eram consideradas socialistas. De um lado estavam os adeptos de vários sistemas utópicos, notadamente os seguidores de Owen na Inglaterra e de Fourier na França, ambos os quais já haviam, à época, minguado a meras seitas, morrendo gradualmente. Já do outro lado, os mais variados charlatões sociais, que com as suas diversas panaceias e com toda a espécie de remédios queriam eliminar os males sociais sem ferir o capital e o lucro. Em ambos os casos:

pessoas que estavam fora do movimento operário e que, ao invés, procuravam apoio junto das classes ‘cultas’. Em contrapartida, aquela parte dos operários que estava convencida da insuficiência de meras revoluções políticas, [e] exigia uma reconfiguração profunda da sociedade, essa parte chamava-se então comunista. Era um comunismo mal formado, instintivo, por vezes grosseiro; mas ainda assim era suficientemente poderoso para engendrar dois sistemas do comunismo utópico, na França o “icário” de Cabet, na Alemanha aquele de Weitling. Em 1847, socialismo significava um movimento burguês, comunismo um movimento operário. O socialismo, pelo menos no Continente, era algo respeitável, já o comunismo era precisamente o contrário. E como já nessa altura éramos muito decididamente da opinião de que ‘a emancipação dos operários tem de ser obra da própria classe operária’ [citado das Regras Gerais da Internacional], nem por um instante podíamos estar na dúvida sobre qual dos dois nomes escolher. E desde então nunca nos passou pela cabeça rejeitá-lo.”

Nas notas de rodapé de 1922 daquela que é tida por muitos como a edição definitiva do Manifesto Comunista, D. Ryazanoff também discutiu a evolução histórica de muito da terminologia utilizada nos escritos de Marx e Engels, por exemplo:

“‘Proletário’ agora significa aquele cujo único meio de sobrevivência é a venda da sua força de trabalho. Seu significado original, na forma latina proletarius, significava aquele cujo único bem eram seus descendentes, sua cria (prole)... Há pouco em comum entre esses proletários romanos e os proletários europeus sem-terra e sem-teto de nossos próprios dias, salvo apenas o nome... A palavra proletariado para descrever a classe dos assalariados não entrou em uso corrente até a primeira metade do século dezenove...”

Está claro que a principal preocupação de Marx e Engels era ter suas idéias entendidas corretamente pelos outros. Compreendendo que eles não poderiam arbitrariamente ditar a mudança no entendimento popular das palavras, eles não estavam inclinados (exceto às vezes em seus escritos mais estritamente científicos e teóricos, nos quais a precisão exata era necessária para clarificação) a teimosamente se dedicar a argumentações infrutíferas sobre definições ou significados inéditos se não fosse necessário à transmissão de suas idéias.

Em um âmbito um pouco diferente, quando membros negros do Partido dos Trabalhadores Socialistas (SWP dos EUA) nos anos 1940 protestaram contra o uso da palavra “niggardly” [avarento] na literatura do partido, ao invés de se apegar teimosamente ao dicionário e insistir que, formalmente, a palavra não possuía nenhuma relação com o epíteto racial [“nigga”, algo como o termo pejorativo “preto”], o movimento trotskista abandonou o uso da palavra para não causar nenhum tipo de desentendimento ou confusão desnecessários.

As Origens e Consequências do anti-“feminismo”

Um antigo texto espartaquista que postamos previamente argumenta:

“O existente movimento pela libertação feminina, tanto o liberal quanto o radical, tende a ver o sexo como a básica ‘divisão de classe’ na sociedade. Esse baixo nível de desenvolvimento teórico significa uma oportunidade para os marxistas intervirem com um linha classista. Porém, nós tornaremos nossa intervenção inútil se nos apegarmos a uma análise muito simplificada de que a única forma de opressão é a opressão de classe, e confinarmos nosso interesse à superexploração econômica das mulheres trabalhadoras.”

“A questão de classe é o ponto decisivo na sociedade de classes. Porém, outros tipos de opressão também existem - por exemplo, opressão racial, opressão nacional, opressão contra a mulher. Negar que os revolucionários marxistas não devem dar atenção à essas questões é sectarismo e flagrantemente anti-leninista. É vital que os revolucionários participem dessas lutas. A base dessa participação deve ser a compreensão de que a questão de classe é decisiva e, portanto, qualquer movimento que falhe em identifica-se com a luta da classe trabalhadora contra a classe capitalista está fadado a ser tomado por utopias, excentricidade, ilusões liberais e - em última instância - irrelevância.”

A Luta Pela Libertação das Mulheres (1969)

Enquanto apresentando essa correta compreensão política, o artigo em questão não possui nenhum ataque ou mesmo menção ao “feminismo”. A explicação para a subsequente mudança na política quanto à isso é apresentada em uma das primeiras edições de “Woman and Revolution” [periódico da SL voltado para questões da luta da mulheres trabalhadoras]:

“A defesa do SWP-YSA [Partido dos Trabalhadores Socialistas - Aliança Socialista Jovem] contra as tentativas das feministas de atacá-los têm sido pobres. Eles tentam minimizar suas diferenças políticas com as feministas alegando serem feministas e socialistas. Feminista foi certa vez o termo que socialistas utilizaram para descrever mulheres que lutavam por sua libertação. Mas, por um período de 50 anos, o termo passou a designar aqueles para quem a divisão fundamental na sociedade é entre homens e mulheres, e que lutam pela supremacia das mulheres...”

“As visões socialistas e feministas são claramente contrapostas. Assim como Lenin, que certa vez reivindicou orgulhosamente ser um Social Democrata, se desagradaria de ser chamado assim após as traições da ‘Social Democracia’, também Clara Zetkin não se reivindicaria uma feminista hoje em dia.”

SWP-YSA ENTRA EM CENA, mesmos truques, novo território - Woman and Revolution nº2, setembro/outubro de 1972

O líder espartaquista Jim Robertson reafirmou essa explicação alguns anos depois, em um discurso feito em 27 de agosto de 1974 sobre James P. Cannon:

“Aliás, Rose [Krasner, parceira de Cannon] era uma militante socialista feminista dos anos 1910 e 1920. ‘Feminista’ significava outra coisa naquela época - além de outros significados, que casamento era uma abominação: significava se ajoelhar e colocar correntes ante um homem e o Estado.”

James P. Cannon - Reimpresso em Spartacist, inverno de 1986

Se, teoricamente, à época o significado popular de “feminismo” realmente estivesse caminhando na direção alegada (e no momento não estamos convencidos de que estava), então a mudança de atitude teria feito sentido. Mas deixando de lado essa questão de análise histórica, é bem claro que hoje em dia o equivalente a gritar “Abaixo o feminismo!” é obviamente uma abordagem pobre, tido que a Liga Espartaquista e a Tendência Bolchevique Internacional estão usando uma dada definição de “feminismo”, e a maior parte da esquerda e da população vêem a palavra com um significado (mais geral e vago) diferente. Ao invés de deixar algo claro, tal abordagem apenas gera ruído e deixa tais grupos abertos a suspeitas desnecessárias de que eles talvez sejam hostis ou indiferentes à libertação das mulheres (em alguns aspectos, similar a reação de muitos militantes negros do SWP ao uso da palavra “niggardly”), ao invés de que eles estão argumentando que a mesma só pode ser atingida em uma sociedade socialista.

Algumas vezes isso foi também desorientador para os próprios grupos em questão, tanto em sua compreensão histórica quanto em sua compreensão da realidade contemporânea. Assim, um panfleto (que no restante está correto) que postamos anteriormente da Tendência Bolchevique [predecessora da TBI] argumenta:

“Quer se apresente sobre o nome de feminismo ou ‘feminismo socialista’, a lógica dessa análise é guerra dos sexos tão certamente quanto a lógica do marxismo é guerra de classes.”

Chega de Cabides de Arame! (sem data, final dos anos 1980)

Exceto uma minoria localizada nas extremidades, a maioria das pessoas que poderiam referir a si mesmas enquanto “feministas” (muito menos pessoas que iriam referir a si enquanto “feministas socialistas”) claramente não defendiam no passado e não defendem agora “guerra dos sexos”.

Um antigo artigo histórico de Woman and Revolution notou que:

“Contrariamente a uma opinião ainda restrita a certos círculos, o feminismo moderno não nasceu inteiramente do fértil útero da Nova Esquerda,

mas é de fato uma cria ideológica do igualitarismo utópico do início do século vinte, que era por sua vez fruto da revolução democrática da burguesia.”

Feminismo vs. Marxismo: Origens do Conflito - W&R nº5, outono de 1974

Verdade, porém, marxistas não renunciam alguns dos ainda progressivos ideais do Iluminismo, mas defendem que sua realização para a maioria da raça humana pode se dar apenas através da extinção da sociedade de classes. Assim, ao mesmo tempo em que não nos referimos a nós mesmos enquanto democratas, humanistas ou feministas, não denunciemos a democracia, o humanismo ou o “feminismo”. Ao invés, nos opomos à democracia burguesa, ao humanismo liberal, ao feminismo liberal e a todas as ideologias inter-classes, separatistas e setorialistas em geral.

No mesmo sentido, Leon Trotsky ficou bastante nervoso que seu livro Terrorismo e Comunismo tenha recebido o título Ditadura versus Democracia na versão em inglês, uma vez que isso poderia levar apenas à confusão entre vários leitores e distorceu a relação entre socialismo e democracia.

Indiferença Sectária

Tal crescente indiferença quanto a ser claramente entendido é geralmente um sinal de que um grupo está se transformando em uma seita despolitizada, dominada por uma liderança geriátrica e crescentemente longe do contato com a realidade política e social contemporânea. Tendo sido muito limitados ao computador e à mesa de escritório ao longo de muitos anos de suas vidas políticas, se dedicando a questões internas de administração e trabalhando com literatura política, tais “líderes” permanentes têm poucos escrúpulos em mandar seus militantes de base mundo afora para fazerem papel de tolos de si mesmos em eventos políticos ao defenderem formulações estúpidas. A passividade dos militantes de base frente a tal realidade pode ser reflexo de insegurança, medo, indiferença política, e, para aqueles dedicados à adoração de sua liderança, uma genuína ausência de pensamento para com tal forma esclerótica de agir.

Em contraste com tais práticas, ao escrever sobre a necessidade de se diferenciar a posição marxista da stalinista na defesa da URSS, Trotsky comentou:

“Para que essas duas variantes de ‘defesa da URSS’ não se tornem confusas na consciência das massas é necessário saber de forma clara e precisa como formular palavras de ordem que correspondam à situação concreta.”

Em Defesa do Marxismo (1942)

Em seus melhores períodos, a SL e a TBI demonstraram uma atitude semelhante, ao menos em relação a outras questões. Em uma discussão sobre “Formalismo Sectário”, uma publicação da TBI afirmou:

“Por exemplo, nós acreditamos que a palavra de ordem ‘Libertem todos os presos políticos!’ é uma formulação muito ruim. Nós não queremos

que bandidos fascistas ou assassinos em massa de campos de concentração sejam libertados. Mas seria tolo nos excluirmos de uma campanha que lute ostensivamente para “Libertar todos os presos políticos!”. Acontece que frequentemente o verdadeiro significado da campanha é, de fato, para libertar as vítimas do capitalismo. Nós desejaríamos aderir a uma campanha assim, ao mesmo tempo em que deixaríamos claras as nossas críticas quanto a inadequação dessa palavra de ordem. Nós racharíamos, é claro, se a campanha de fato tentasse mobilizar esforços para libertar Rudolph Hess [membro do alto escalão do Partido Nazista durante os primeiros anos do regime]. É uma questão de qual o verdadeiro conteúdo do bloco de ação.”

Construindo o Partido Revolucionário e Táticas de Frente Única (1992)

Semelhante apreciação do “verdadeiro conteúdo” do que o “feminismo” significa para a maioria das pessoas parece ser necessária. A posição da TBI, que foi herdada de forma acrítica da SL, se encaixa muito bem na definição de “formalismo sectário”.

Em um discurso proferido em 11 de novembro de 1972, o líder spartaquista Jim Robertson explicou parte da motivação por detrás de se levantar a palavra de ordem “Por um Governo dos trabalhadores!” enquanto algo popular:

“Nós lutamos por um governo dos trabalhadores, nos sindicatos, nas fábricas, e em nossa educação e abordagem a estudantes com a concepção do poder proletário. A ditadura do proletariado é uma formulação que sofre de alguns problemas. Um entendimento popular da ditadura do proletariado é que os trabalhadores serão colocados em campos de concentração, vocês sabem, como na Rússia. Se você fala de algum tipo de socialismo, você se depara com a imagem da alegre Suécia mantendo seus altos índices de alcoolismo e suicídios se mantendo vitoriosamente fora de duas guerras mundiais. [Risos] Mas o que deveria ficar claro em todos os sentidos, sobre todos os tipos de questões, é que os trabalhadores precisam de um governo próprio...”

Uma Conversa sobre a Questão do Partido Trabalhista - Young Communist Bulletin nº3

De forma semelhante, comentando no mesmo discurso sobre as razões por detrás da reformulação da tradicional defesa trotskista de um “Partido Trabalhista” nos EUA para a de um “Partido dos Trabalhadores”:

“Se alguém diz um movimento trabalhista ou um Partido Trabalhista agora - há uma boa razão para vê-los no mais incrustado, aristocrático, racista, chauvinista significado ao estilo George Meany [líder sindical norte-americano, conservador e de grande projeção nacional entre os anos 1950 e 1980]. [Isso] é [algo] extremamente importante, e uma das razões para a palavra de ordem ‘Abaixo

os burocratas! Por um Partido dos Trabalhadores.'. Não há nenhuma diferença de concepção entre um 'Partido dos Trabalhadores baseado nos sindicatos' e um 'Partido Trabalhista baseado nos sindicatos', exceto que a terminologia projeta uma concepção um pouco diferente."

Se os revolucionários justamente não querem confundir as pessoas por incorretamente projetarem-se como defensores da criação de um Partido Trabalhista Britânico para os trabalhadores dos EUA, também estamos preocupados em não confundir as pessoas incorretamente projetando-nos como socialistas ao estilo Archie Bunker [personagem fictício do seriado dos anos 1970 "Tudo em Família" - extremamente reacionário e conservador] que são hostis a libertação da mulher.

O Reagrupamento Revolucionário se mantém firme quanto ao conteúdo dos documentos postados e continuará a postar sobre essa questão na seção Documentos

Históricos do nosso site. Nós nos distanciamos de uma política falha, nós não estamos alterando o programa ou princípios fundamentais sobre a opressão às mulheres. Esta é uma mudança necessária na política, no entanto. Vamos no futuro criticar correntes políticas feministas específicas, ao contrário de denunciar o termo como tal.

De forma mais abrangente, como apontamos em nossa introdução aos Documentos Históricos como um todo:

"Enquanto buscamos dar continuidade ao trabalho e construir sobre as contribuições daqueles que vieram antes de nós, não defendemos dogmaticamente os erros do passado que possivelmente foram cometidos de forma inevitável. Portanto, nossa postagem desses documentos reflete uma concordância geral, e não uma adesão acrítica a cada argumento ou formulação secundária."



PCO, Altamirismo (Partido Obrero) e as frentes populares

Rodolfo Kaleb, fevereiro de 2013

No ano passado, o Partido da Causa Operária (PCO) foi uma das organizações na esquerda brasileira que criticou a candidatura de colaboração de classes do PSTU com PCdoB e PSOL em Belém do Pará[1]. O PCO caracterizou esse bloco como uma frente popular e mostrou a subordinação dos seus componentes à burguesia, criticando especialmente o PSTU (a "ala esquerda" dessa coalizão) pela sua permanência na frente mesmo após a denúncia de que Edmilson Rodrigues (PSOL), o candidato a prefeito, recebia dinheiro de grandes empresas para financiar sua campanha. O problema com essas críticas do PCO é que elas tentam enganar o leitor deixando a entender que este grupo apresenta uma alternativa consistente de oposição às frentes populares, o que está muito longe de ser verdade.

A frente popular — um bloco programático, normalmente pelo poder governamental, entre organizações de trabalhadores e representantes da burguesia — é uma das questões fundamentais que separam os trotskistas do reformismo socialdemocrata, stalinista e das muitas variantes do centrismo (inclusive aquelas que indevidamente se reivindicam "trotskistas"). Os trotskistas autênticos não consideram a frente popular uma "tática", mas sim um crime contra o proletariado. Ela necessariamente atrela a classe trabalhadora a um setor ou outro da burguesia e impede a preparação do proletariado para o exercício de seu poder como classe em oposição aos patrões e seus partidos.

Por seu caráter e pelo papel que cumpre, é fundamental por parte dos revolucionários uma oposição firme à política de colaboração de classes da frente popular. Não à toa, dentro das fileiras da Quarta Internacional essa era uma questão de princípios, de "vida ou morte" para os que tinham por objetivo final a revolução socialista. No Brasil, as frentes populares não são um fenômeno de forma alguma novo, mas muitos dos grupos que reivindicam ser genuinamente revolucionários em nosso país já cometeram capitulações relacionadas a dar apoio político (às vezes "crítico", às

vezes entusiástico) a frentes populares.

As frentes populares do PT

Desde o fim dos anos 1980, o Partido dos Trabalhadores encabeçou várias frentes com políticos e partidos da burguesia até conseguir ser eleito em 2002, quando passou a desempenhar o papel de representante principal da burguesia brasileira nos ataques à classe trabalhadora. É inegável que a frente popular do PT passou por transformações ao longo dos anos. O discurso e a propaganda do PT foram tornando-se cada vez mais moderados para agradar a setores mais amplos da classe dominante. Isso se refletiu num crescimento da sua coalizão burguesa: se em 1989 a candidatura petista agregava apenas alguns setores minoritários da burguesia, desde 2002 ela incluiu alguns dos maiores partidos burgueses do país e, inclusive, tendências de extrema direita dessa classe (como o Partido Progressista de Jair Bolsonaro). Mas essas transformações são *quantitativas* e não mudam o fato de que, ao menos desde 1989, as candidaturas



Em 1989, a candidatura de Lula à presidente teve como vice o latifundiário e ex-PMDB, Bisol. Ainda assim, recebeu apoio de quase todas as correntes da esquerda brasileira. [Google Imagens]

petistas eram dominadas politicamente pela burguesia.

Em um artigo de 2009, o PCO reconheceu o caráter de todas as candidaturas petistas desde 1989 como frentes de colaboração de classes:

“A Frente Brasil Popular de 1989, para o movimento operário, ou seja, para uma política de classe, revolucionária, não se distingue na sua essência das posteriores. Todas foram uma aliança com a burguesia, com um programa capitalista e proimperialista. Para os partidos pequeno-burgueses o que importa na definição da sua política não é a natureza de classe dos fenômenos políticos, mas a sua aparência, o que revela o caráter completamente antimarxista da sua doutrina e da sua política prática.”

“Lula e a cúpula petista, juntamente com seus aliados burgueses, buscaram canalizar todas as expectativas das organizações operárias para o terreno eleitoral, para estrangular todo o movimento grevista. A palavra-de-ordem do PT foi a de que ‘as greves atrapalham a candidatura de Lula’. Assim, elaboraram explicitamente uma política de acordo com toda a burguesia, um compromisso de manter a disputa no terreno estabelecido pela própria burguesia, num terreno controlado pela própria burguesia.”

O Significado da formação da Frente Brasil Popular, 13 de setembro de 2009.

Disponível em http://www.pco.org.br/conoticias/ler_materia.php?mat=16934

Ao criticar atualmente as posições frentepopulistas do PSOL e do PSTU, o PCO tenta passar uma imagem “ortodoxa” de oposição em geral às frentes de colaboração de classes. Mas o atual discurso do PCO contradiz os seus próprios atos passados. Os famosos slogans do PCO, “Trabalhador vota em trabalhador” e “Quem bate cartão não vota em patrão”, nem sempre foram seguidos à risca por Rui Costa Pimenta e seus companheiros. De fato, o PCO *apoiou* as candidaturas frentepopulistas do PT de Lula nos anos 80 e 90 e nutriu enormes ilusões sobre o caráter supostamente “operário” dessas frentes em seus primeiros anos.

O PCO afirma atualmente que a Frente Brasil Popular de 1989 “não se distingue na sua essência das posteriores”, mas continua sustentando a posição que teve na época, de apoio eleitoral e participação (como corrente interna do PT) nessa frente popular. Na verdade, o PCO sequer parece ter problemas em reproduzir suas notas da época, o que demonstra a sua total falta de coerência interna ao criticar a mais recente traição do PSTU.

PCO: falta de coerência e ausência de autocrítica

Em uma de suas declarações sobre a frente de Belém, o PCO acusou o PSTU de realizar vários “malabarismos” para justificar o seu apoio a uma frente popular. Mas muitos desses mesmos “malabarismos” estavam também



Coluna do PCO em uma manifestação: muitas vezes tal partido faz críticas corretas à organizações como o PSTU e o PSOL. Mas, por detrás de sua aparência supostamente ortodoxa, residem diversos desvisos oportunistas. [pco.org.br]

presentes na própria política da tendência Causa Operária nas frentes populares dos anos 80 e 90. O PCO criticou o PSTU, por exemplo, por identificar a candidatura de Edmilson Rodrigues, financiada pela burguesia, com a classe trabalhadora:

“O PSTU, no entanto, apresentou a candidatura de Edmilson como uma candidatura representante dos operários: ‘A candidatura de Edmilson Rodrigues canaliza hoje um sentimento de oposição de esquerda ao governo federal e também de experiência com a prefeitura do PTB, que levou a cidade à beira da destruição (...). Algumas pesquisas apontam 37%. Na classe operária, que tem grande simpatia por Edmilson, esse percentual é ainda maior’.”

“O elevado número de votos em Edmilson não seria porque este é um candidato da burguesia de Belém, para o PSTU, mas porque a classe operária tem grande simpatia por ele. A questão que fica é como um candidato que é da classe operária poderia ter sua campanha financiada por empresários. Por que os empresários financiariam um candidato que iria se opor a eles caso viesse a se eleger?”

Depois de eleger vereador, PSTU vira ‘crítico’, 27 de outubro de 2012.

Disponível em: http://www.pco.org.br/conoticias/ler_materia.php?mat=38711

Uma excelente pergunta. Mas eis o que Causa Operária escreveu em 1989, diante da candidatura petista de aliança com a burguesia:

“Da mesma forma que nas eleições municipais - e com maior intensidade - o PT tende a expressar no terreno das eleições presidenciais as tendências combativas e classistas das massas”.

“Este é um fenômeno objetivo. Agruparam-se em torno da candidatura de Lula o conjunto dos ativistas sindicais e populares urbanos e o explosivo movimento dos trabalhadores rurais. Suas lideranças

veem na candidatura de Lula a expressão política mais geral da luta reivindicativa que desenvolvem no dia a dia. Esperam que esta candidatura dê uma perspectiva de resolução do seu ponto de vista, do ponto de vista da luta dos operários e rurais ao problema dos salários, da terra, das condições de vida, da dívida externa etc.”.

“A candidatura de Lula tende a tornar-se, portanto, a expressão objetiva dos multitudinários movimentos de luta dos últimos anos, colocando-os no centro da cena política, na disputa pelo governo federal, dando-lhes naturalmente um caráter nacional e unitário e colocando-os diretamente e explicitamente em relação ao poder do Estado”.

Causa Operária No. 83, 1ª quinzena de janeiro de 1989. Citado em

http://www.pco.org.br/conoticias/ler_materia.php?mat=16934

Pode-se, com razão, perguntar ao PCO “por que os empresários financiariam um candidato” (Lula) que supostamente “tendia a expressar no terreno das eleições presidenciais as tendências combativas e classistas das massas”? Tomando em consideração a afirmação atual do PCO de que a frente popular de 1989 representava “uma aliança com a burguesia, com um programa capitalista e proimperialista” e o fato de que ela foi apoiada por setores da burguesia (como o candidato a vice-presidente e latifundiário José Paulo Bisol), então aparentemente o PCO acredita que possa haver um programa e uma coalizão burgueses que sejam, ao mesmo tempo, “expressão objetiva dos multitudinários movimentos de luta”. Caso contrário, teria realizado uma autocritica de quando assumiu postura semelhante àquela do PSTU, que hoje ataca com ares de ortodoxia trotskista. Mas, na ausência de tal autocritica, a autoridade do PCO como crítico da traição cometida pelo PSTU em Belém cai por terra, junto com a coerência de seus argumentos.

Diferente desse “malabarismo” utilizado pela Causa Operária em 1989 e com o qual o PCO parece estar confortável até os dias de hoje, Leon Trotsky defendia uma perspectiva absolutamente diferente em relação a blocos de colaboração de classe:

“A Frente Popular nos diz, não sem revolta, que não é um cartel, em absoluto, mas um movimento de massa. É verdade que não faltam definições pomposas, mas elas não mudam as coisas. O objetivo do cartel sempre foi o de frear o movimento de massa, orientando-o para a colaboração de classes. A Frente Popular tem exatamente o mesmo objetivo. A diferença entre eles - e não é pequena - é que o cartel tradicional foi aplicado nas épocas de estabilidade e de calma do regime parlamentar. Hoje, com as massas impacientes e prontas a explodir, tornou-se necessário um freio mais sólido, com a participação dos ‘comunistas’. Os atos comuns, as marchas espetaculares, os juramentos, a união da bandeira da Comuna [de Paris] com a

bandeira de Versalhes, a gritaria, a demagogia, tudo isso não tem mais que um objetivo: conter e desmoralizar o movimento de massa.”

A França na Encruzilhada, março de 1936.

A “tática” do apoio crítico: mais malabarismos

Em suas polêmicas com o PSTU, o PCO também comentou o fato de que depois do primeiro turno das eleições (e de ter elegido um vereador enquanto coligado com PSOL e PCdoB), o PSTU se retirou da frente de Belém, mas seguiu chamando “voto crítico” nessa frente popular, dizendo que fazia isso “contra a burguesia”:

“O PSTU chama então voto ‘crítico’ em Edmilson ‘para derrotar a burguesia’, apesar de a burguesia estar com Edmilson.”

Acordo eleitoral com o ‘governista’ PCdoB expõe a farsa do PSTU, 4 de julho de 2012.

Disponível em http://www.pco.org.br/conoticias/ler_materia.php?mat=37023

Mas o que o PCO fez nos anos 80 e 90? Nessas ocasiões, o PCO “apoiou criticamente” a candidatura burguesa de frente popular do PT ao mesmo tempo em que dizia lutar contra a colaboração de classes (!). Ao comentar sobre suas posições políticas daquela época, o PCO tentou justifica-las dizendo que:

“Em 1989, Causa Operária chamou a votar em Lula e no PT, mas com um programa de luta que se opusesse a todas essas alianças com a burguesia...”.

O PT e a Frente Brasil Popular de 1989, 30 de julho de 2009. Disponível em

http://www.pco.org.br/conoticias/ler_materia.php?mat=15797

“Em 1994, o PCO apoiou criticamente a candidatura de Lula com seu programa socialista e revolucionário, tendo como eixo um governo operário e denunciando a frente popular como uma política de traição à classe operária.”

Nota sobre a história do Partido da Causa Operária, sem data. Disponível em

<http://www.pco.org.br/pco/notas.htm>

Como é possível apoiar eleitoralmente a Frente Brasil Popular levantando um “programa de luta que se opusesse a todas as alianças com a burguesia” se a coligação era precisamente uma aliança com a classe dominante? Por que “apoiar criticamente” a candidatura de Lula ao mesmo tempo em que se afirma abertamente que essa frente popular era uma “política de traição à classe operária”? Essas “justificativas” são *idênticas* às que são atualmente sustentadas pelo PSTU com relação à frente de Belém. A única diferença é que a candidatura do PT era muito mais poderosa e agregava mais setores da burguesia e que o PCO está, pela sua atual localização

na esquerda brasileira, menos inclinado nesse momento a entrar em uma frente popular. Mas fica claro que a “oposição” do PCO à frente popular não é uma questão de princípios, o que não impede que ela se repita no futuro.

Novamente, diferente dos malabarismos aos quais recorre o PCO, a política de Trotsky, que nós reivindicamos como a correta, com relação a esse tipo de aliança com a burguesia não era de “apoio crítico”, nem eleitoral, nem “tático” e nem “técnico”:

“A questão das questões atualmente é a Frente Popular. Os centristas de esquerda procuram apresentar esta questão como tática ou mesmo como uma manobra técnica, a fim de poder vender as suas mercadorias na sombra da Frente Popular. Na realidade, a Frente Popular é a questão principal da estratégia da classe operária nesta época. Também confere o melhor critério para diferenciar o menchevismo do bolchevismo.”

A seção holandesa e a Internacional, julho de 1936.

Ainda mais malabarismos: embelezando a frente popular

Em um de seus artigos recentes, o PCO criticou o PSTU por esconder o caráter de classe da sua frente popular de Belém ao embelezar os seus companheiros de bloco:

“O PSTU mostra isso sim, como uma organização que se diz ‘revolucionária’ e ‘socialista’ pode fazer uma aliança com um partido burguês nas eleições: basta dizer que ele não é um partido burguês! Assim os ‘revolucionários’ do PSTU pretendem justificar suas presepadas, tanto no movimento operário, quanto nas eleições burguesas. Ou é disso que se trata, ou todos seriam obrigados a acreditar na existência de um partido ‘sem classe’, mas que governa para a burguesia.”

Acordo eleitoral com o ‘governista’ PCdoB expõe a farsa do PSTU, 4 de julho de 2012. Disponível em

http://www.pco.org.br/conoticias/ler_materia.php?mat=37023

Mas as posições do PCO sobre a candidatura petista de 1989 também contém uma tentativa similar de definir setores da burguesia que compunham a frente popular como algo “sem caráter de classe”. Hoje em dia, o PCO afirma sem rodeios o caráter de classe do candidato a vice-presidente da frente de 1989:

“Na edição de *Causa Operária* desta semana, seguindo as comemorações dos 30 anos do jornal, iremos mostrar como o PT se integrou totalmente ao regime burguês com a aliança com o **político burguês Paulo Bisol** e a criação da Frente Brasil Popular de 1989 que foi fundamental em criar as condições para o ataque das duas últimas décadas

contra os trabalhadores e suas condições de vida” (ênfase nossa).

O PT e a Frente Brasil Popular de 1989, 30 de julho de 2009. Disponível em

http://www.pco.org.br/conoticias/ler_materia.php?mat=15797

Mas na época, o jornal *Causa Operária* escreveu que:

“O senador José Paulo Bisol é uma sombra da burguesia, não a burguesia ela mesma. Ele não representa a burguesia, mas também não tem representatividade entre a classe operária e as massas populares. É um nada político.”

Causa Operária No. 83, 1ª quinzena de janeiro de 1989. Citado no mesmo artigo.

“Sombra da burguesia” foi o termo que Trotsky usou para se referir aos elementos burgueses na Frente Popular durante a guerra civil espanhola. A burguesia enquanto classe apoiou Franco quase inteiramente, mas os stalinistas e socialdemocratas fizeram tudo ao seu alcance para manter alguns representantes políticos e ideológicos da classe dominante na sua aliança. Isso foi feito como uma garantia por parte de Stalin aos seus futuros aliados imperialistas de que a Espanha teria um futuro burguês. A questão era que, mesmo sendo pequeno o seu peso social, a “sombra da burguesia” era decisiva. A escolha do termo pelo PCO em 1989 é oportunista sob esse ponto de vista, pois busca minimizar a influência e o caráter burguês da coalizão de frente popular dizendo que Bisol “não representa a burguesia”.

Bisol representava muito mais que um “nada político”. O PCO talvez devesse aplicar a si mesmo a sua crítica com relação aos “revolucionários” que (ao embelezar os componentes capitalistas desta) se esquivam de caracterizar inequivocamente a frente popular como uma **coalizão burguesa**.

Algumas conclusões

Em um dos seus artigos recentes sobre a questão das frentes populares, o PCO sustenta a visão de que:

“Ainda hoje, inúmeros grupos que se consideram revolucionários fazem uma distinção entre aquela frente de colaboração de classes [de 1989] e as posteriores realizadas pelo PT, tomando a aparência pela realidade. Muitos que apoiaram a candidatura de Lula em 1989 recusaram-se a apoiá-la nos anos posteriores, revelando que são partidários de uma política de colaboração de classes com um verniz esquerdista, mas não de uma política de independência de classe.”

O Significado da formação da Frente Brasil Popular, 13 de setembro de 2009. Disponível em

http://www.pco.org.br/conoticias/ler_materia.php?mat=16934

De acordo com os próprios critérios do PCO, só podemos concluir que seus dirigentes são “partidários de uma política de colaboração de classes com um verniz esquerdista”, mas não de uma política consistente de independência da classe trabalhadora.

O PCO nunca realizou um balanço da sua política de apoio às primeiras frentes populares do PT e segue (de forma um tanto quanto confusa) reivindicando seu apoio eleitoral e suas ilusões da época ao mesmo tempo em que acusa de oportunistas aqueles que fizeram precisamente o mesmo. Essa posição esquizofrênica é uma tentativa de encobrir a identificação oportunista que o PCO fez entre a frente popular e os interesses da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, permitir à organização posar como uma alternativa mais militante em suas críticas atuais aos seus adversários na esquerda.

Como dissemos, os trotskistas se opõem por princípio às frentes populares e à colaboração política com a classe dominante. Para o PCO, entretanto, parece que o apoio ou não a uma frente popular é algo que depende da “aparência” mais ou menos radical que ela apresente e dos seus interesses organizativos mais imediatos, o que revela (segundo suas próprias palavras citadas acima) “o caráter completamente antimarxista da sua doutrina e da sua política prática”.

As raízes políticas do PCO e o legado revisionista sobre a frente popular

Se a questão da frente popular era, na época de Trotsky, a “questão principal da estratégia da classe operária”, ela possui hoje importância equivalente. Ironicamente, a maior parte das organizações surgidas após a destruição da Quarta Internacional pelo revisionismo retrocedeu às mesmas concepções combatidas por Trotsky em seu tempo: identificar a frente popular com a classe trabalhadora, defender o apoio eleitoral a elas como algo “tático”, e mesmo tornar-se parte integrante de algumas. A tradição política da qual se original o PCO não foge disso.

Ela remonta ao dirigente do Partido Obrero (PO) argentino, Jorge Altamira, com cuja “internacional” o PCO rompeu relações há poucos anos atrás. Até hoje, nem o PCO nem a “Coordenação pela Refundação da Quarta Internacional” (CRQI, liderada pelo PO) esclareceram

publicamente os motivos do seu racha. Se existem razões político-organizativas relevantes para o fim de uma relação internacional que durou por décadas, então qualquer grupo que afirme lutar para reconstruir a Quarta Internacional em tantos países quanto possível deve explicar porque abandonou seus companheiros brasileiros (no caso da CRQI) ou o agrupamento internacional do qual fazia parte (no caso do PCO). Mas não: o CRQI lançou o seu novo grupo brasileiro (que publica o jornal “Tribuna Classista” e ao qual é ligado o professor da USP Osvaldo Coggiola) sem explicar direito porque abandonou seus velhos amigos; o PCO até hoje não falou sequer uma palavra sobre o assunto publicamente. Seja qual tenha sido a razão para o rompimento, o silêncio de ambos os lados indica uma forte tendência a minimizar a importância da questão da Internacional e de que o CRQI não é uma “internacional” centralizada em torno de políticas concretas, mas uma federação de grupos reunidos por conveniência.

Assim como o PCO não explicou suas razões mais imediatas para romper com Altamira, ele também não buscou fazer nenhum tipo de balanço crítico do legado deste dirigente, nem com relação à questão da frente popular, nem com qualquer outro tema relevante para os que se reivindicam trotskistas.

Como muitos pseudotrotskistas, o grupo de Altamira já realizou diversas polêmicas com outras correntes da esquerda denunciando-as por apoiar frentes populares [2]. Porém, no que pode ser considerado um precedente para a atual posição contraditória (e hipócrita) do PCO, a corrente altamirista também jamais foi consistente em defender uma política de independência da classe trabalhadora.

Muitos anos antes das eleições brasileiras, a corrente de Altamira já reivindicava posições frente populistas, como aquela aplicada por seus então parceiros internacionais do POR (Partido Operário Revolucionário) boliviano (associado ao dirigente histórico Guillermo Lora) em 1971. Na situação potencialmente revolucionária em que vivia a Bolívia naquele momento, o partido de Lora realizou um bloco com a fração burguesa dirigida pelo General Torres, que havia sido deposto do cargo de presidente, sob a fachada de uma suposta “frente revolucionária anti-imperialista”. Essa “frente revolucionária” com o “general patriótico” e ex-presidente do regime burguês, ainda que não fosse durante uma disputa eleitoral, se tratava de uma frente popular. Ela serviu igualmente bem para iludir os trabalhadores mais avançados sobre o caráter supostamente “anti-imperialista” desse setor da burguesia boliviana. Essa política foi apoiada pelo grupo argentino de Altamira, então chamado Política Obrera, que se reuniria com Lora em uma “Conferência Latino-americana” no ano seguinte. Os dois dirigentes só se separariam no fim dos anos 1980.

Logo Altamira daria um exemplo de como seria uma “frente anti-imperialista” em seu próprio terreno nacional. Durante a redemocratização argentina no início dos anos 1980, a corrente altamirista (já chamada de Partido Obrero) fez um chamado recorrente pela formação de uma “frente anti-imperialista de toda a esquerda” para as eleições de 1983. Essa frente incluiria, além do partido stalinista pró-moscou, do partido socialdemocrata



Jorge Altamira, principal dirigente do Partido Obrero: até hoje permanece inexplicada a ruptura entre o PO e o PCO. [po.org.ar]

e de correntes maoístas, também a “ala de esquerda” do movimento peronista (nacionalista burguês). Essa “esquerda peronista” incluía personagens e partidos historicamente comprometidos com a classe dominante e com a manutenção do capitalismo. Essa frente não chegou a se realizar porque nenhum desses setores quis entrar em negociações com Altamira e lançaram suas próprias frentes eleitorais burguesas. Mas isso deixou claro que, mesmo antes do apoio e participação na frente popular brasileira de 1989 (e em diante), a corrente de Altamira já visava aplicar uma política de conciliação de classes.

Um exemplo mais recente do apoio a coalizões burguesas foi quando Altamira defendeu votar por Evo Morales nas eleições bolivianas de 2005. A Bolívia vivia novamente um momento de lutas de classe incandescentes, que haviam levado à queda de um presidente e à convocação de eleições antecipadas. Nesse contexto, a candidatura do MAS (Movimento ao Socialismo) de Morales cumpria um papel claro de contenção social dos protestos do proletariado, dos camponeses pobres e povos indígenas, buscando manter os limites do capitalismo ao mesmo tempo em que sustentava uma retórica nacionalista/indigenista. A candidatura do MAS buscou o apoio de setores da burguesia e reivindicou a construção de um “capitalismo andino” com algumas reformas e nacionalizações dentro dos marcos capitalistas. Morales também se identificava com os governos burgueses de Lula e Kirchner. Apesar de reconhecer isso, o PO de Altamira defendeu votar em Morales como uma forma de supostamente “golpear o imperialismo”. Esses eventos ocorreram quando o PCO ainda estava associado com Altamira e o grupo brasileiro seguiu seu mentor nessa capitulação, embora hoje evite falar muito sobre o assunto [3]. *(Para uma discussão mais fundamentada sobre essas posições, leia o apêndice ao final deste artigo).*

Nós não temos a menor expectativa de que os dirigentes do PCO estejam interessados em fazer um balanço honesto da sua contribuição e seu seguidismo dos erros e desvios da corrente de Altamira ao longo dos anos. Eles preferem manter um silêncio com relação a todo esse histórico de capitulações, assim como sobre o motivo imediato de seu rompimento. Altamira teve um papel chave no desenvolvimento e na história do PCO (inclusive por influenciar suas decisões de votar pelas frentes populares brasileiras), mas, ao manter suas posições dessa época sem nenhum balanço crítico, com o objetivo de sustentar as aparências, os dirigentes do PCO não se mostram melhores do que ele. Consequentemente, não podemos ver na ruptura entre os dois uma guinada minimamente relevante do PCO à esquerda de seus antigos companheiros.

Os militantes e apoiadores mais conscientes do PCO, que prezem pela coerência da oposição trotskista à colaboração de classes, devem enxergar através da “cortina de fumaça” montada pelos dirigentes de sua organização. Uma atitude mais do que comum entre as correntes centristas é usar uma questão de princípio da política revolucionária para criticar seus adversários na esquerda quando é conveniente, ignorando ou escondendo que a própria corrente que faz a crítica lidou de forma similarmente revisionista com tal questão em outras

ocasiões. Além de oportunista, esse método contribui para disseminar uma enorme confusão entre os militantes honestos que reivindicam o trotskismo.

Sem um estudo prévio mais profundo da história das organizações que se usam dessa prática, um militante que se opõe à frente popular pode ser levado, por exemplo, a enxergar sinceridade em uma “crítica” contra a frente popular por parte de um Moreno, de um Altamira ou de um Rui Costa Pimenta. Todos eles denunciaram capitulações de outros grupos a frentes populares (algumas vezes entre si), mas todos também capitularam a frentes populares em determinados momentos. Por isso, um importante trabalho dos revolucionários é mostrar a falsidade e o oportunismo de tais posições, expondo as contradições dos seus autores. Somente assim é possível reunir o melhor da vanguarda que se reivindica revolucionária sob uma bandeira e um programa que representem de forma consistente a perspectiva trotskista (que tem como uma de suas marcas a independência da classe trabalhadora). Esse é um requisito indispensável para as futuras vitórias do proletariado.

NOTAS

[1] Para a crítica e análise do Reagrupamento Revolucionário, conferir **“A Frente de Belém na Lógica do Morenismo”**, de agosto de 2012. Disponível em: http://reagrupamento-rr.blogspot.com.br/2012/08/a-frente-de-belem-psolpstupcdob-na_25.html

[2] A corrente de Altamira muitas vezes reivindicou uma posição ortodoxa sobre a frente popular sem que isso a impedisse de tomar posições oportunistas em outros momentos. Em várias ocasiões, denunciou outras correntes na esquerda por capitular a frentes populares, como foi o caso do efêmero bloco entre as correntes de Nahuel Moreno (liderada pelo PST argentino) e Pierre Lambert (cuja seção principal era a OCI francesa). O “Comitê Internacional” Moreno/Lambert (1980-81) recebeu, dentre outras, a seguinte crítica do Partido Obrero argentino no fim dos anos 90:

“A base política de sua unificação foi o apoio à frente popular, encabeçada na França por Mitterrand. Nesse sentido, o ‘recorde’ do Comitê Internacional é verdadeiramente impressionante considerando que apenas subsistiu por nove meses: apoio à frente popular francesa encabeçada por Mitterrand (à qual a OCI dizia que pretendia destruir a V República, quer dizer, lhe atribuía um objetivo revolucionário); apoio à frente com a burguesia na Nicarágua; pediu o ingresso (do PST) à ‘multipartidária’ dos principais partidos patronais da Argentina; a reivindicação de que a Constituinte peruana (quer dizer, o parlamento burguês – no qual uma frente única que integrava os partidos do CI havia conseguido 12% dos votos) tomasse o poder para ‘resolver as contradições do povo explorado’. A lista segue: Bolívia, El Salvador, Brasil...”.

La cuestión del programa, Luís Oviedo, EDM No. 16, março de 1997

<http://po.org.ar/edm/la-cuestion-del-programa/>

[3] Em um sumário da edição especial do jornal Causa Operária de dezembro de 2005 (<http://www.pco.org.br/causaoperaria/2005/412/sumario.htm>) há um artigo intitulado “Chamamos a votar em Evo Morales e no MAS”. O curioso é que, apesar dessa declaração explícita de apoio à candidatura de Evo Morales (em consonância com a linha dos seus então parceiros internacionais do Partido Obrero), o artigo em questão não estava disponível no site do PCO e também não é possível encontrar nenhuma declaração online do PCO à época sobre esse tema, como se o assunto tivesse sido sutilmente posto debaixo do tapete nas publicações do PCO na internet.

APÊNDICE

A trajetória de colaboração de classes do Partido Obrero argentino

Reunimos a seguir, na forma de apêndice, uma breve discussão sobre momentos da trajetória do Partido Obrero argentino de Jorge Altamira, ao qual o PCO esteve até recentemente ligado e ao qual deve em grande parte as suas origens políticas - das quais até hoje não foi capaz de realizar um balanço crítico. Esse resumo tem por objetivo apresentar ao leitor uma compilação das principais capitulações cometidas pelos “altamiristas” no que diz respeito à política traidora da colaboração de classes.

(1) A associação ao POR boliviano e sua “frente revolucionária anti-imperialista” (1971)

Em julho de 1972 foi celebrada uma “Conferência Latino-americana”, que reuniu o Partido Obrero Revolucionário, associado a Guillermo Lora e o grupo liderado por Jorge Altamira (então chamado Política Obrera) com a corrente dirigida por Pierre Lambert e a OCI francesa (que então publicava o periódico *La Vérité*). Uma das bases da formação desse agrupamento foi o apoio dessas correntes à política adotada pelo POR boliviano em 1971. Inclusive a OCI, que antes tinha críticas à linha do POR, deixou-as de lado com o objetivo de formar uma “Internacional” com bases políticas extremamente oportunistas. E qual foi a política do POR boliviano que serviu de base a essa fusão?

Em 1971, o então presidente da Bolívia, o general “patriótico” J. J. Torres, foi derrubado por um golpe militar reacionário. Durante a organização da resistência ao golpe, o POR (uma das poucas organizações trotskistas que possuiu influência de massas) desempenhava um papel de destaque na esquerda boliviana. Entretanto, a sua política não foi de denúncia implacável da burguesia nacional (incluindo Torres) e dos seus aliados reformistas, como o partido stalinista. Ao invés de adotar tal política principista, Lora e seus companheiros formaram um bloco com os reformistas — uma frente popular que subordinava a resistência proletária ao ex-presidente burguês, disfarçada sob a alcunha de “frente revolucionária anti-imperialista”.

Mesmo antes do golpe, o POR apoiou a perspectiva de criar um governo “anti-imperialista” com o general Torres. Isso foi uma expressão do típico etapismo menchevique/stalinista de criar um governo reunindo todas as classes supostamente “progressivas” e “anti-imperialistas” (incluindo a burguesia nacional) como um requisito prévio à luta pelo socialismo. Em um conjunto de teses aprovadas pela COB (principal central sindical dos trabalhadores bolivianos) antes do golpe, escritas pelos próprios dirigentes do POR e nas quais o partido votou, está escrito que:

“Para poder atingir o socialismo, parece ser necessário, antes de tudo, realizar uma unidade de todas as forças revolucionárias anti-imperialistas. A revolução popular anti-imperialista está ligada à luta pelo socialismo. A frente popular é uma aliança de classes relacionadas, e o instrumento unitário para fazer a revolução. A expulsão do imperialismo e a realização das tarefas nacionais e democráticas vão tornar possível a revolução socialista.”

Traduzido da versão citada pela revista teórica da OCI, *La Vérité*, de outubro de 1970. Citado em “Centrist Debacle in Bolivia”, *Workers Vanguard* No. 3, dezembro de 1971.

Depois do golpe, a COB (que era largamente influenciada pelo POR) impulsionou uma “Assembleia Popular” que o POR considerou um embrião de duplo poder soviético, o que demonstra a gravidade da situação. Mas a linha do POR era de colaboração com o presidente do regime burguês deposto, não de independência da classe trabalhadora. Em uma declaração assinada juntamente com o Partido Comunista (stalinista), com os grupos nacionalistas de esquerda e pelo próprio general Torres, o POR declarou que:

“Portanto, a necessidade é inegavelmente construir uma unidade de luta de todas as forças progressivas e democráticas para que a grande batalha possa começar em condições de oferecer uma perspectiva real para um governo nacional e popular...”

“Esta não é uma batalha que diz respeito a apenas um setor do povo explorado, ou apenas uma classe, instituição ou partido (...). Qualquer forma de sectarismo é contrarrevolucionária. Sejamos dignos do sacrifício daqueles que caíram em 21 de agosto defendendo a Bolívia.”

Traduzido da versão citada na edição de 6 de dezembro de 1971 de *Intercontinental Press*. Citado em “Centrist Debacle in Bolivia”, *Workers Vanguard* No. 3, dezembro de 1971.

Na sua luta inconsistente contra o frentepopulismo do bloco Moreno-Lambert (montado depois que a OCI lambertista se separou de Lora e Altamira no fim dos anos 70), Altamira reivindicou a política do POR em 1971 como se ela não significasse uma subordinação à burguesia nacional e o POR não tivesse realizado “nenhuma



Manifestação da COB durante a greve geral de 2013: ao invés de usar de forma revolucionária a sua influência sobre as bases da central sindical, o POR capitulou à burguesia em dois momentos chave da história boliviana: em 1952 e em 1971. Material sobre o assunto pode ser encontrado no Arquivo Histórico disponível em nosso blog e site. [rcinet.ca]

concessão” que comprometesse a luta revolucionária das massas. Ao mesmo tempo, disse que um partido revolucionário não deveria de forma alguma chamar as massas romper com “as forças frentistas aliadas”:

“(…) Mas o que não é puramente ocasional é a tática de Frente Única Anti-imperialista, dirigida a todas as organizações que se encontrem sob a pressão das massas, com vistas a uma luta revolucionária comum.”

“O comando político da COB (outubro de 1970) durou três meses, e o POR defendeu que, em vista da radicalização das massas, ele estava esgotado, e que devia lançar a consigna soviética de Assembleia Popular.”

“A oportunidade da tática da FUA está relacionada com uma situação em que o imobilismo das massas já foi sacudido e, por isso, se abriu a perspectiva, com avanços e retrocessos, de uma prolongada luta anti-imperialista.”

“Na Frente Anti-imperialista, o partido operário deve manter por inteiro a sua independência política. Não pode fazer nenhuma concessão que comprometa a luta revolucionária das massas apenas para manter seus aliados na frente comum. O partido revolucionário não entra na frente na qualidade de seita, mas sim de partido e por isso não tem por finalidade a ruptura, nem se empenha tampouco em uma campanha para que as massas rompam com as forças frentistas aliadas (...). A vigência de uma forma determinada da Frente Anti-imperialista (por exemplo, um bloco de partidos dirigindo uma luta de massas ou uma campanha eleitoral) e sua passagem a outras (soviets de trabalhadores, camponeses, soldados e nacionalidades oprimidas) incluídas as rupturas, dependem da experiência mesma das massas e das mudanças de conjunto na situação política”.

Las ‘tesis’ del Comité Internacional, por Jorge Altamira e Júlio N. Magri, Internacionalismo No.

3, agosto de 1981. Reimpresso em “No fue un martes negro más” pág. 343.

<http://po.org.ar/pdf/ALTAMIRA%20Jorge%20-%20No%20fue%20un%20Martes%20Negro%20mas.pdf>

É chocante o quão distante do trotskismo são estas posições. Trotsky chegou a afirmar que “Não há maior crime do que uma coalizão com a burguesia em um período de revolução socialista” (*O Trotskismo e o PSOP, julho de 1939*). O revolucionário russo explicou detalhadamente a política dos bolcheviques com relação a esse tipo de frente popular em uma situação revolucionária:

“Esquece-se frequentemente que o maior exemplo histórico de Frente Popular é o da revolução de fevereiro de 1917. De fevereiro a outubro, os mencheviques e os socialistas-revolucionários, que constituem um bom paralelo com os ‘comunistas’ e os socialdemocratas de hoje, fizeram uma aliança estreita e em coalizão permanente com o partido burguês dos ‘cadetes’, com os quais eles formaram uma série de governos de coalizão. Sob o emblema de Frente Popular, se encontrava toda a massa do povo, inclusive os soviets dos operários, dos camponeses e dos soldados. É claro que os bolcheviques participaram dos soviets. Mas eles não fizeram nenhuma concessão à Frente Popular. Eles exigiam a *ruptura* com essa Frente Popular, a destruição da aliança com os cadetes, e a criação de um verdadeiro governo operário e camponês”.

A seção holandesa e a Internacional, julho de 1936, ênfase no original.

Desde essa época, a “frente revolucionária anti-imperialista” (ou “frente única anti-imperialista”) tornou-se um dos fios condutores, quase como um guia, da política das correntes de Lora e de Altamira. O significado dessa política é nada menos do que a traição frentepopulista à independência da classe trabalhadora, o atrelamento do proletariado a um projeto de manutenção da ordem burguesa capitalista.

(2) O chamado pela construção de uma frente popular na Argentina (1983)

Nas eleições argentinas de 1983 e ainda depois do seu término, a principal demanda do Partido Obrero foi pela formação de uma “frente anti-imperialista de toda a esquerda”, que tinha o objetivo de reunir o PO com os stalinistas, socialdemocratas e principalmente com a “esquerda peronista”:

“A questão mais importante de tudo isso é que o que está acontecendo seja denunciado aos trabalhadores; que se ponha em evidência a conexão política reacionária da cúpula peronista, e *que assim compreenda a esquerda peronista*. Para essa tarefa é fundamental que se estruture no país uma frente anti-imperialista de toda a esquerda.” (ênfase nossa).

“El Partido Obrero y el Peronismo”, Edições Prensa Obrera, setembro de 1983, pág. 117.

<http://po.org.ar/pdf/Po%20y%20el%20peronismo.pdf>

O Partido Obrero também explicitou quais organizações compunham a “esquerda” a qual se direcionava a “frente anti-imperialista”:

“As coisas são claras: os eleitores peronistas são chamados a votar por dois colaboradores da ditadura. Tanto um como outro gozam do favorecimento do imperialismo e do clero (este último em particular). A Intransigência Peronista, a tendência em que militava Cambiasso e tantos outros, é chamada a votar pelos colaboracionistas e encobridores do sistema e do aparato dos assassinos de Cambiasso e de outros. O Partido Intransigente, o PC, os socialistas autênticos e populares, os partidos do Trabalho e da Nova Democracia - todos os quais prometeram votar pelo peronismo ou pela primeira minoria no colégio eleitoral - são chamados a votar pelos candidatos do imperialismo e do Vaticano. E disseram que o fariam. É necessário apurar o veneno até a última gota.”

“As posições políticas da maioria dos partidos de esquerda são claras, mas comportam uma contradição. (...) A posição da maioria da esquerda reflete a posição da pequena-burguesia que busca evitar a passagem a uma luta revolucionária junto ao proletariado, e que segue sonhando em por de pé o sistema democrático sobre as bases tradicionais do regime capitalista.”

“O chamado a uma **frente anti-imperialista de toda a esquerda**, efetuado pelo Partido Obrero, tende a lutar contra essa confusão política e, significativamente, tem tido uma grande repercussão entre os ativistas da esquerda.” (ênfase nossa)

Idem, págs. 120 e 121.

É necessário esclarecer quem são esses grupos com os quais o Partido Obrero desejava fazer uma frente comum “de esquerda”. A fração “Intransigência Peronista”, dirigida por Vicente Saadi, era parte do Partido Justicialista (peronista). Saadi foi senador e governador da província de Catamarca, na qual sua família dominou a política por décadas. Quando Saadi foi eleito senador na redemocratização em 1983, liderou os peronistas no Congresso. Já o Partido Intransigente (um filhote da União Cívica Radical) havia sido fundado uma década antes das eleições de 1983 por Oscar Alende, um político burguês de longa trajetória que colaborou com vários governos militares. Durante a ditadura burguesa argentina de 1955-58, por exemplo, Oscar Alende foi parte de uma “Junta Consultiva Nacional” para assessorar os militares no poder. O PC stalinista dispensa apresentações diante dos rios de sangue que separam o stalinismo do trotskismo.

Era com esses senhores (e mais alguns outros),

em razão da popularidade que tinham no movimento de massas, que o Partido Obrero queria uma “frente anti-imperialista de toda a esquerda”. É até desnecessário argumentar sobre o caráter reacionário de indivíduos e grupos com essa ficha política. Como o PO pretendia “colocar em evidência a conexão política reacionária da cúpula peronista” estando aliado com alguns membros “de esquerda” dessa cúpula (como Saadi) e alguns outros partidos “democráticos” mergulhados até o último fio de cabelo na lama do Estado burguês? O mais irônico de toda essa história é que o PO contrapunha a sua “frente anti-imperialista” a outras iniciativas de colaboração de classes:

“O PI [Partido Intransigente] aparece claramente como um pivô de uma futura ‘frente popular’ (frente patronal de conciliação com o imperialismo), que submete a classe operária através de um setor da burocracia e do PC. Mas é precisamente pela existência de uma tendência ao frentepopulismo que se deve reivindicar a frente anti-imperialista revolucionária, para opor à ‘unidade anti-imperialista’ dirigida pela burguesia (de conciliação com o imperialismo e de subordinação da classe operária), a unidade anti-imperialista que permita a luta consequente contra a opressão nacional e que facilite para a classe trabalhadora a conquista da hegemonia na revolução.”

Idem, pág. 153.

Parece que, com esse jogo de palavras, tudo muda da água para o vinho; basta adicionarmos alguma retórica “revolucionária” e, é claro, incluímos o Partido Obrero. Nesse esquema, uma frente com partidos da burguesia poderia ser tanto uma “frente popular” nociva ao movimento dos trabalhadores, quanto uma que permitisse uma “luta consequente” do proletariado.

Trotsky combateu severamente a ideia de que “acordos” ou “combinações” com a burguesia poderiam impedir que, em uma frente como essa, a burguesia desempenhasse o papel dominante. Uma frente popular (mesmo que seja indevidamente rotulada de “anti-imperialista”) inclui formações que dependem da manutenção da ordem burguesa para sua existência (como era o caso do Partido Intransigente, da Intransigência Peronista e outros). Por isso, nenhuma frente como essa pode ajudar o proletariado a perceber a demagogia do Estado burguês, mas apenas tentar iludi-lo a apoiar uma ou outra variante do regime burguês. O proletariado não pode dominar uma frente composta pelos seus exploradores, nem mesmo ficar em pé de igualdade. “Um homem montado num cavalo não é um ‘bloco neutro’ entre o homem e o cavalo”, como defendeu Trotsky. O proletariado só pode vencer se estiver em oposição a todos os setores que querem mantê-lo como uma classe explorada sob um regime de opressão. Mas essa lição foi esquecida pelo Partido Obrero.

(3) O chamado para votar em Evo Morales (2005)

Na época das eleições bolivianas de dezembro de

2005, o Partido Obrero argentino afirmou que:

“O confuso programa do MAS é a expressão de seu impasse político, ou seja, da pretensão de amalgamar as violentas contradições sociais do país. Constitui um intento da raquítica pequena-burguesia profissional, que tende a ser cooptada pelas multinacionais ou suas dependências secundárias, de impor a sua saída às massas do Altiplano, que vivem na miséria. Em definitivo, não intenta mais do que teorizar uma transição do período revolucionário a uma etapa de características democratizantes, tutelada pelas burguesias dos países vizinhos e o imperialismo”.

Llamamos a votar por Evo Morales y el MAS, El Obrero Internacional No. 4, dezembro de 2005. Reimpresso em “La Revolución Boliviana 2003-2006”, pág. 40.
<http://po.org.ar/pdf/bolivia.pdf>

Tal caracterização, entretanto, não impediu o PO e sua “internacional”, o CRQI, de apoiar e comemorar a vitória eleitoral do MAS e de dizer, no mesmo texto, que a sua ascensão ao Estado burguês seria um “golpe no imperialismo” ao supor que uma vitória eleitoral de Morales fortaleceria as demais nações oprimidas da América Latina contra as potências:

“Uma vitória do MAS seria um golpe no imperialismo,

inclusive se esse golpe está condicionado às perspectivas que abre essa vitória. Chamamos a votar pelo MAS. Não amplia as margens de manobra de governos como os de Lula e Kirchner, mas os coloca de cara com a luta dos trabalhadores de seus países. Alarga o campo da luta de classes na América Latina. Reforçaria sim o governo de Chávez frente ao imperialismo, porque Chávez se encontra em um choque com o imperialismo, mas não o fortaleceria em seu propósito de reduzir a atividade independente das massas venezuelanas.”

Idem, pág. 41.

É claro que a perspectiva do PO de uma vitória do MAS que iria supostamente “alargar o campo da luta de classes na América Latina” se mostrou absolutamente falsa. Essa vitória só serviu para colocar no poder um governo que foi “cooptado pelas multinacionais ou suas dependências secundárias” e que certamente foi o pivô de uma “transição do período revolucionário a uma etapa de características democratizantes, tutelada pelas burguesias dos países vizinhos e o imperialismo” e que enganou as massas bolivianas. Isso foi demonstrado tanto pelo curso dos eventos quanto confirmado pelo próprio Partido Obrero em ocasiões posteriores. Mas, como é de costume, isso não o fez reavaliar criticamente a sua posição de dezembro de 2005.



O último prego no caixão

A LBI capitula ao chavismo nas eleições venezuelanas

Rodolfo Kaleb, 08 de abril de 2013

Aqueles que acompanham as publicações da Liga Bolchevique Internacionalista (LBI) podem ter sido surpreendidos pelo recente anúncio de que ela está dando apoio eleitoral para Nicolas Maduro. Maduro é o sucessor de Hugo Chávez e candidato a presidente pelo partido nacionalista-burguês PSUV (Partido Socialista Unido da Venezuela) nas próximas eleições:

“No dia 14 de abril, data das eleições presidenciais venezuelanas, a vanguarda do proletariado deve adotar uma política de ‘estimular’ as tendências de radicalização do setor popular e camponês do nacionalismo burguês, estabelecendo uma unidade tática eleitoral com o chavismo contra a candidatura de Capriles [da oposição de direita burguesa] e sua ‘oposição unificada’ dos ‘esquálidos’, arquitetada e dirigida desde a Casa Branca, unidade tática que deverá ser materializada no apoio crítico à candidatura de Maduro, sem capitular politicamente ao ‘chavismo’ e seu programa.”

— **Editorial do Jornal Luta Operária # 253**, 19 de março de 2013. Disponível em:
http://lbi-qi.blogspot.com.br/2013/03/leia-o-editorial-do-jornal-lutaoperaria_19.html

Em outros trechos do artigo a LBI fala de uma “frente única eleitoral” com os chavistas. Trata-se de uma tentativa de enganar os incautos. Frente única é o nome que os revolucionários dão à unidade de ação entre duas ou mais forças políticas para lutar por um objetivo pontual comum que seja vantajoso para a classe trabalhadora, tal qual uma campanha de greve, um protesto de massas por uma questão específica, ou uma luta contra determinada medida reacionária do Estado burguês, por exemplo. É claro que mesmo em frente única os revolucionários não deixam de se diferenciar das organizações oportunistas de todo tipo e das outras forças políticas envolvidas.

Mas qual seria o nobre propósito da “frente única eleitoral” da LBI com o chavismo? A eleição do sucessor de Chávez daria garantia de alguma conquista significativa para a classe trabalhadora? Enfraqueceria decisivamente os reacionários de direita que os chavistas toleram? Golpearia seriamente a exploração estrangeira que os chavistas (apesar de seus conflitos ocasionais com os imperialistas) permitem que aconteça? Não.

Mais importante: a “tática eleitoral” da direção da LBI não traria a classe trabalhadora para mais perto da independência política de classe, que é o pré-requisito básico para uma luta pelo poder, mas muito pelo contrário. A experiência do proletariado chileno com

Allende indica que esse tipo de “tática” não é muito útil para defender o proletariado contra as investidas de uma direita golpista.

O único resultado certo de tal “frente única eleitoral” (caso a LBI tivesse peso real para influenciar um setor da população venezuelana) seria fortalecer o aparato chavista à frente do Estado burguês e a classe que ele protege. A direção da LBI diz que vota em Nicolas Maduro “sem capitular politicamente ao chavismo e seu programa”. Mas ao votar no candidato do chavismo, está dizendo para a classe trabalhadora que ela faz bem em depositar seu voto em uma plataforma burguesa que mantém o país dependente do imperialismo e ameaçado por um golpe da direita. E certamente uma plataforma que garante a manutenção da sua exploração. A LBI continua:

“Os marxistas devem se apoiar na tendência de giro à esquerda do movimento operário, utilizando os próprios instrumentos concretos construídos pela luta de classes, ainda que não sejam absolutamente ‘puros’, do ponto de vista de uma estratégia classista. A nova conjuntura iniciada com a brutal ofensiva imperialista de ‘ajuste’ contra suas semicolônias e o covarde assassinato do maior símbolo contemporâneo da resistência nacionalista a esta ofensiva imperial, obriga os marxistas a estabelecer cada vez mais a tática da frente única, que neste caso venezuelano aplica-se no terreno eleitoral.”

— **Idem.**

A LBI insinua que votar no candidato chavista serviria para proteger a Venezuela contra um fortalecimento da direita golpista, que com a ajuda do imperialismo realizou uma investida em 2002. É claro que no caso de uma tentativa de golpe “preventivo” contrarrevolucionário da direita apoiada pelo imperialismo, os revolucionários tomariam o lado militar contrário no confronto, usando métodos de luta da classe trabalhadora, que iriam desenvolver a consciência e a auto-organização das massas. Mas isso não é o mesmo que apoiar eleitoralmente o governo que está, ele próprio, preparando o terreno para a direita. Esta última ação só cria ilusões na classe trabalhadora e secundariza a sua ação direta diante da expectativa eleitoral no chavismo. A oposição intransigente dos revolucionários à candidatura e ao governo burguês do PSUV é um elemento essencial para preparar a classe trabalhadora venezuelana contra a direita. O que desarma os trabalhadores venezuelanos não é a falta de votos dos chavistas, mas precisamente as ilusões dos proletários de que os “líderes bolivarianos” vão defendê-los, enquanto na verdade estes deixam o terreno livre para o imperialismo e a reação. Há menos de um ano atrás, a própria LBI afirmou isso.

“É necessário preparar o terreno para a construção de um genuíno partido revolucionário capaz de enfrentar a onda de reação ‘democrática’ ou mesmo a direita fascista no caso de um novo golpe ‘cívico-militar’, fazendo um combate programático

completamente oposto à cantilena pregada por toda sorte de revisionistas de que está em curso uma ‘revolução’ na Venezuela, cabendo agora mais do que nunca segundo estes senhores, com a doença do ‘comandante’, cerrar fileiras em apoio eleitoral ao governo burguês centro-esquerdista de Chávez. Como marxistas revolucionários, alertamos que este é o caminho da derrota sangrenta nas mãos da direita reacionária. Longe dessa senda suicida, cabe aos trabalhadores defenderem pela via da ação direta suas conquistas e forjar um programa comunista proletário para a conquista do poder político sobre os escombros do Estado capitalista.”

— **Os que defenderam a frente única com Kaddafi para derrotar os ‘rebeldes’ da OTAN na Líbia devem ‘votar em Chávez contra o imperialismo’ na Venezuela?**, 9 de agosto de 2012. Disponível em:

<http://lbi-qi.blogspot.com.br/2012/08/os-que-defenderam-frente-unica-com.html>

Como será que votar no candidato chavista, o que a LBI há menos de um ano considerou ser o “caminho da derrota sangrenta nas mãos da direita reacionária”, se transformou repentinamente em uma forma de evitar o crescimento da reação burguesa ou de elevar a consciência de classe dos trabalhadores venezuelanos?

Existe ainda outro giro dramático por trás dessa nova posição da LBI. Ela ganhou notoriedade por defender fórmulas absolutamente delirantes de “boicote” generalizado às eleições burguesas em momentos nos quais não havia a menor conjuntura para aplicação dessa tática (como nas eleições brasileiras do ano passado). Ela também defendeu por bastante tempo que as eleições não passam de um grande teatro, onde a burguesia encena uma possibilidade de escolha, mas na verdade manipula os resultados nos bastidores, fraudando a eleição do começo ao fim:

“A burguesia nacional é apenas a ‘operadora’ de um processo eleitoral fraudulento desde a origem (mídia, pesquisas, debates, etc.) até a contabilização do último sufrágio.”

— **A farsa eleitoral entre o judice da máfia dos tribunais e a fraude da urna eletrônica**, agosto de 2010. Disponível em:

<http://www.lbiqi.org/jornal-luta-operaria/no-198-1a-quinzena-de-agosto-2010/a-farsa-eleitoral-entre-o-judice-da-mafia-dos-tribunais-e-a-fraude-da-urna-eletronica>

“Esta esquerda comprometida com as ‘reformas possíveis’ está muito longe de estabelecer a denúncia da democracia dos ricos e dos próprios mecanismos eletrônicos fraudulentos do atual processo institucional, que determina que os ‘vencedores’ sejam ‘eleitos’ por um seleto grupo de empreiteiras.”

— **Começa o circo eleitoral da ‘democracia’ dos ricos**, julho de 2012. Disponível em:

E não apenas no Brasil:

“O milionário mórmon Mitt Romney disputa pela segunda vez a indicação republicana à Casa Branca. Desta vez ganha em ‘casa’ e perde ‘lá fora’, faz parte do script previamente acordado entre os diversos trustes e os rentistas de Wall Street.”

— **Burguesia ianque já ‘elegeu’ Mitt Romney para ser derrotado por Obama, ex-‘banana’!**, janeiro de 2012. Disponível em:

<http://www.lbiqi.org/jornal-luta-operaria/no-229-janeiro-2012/burguesia-ianque-ja-201elegeu201d-mitt-romney-para-ser-derrotado-por-obama-ex-201cbanana201d>

Compartilhamos a visão de que as eleições são um “jogo de cartas marcadas” apenas no sentido de que não decidem nenhuma questão central para a luta de classes, não mudam qual classe detém o poder político, e dessa forma iludem a população de que esta teria algum “poder de escolha”.

Porém, a não ser em ocasiões específicas [1], não acreditamos que as eleições sejam completas fraudes (incluindo uma total manipulação na contagem dos votos) realizadas pela burguesia, de forma que fosse decidido de antemão qual dos seus candidatos ganha e qual perde. Se fosse assim, porque tantos empresários fariam investimentos de campanha não apenas em um, mas em vários candidatos que concorrem ao mesmo cargo? Segundo a teoria da conspiração que a LBI usa como substituto para uma análise marxista da realidade, tanto desperdício de dinheiro em doações de campanha seria apenas para dar “veracidade” a toda essa fraude eleitoral. [2]

Mas parece que todo o esquema mirabolante da direção LBI não seria verdade na Venezuela, onde as eleições cumpririam o papel de ser um “instrumento concreto construído pela luta de classes”, supostamente capaz de ajudar o proletariado contra a direita golpista. Como as eleições podem ser uma completa fraude no Brasil e nos Estados Unidos, mas na Venezuela um instrumento útil para a classe trabalhadora se defender contra a reação burguesa?

A partir de tamanha incongruência ficamos com a forte impressão de que a afirmação da LBI de que as eleições burguesas não passam de fraudes, parte da noção (ou talvez os tenha levado à conclusão, não podemos ter certeza de qual veio antes) de que, sob o capitalismo, eleições não-fraudulentas apresentam um risco muito maior à classe dominantes do que poderíamos pensar. Daí sua atual posição acerca das eleições venezuelanas, que eles arbitrariamente decidiram que não é uma fraude.

Como Lenin constantemente afirmava, as eleições burguesas em particular e a democracia burguesa em geral são ótimas formas de esconder a verdadeira natureza das relações de classe e, na maior parte dos casos, são a maneira mais eficiente de dominação da burguesia. Por detrás (ou talvez enquanto fruto) das constantes teorias da conspiração da LBI sobre todas as eleições serem fraudadas de antemão, parece residir certo grau de ilusão social democrata acerca da natureza das eleições não fraudadas.

A direção da LBI também tentou “justificar” a sua capitulação ao chavismo tagarelando sobre inúmeras posições ao longo da história do movimento trotskista (desde o entrismo realizado na socialdemocracia, até a defesa de nacionalizações realizadas pelo governo Cárdenas nos anos 1930). A única coisa que tais posições tem em comum é que nenhuma delas tem a ver com a atual capitulação da LBI. Não se trata aqui de adentrar como tendência aberta em um partido operário-reformista com influência de massas para disputar suas bases para um programa revolucionário, nem de defender nacionalizações que limitam (ainda que muito parcialmente) a penetração do capital imperialista em uma nação oprimida. Nós também defendemos as nacionalizações de Chávez contra o imperialismo, mas não damos nenhum apoio eleitoral ao projeto do PSUV, que é manter uma Venezuela capitalista e dependente.

Em várias ocasiões anteriores, a LBI não poupou acusações (muitas vezes merecidas) a organizações que votaram em coalizões burguesas enquanto faziam um discurso de esquerda. É bastante irônico que ela esteja agora saindo abertamente em defesa de votar no herdeiro político do regime que mais gera ilusões na esquerda latino-americana. Também no ano passado, a LBI apontou que:

“Para os revisionistas mais esquecidos, lembremos que o governo Chávez tem sido abertamente conivente com o assassinato de sindicalistas, principalmente aqueles que fazem oposição a seu governo, como foi o caso de três dirigentes operários da central venezuelana União Nacional dos Trabalhadores (UNT) que tiveram suas vidas ceifadas em 2008, ou os companheiros da Mitsubishi em 2009. A guarda nacional chavista reprime as greves e age em apoio aos grupos armados contratados pelos patrões para atacar os trabalhadores, principalmente nas greves que paralisam a produção de empresas transnacionais como Pepsi-Cola, Mitsubishi Motors Corporation... Se o critério ‘teórico’ para definir o caráter do regime político como proimperialista for os contratos com as transnacionais do petróleo, então o governo Chávez seria por esta tese um dos mais fiéis aliados de Obama no continente!” — **Os que defenderam a frente única com Kadafi para derrotar os ‘rebeldes’ da OTAN na Líbia devem ‘votar em Chávez contra o imperialismo’ na Venezuela?**, 9 de agosto de 2012. Disponível em: <http://lbi-qi.blogspot.com.br/2012/08/os-que-defenderam-frente-unica-com.html>

Hoje ouvimos da direção da LBI que Chávez, que antes podia ser considerado “um dos mais fiéis aliados de Obama no continente” (o que, diga-se de passagem, foi um exagero quantitativo) passou a nada mais nada menos que “o maior símbolo contemporâneo da resistência nacionalista a esta ofensiva imperial”. Também a LBI pode ser incluída entre os “revisionistas mais esquecidos”. Além de esquecer as lições da teoria da Revolução Permanente, esqueceu o que ela própria escreveu há poucos meses. Esse é o resultado quando se opta por substituir o marxismo por sandices.

A Frente Brasil Popular de 1989

Enquanto nós esperamos que a maior parte da esquerda não vá se manifestar sobre a mais recente capitulação da LBI, acreditamos que ao menos vão querer se pronunciar os seus ex-companheiros da Liga Comunista (LC), atualmente associada à Tendência Militant Bolchevique (TMB) argentina e ao Socialist Fight britânico de Gerry Downing. A LC rompeu com a LBI em 2010, acusando a direção da LBI de se tornar “cética” sobre as capacidades de um pequeno grupo revolucionário se desenvolver e por ter uma atividade de cunho inteiramente virtual-literário. Até agora, a LC não abordou a capitulação da LBI ao chavismo. Se o fizer, talvez ela busque apresentar essa posição como um grande giro que transforma abertamente a LBI em uma organização oportunista pouco diferente das demais.

Mas esta não foi a primeira vez que a LBI adotou uma posição de apoiar eleitoralmente uma candidatura burguesa, ao mesmo tempo em que nutria profundas ilusões sobre seu potencial para ir contra o imperialismo. Na verdade, uma posição que a LBI reivindica, e que até o momento a LC não declarou publicamente se mantém ou não, foi o apoio à frente popular encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores em 1989. No editorial em que declara apoio a Nicolas Maduro, enquanto tentava justificar sua atual capitulação, a LBI citou essa posição como um precedente político:

“Mais recentemente, o apoio crítico dado pelos revolucionários [sic] à candidatura Lula em 1989, diga-se de passagem, reivindicado por absolutamente todas as correntes políticas que se reivindicam trotskistas em nosso país [sic], também pode explicar como é possível apoiar criticamente no terreno das eleições um candidato reformista ou nacionalista burguês, se em determinado momento as massas usam esta candidatura para expressar, ainda que deformadamente, sua luta contra o imperialismo. Não porque se tratava de se depositar confiança ou ilusões em Lula, ao contrário, compreendia-se perfeitamente seus limites programáticos e de classe. Porém, era no momento o que representava concretamente o apoio da parcela mais consciente da vanguarda no país, expressava a radicalidade (contida) e o ascenso das massas exploradas como produto da falência do antigo regime militar-civil de Sarney.” (ênfase nossa)

A aliança de Lula com Bisol (latifundiário e senador eleito pelo PMDB, que depois foi para o PSDB e finalmente para o PSB, todos partidos burgueses) revelava o caráter de classe inequivocamente burguês da frente popular de 1989. A pergunta é como essa frente poderia ter servido para que as massas supostamente expressassem sua luta contra o imperialismo? Em um debate dos candidatos a presidente, respondendo uma provocação de Mario Covas (PSDB), Lula define como “imbecil” qualquer pessoa “tentar evitar a participação do capital estrangeiro na economia de um país” e prossegue defendendo que é necessário apenas “regular a remessa de lucros tal

como se dá hoje”. Isso é, no máximo, um programa que reivindica uma migalha a mais para a burguesia brasileira enquanto mantém a subordinação do país ao capital imperialista, nem de perto um programa de “luta contra o imperialismo”. Por sinal, nessa mesma ocasião Lula aproveitou para lembrar que esteve em muitas discussões para convencer os membros da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) de suas propostas e Mario Covas declarou seu acordo geral com a política econômica de Lula.

Completamente contraditória ao falar da candidatura petista de 1989, a LBI apontou, em um artigo publicado em 2007, que tal coalizão era “progressiva” e que “canalizava de maneira torpe as tendências à independência de classe do proletariado” (*Há 5 anos da ruptura com Causa Operária: um breve balanço político*). Isso só é possível, evidentemente, se a direção da LBI considera que setores da burguesia brasileira pudessem ser “progressivos” e que a aliança direta com a classe dominante tivesse representado (ainda que de forma “torpe”) a “independência de classe do proletariado”. Essa contradição fica explícita em outro trecho do mesmo documento:

“A constituição da Frente Brasil Popular, em 89, teve a função de sufocar e sepultar os traços políticos timidamente classistas do PT, disciplinando a candidatura Lula no marco da estabilidade e salvaguarda do regime burguês. Neste sentido, em 89, apoiamos criticamente a candidatura presidencial de Lula, porque, além de agrupar a vanguarda mais combativa e consciente do movimento operário e popular, representava uma referência política de luta e de classe para a população trabalhadora.” (ênfase nossa). — *Há 5 anos da ruptura com Causa Operária: um breve balanço político*, junho de 2000. Publicado no Jornal Luta Operária nº 149, junho de 2007. Disponível em: <http://www.lbiqi.org/lbi-noticias/partido-revolucionario/ha-5-anos-da-ruptura-com-causa-operaria-um-breve-balanco-politico>

Isso demonstra a confusão completa da LBI sobre essa questão. Se a candidatura de Lula era uma “referência de luta” para a população trabalhadora em 1989, era papel dos revolucionários combater o que se tratava de uma *ilusão*, ao invés de “apoiar criticamente” essa traição. Se não fosse uma ilusão a identificação dos trabalhadores com Lula, como poderia a sua candidatura ter tido “a função de sufocar e sepultar os traços políticos timidamente classistas do PT, disciplinando a candidatura Lula no marco da estabilidade e salvaguarda do regime burguês”? Numa situação como essa, os revolucionários não devem dar nenhum apoio (nem mesmo “crítico”) à frente popular e sim reivindicar o rompimento de todos os setores da classe trabalhadora com a burguesia. O apoio eleitoral crítico ao PT só poderia ser condicional ao seu rompimento com os setores burgueses da Frente Brasil Popular.

A LBI também deixa clara a sua inconsistência ao criticar recentemente outros grupos na esquerda

precisamente por darem “apoio crítico” a frentes populares.

“Uma política classista para as eleições burguesas nada tem a ver com a defesa do ‘apoio crítico’ a projetos de mini frente popular, como fazem os Morenistas entusiastas apologistas da intervenção da OTAN nas guerras civis da Líbia e Síria.”

– **Afundando a todo vapor, Haddad e outros companheiros petistas esperam por ‘boletins médicos’ para se manterem vivos na corrida eleitoral às principais prefeituras do país, 8 de agosto de 2012.** Disponível em: <http://lbi-qi.blogspot.com.br/2012/08/afundando-todo-vapor-haddad-e-outros.html>

Mas se devemos combater os revisionistas que dão apoio crítico a “projetos de mini frente popular”, o que dizer daqueles que deram apoio crítico a uma frente popular grande e forte, como foi a candidatura petista de 1989? Podemos acrescentar que ao menos alguns dos grupos oportunistas contra os quais a LBI constantemente esbraveja suas “polêmicas” não chegarão a capitular tão abertamente ao chavismo quanto ela própria está fazendo nas atuais eleições venezuelanas.

Também é sintomático que uma organização como a LBI, que tem sempre feito questão de esclarecer suas diferenças com as demais organizações na esquerda, esteja tentando justificar o seu apoio à Frente Brasil Popular de 1989 se escondendo atrás da afirmação de que tal apoio foi supostamente “reivindicado por absolutamente todas as correntes políticas que se reivindicam trotskistas em nosso país”. Além do mais, tal afirmação é mentirosa. Essa é uma posição consensual apenas entre os revisionistas, dentre os quais se inclui a LBI. Os trotskistas consistentes não reivindicam o “apoio crítico” a nenhuma frente popular. Nós do Reagrupamento Revolucionário reivindicamos que em 1989 os revolucionários deveriam ter se oposto à Frente Brasil Popular. Qualquer apoio eleitoral crítico deveria ser condicional a um rompimento prévio do PT com os seus aliados burgueses. Uma organização predecessora do Reagrupamento Revolucionário, que desde então se degenerou burocraticamente [3], defendeu certa vez que:

“Ofrentepopulismo(ouseja, umblocoprogramático, normalmente pelo poder governamental, entre organizações de trabalhadores e representantes da burguesia) é traição de classe. Os revolucionários não podem dar nenhum apoio, nem mesmo ‘crítico’, a participantes de frentes populares.”

– **Pelo Trotskismo!**, programa adotado pela Tendência Bolchevique Internacional (TBI) em novembro de 1986. Disponível em: <http://reagrupamento-rr.blogspot.com.br/2011/12/pelo-trotskismo-tendencia-bolchevique.html>

Além disso, nós temos conhecimento de outras

organizações que reivindicam o trotskismo que, embora não revolucionárias, também não defendem a posição de apoio eleitoral à frente popular de 1989 e que não merecem ser difamadas pela falsa afirmação dos líderes da LBI de que “absolutamente todas as correntes políticas que se reivindicam trotskistas em nosso país” compartilharam da sua capitulação.

Embelezando Kadafi na guerra imperialista contra a Líbia

Outro precedente significativo para a atual posição da LBI foi em 2011, durante a guerra imperialista conduzida pela OTAN e seus assessores nativos contra a nação oprimida da Líbia. Apesar de reivindicar corretamente a defesa militar da Líbia contra o bloco Rebeldes/OTAN, a LBI fez questão de tentar blindar Kadafi, ao defender contra a realidade que este não era nenhum tipo de “ditador” ou “tirano”, como nós comentamos em uma breve polêmica de novembro de 2011 [4]. Nessa época, a LBI também fez elogios pouco merecidos a Kadafi, como a afirmação de que ele “lutou bravamente” contra as tropas imperialistas:

“Kadafi morreu lutando bravamente contra forças infinitamente superiores, do ponto de vista bélico. Dirigiu a resistência militar à ocupação de seu país até o limite de sua própria vida, ao contrário dos que afirmaram que Kadafi fugiria como um rato, como fazem os ‘ditadores’ ou ‘democratas’ covardes no enfrentamento direto com o imperialismo.”

– **OTAN assassina Kadafi que comandava bravamente os combates contra ocupação de Sirte pelos mercenários do imperialismo, 20 de outubro de 2011.** Disponível em: <http://lbi-qi.blogspot.com.br/2011/10/otan-assassina-kadafi-que-comandava.html>

Ao mesmo tempo em que os revolucionários combatiam as mentiras da OTAN (de que supostamente intervia na Líbia para “proteger” a população contra o ditador), era também necessário que a classe trabalhadora



Para a LBI, Kadafi, que massacrrou por anos o proletariado líbio, impedindo-o de lutar por seus direitos e de se organizar em sindicatos e partidos de classe, deveria receber aspas aos ser chamado de ditador. [imgur.com]

internacional tivesse clareza de quem era Kadafi e do porque os revolucionários tomavam o seu lado militar no conflito (sem lhe dar nenhum apoio político) apesar do seu regime ditatorial burguês.

A LBI não apoiou apenas militarmente o regime de Kadafi nessa guerra (o que significa não denunciar completamente seu caráter político ditatorial burguês e de colaboração com o imperialismo). Kadafi combatia as tropas imperialistas (ainda que contra sua vontade inicial e pelos seus próprios interesses burgueses), e era do interesse do proletariado internacional a derrota militar da OTAN e a defesa da Líbia. Ainda que uma vitória bélica de Kadafi não significasse uma conquista direta para a classe trabalhadora, ela teria sido uma derrota monumental para os imperialistas. Mas com a vitória da OTAN, ainda mais correntes passaram a sufocar o proletariado líbio.

A LBI aproveitou essa ocasião para tentar livrar a cara de Kadafi pelos seus 40 anos de opressão ditatorial contra o proletariado líbio, que garantiram que a classe trabalhadora não pudesse se organizar em partidos de esquerda, em sindicatos e nem ter outras liberdades democráticas. Para a LBI, falar a verdade de que Kadafi era um ditador de alguma forma atrapalhava a resistência contra o imperialismo. Talvez para os interesses de Kadafi, mas não para os interesses do proletariado.

A posição da LBI em 2011 tem muitas semelhanças com a sua atual capitulação ao chavismo. Mais uma vez, ela não se ateve aos interesses do proletariado, que exigem tomar um lado militar em investidas imperialistas (como em 2002) ou defender as parciais nacionalizações que Chávez realizou. Ela também está dando um apoio político ao nacionalismo-burguês, gerando assim ilusões na capacidade e na vontade dos dirigentes “bolivarianos” de defender efetivamente os trabalhadores. Os revolucionários genuínos dizem aos trabalhadores para se organizarem de forma independente e com seu próprio programa, sem confiar ou votar nos chavistas.

Não devemos nos esquecer, também, que o próprio Chávez apoiou Kadafi politicamente, semeando ilusões de que regime sanguinário não seria uma ditadura. Ao menos nesse ponto vem à tona alguma coerência (ainda que oportunista) nas sandices da LBI.

Conclusão

Nas eleições venezuelanas de 14 de abril, os revolucionários devem aproveitar para intervir com as ideias essenciais do marxismo revolucionário de nossa época, o trotskismo. Isso inclui explicar que as eleições não alteram significativamente a balança das forças de classe do país, que se trata de uma enganação da burguesia para tentar legitimar o seu regime de exploração e opressão. Que o verdadeiro combate à burguesia, à direita golpista e ao imperialismo se dá nas fábricas, nos campos e nas ruas. Que é só por meio da luta direta que um genuíno governo proletário pode ser estabelecido. Por esse motivo é preciso fazer campanha contra as candidaturas burguesas, não apenas a da odiosa direita golpista, mas também a do chavismo.

Se houver candidatura de alguma organização da classe trabalhadora (mesmo reformista ou centrista)

que se oponha abertamente às coalizões com a burguesia e se recuse a aceitar qualquer tipo de apoio (político e financeiro) capitalista, os revolucionários podem dar apoio crítico a tal candidatura como forma de defender um voto de classe contra os patrões. Mas ao mesmo tempo em que explicam a importância da independência de classe, tal voto crítico implica fazer todas as críticas necessárias a tal candidatura, com o objetivo de também ganhar para o programa revolucionário os apoiadores que tenham ilusões nos líderes reformistas ou centristas. Se não existir nenhuma candidatura com essas características, os revolucionários não devem apoiar nenhum candidato e demarcar a posição política do proletariado em oposição a todas as frações burguesas.

A LBI está claramente procurando substitutos nacionalistas burgueses para proteger os trabalhadores contra o imperialismo, como classicamente fazem os revisionistas. Este tipo de giro político repentino (como a própria LBI reconheceu ser) geralmente é uma causa de rachas em organizações com uma vida interna democrática. Enquanto nós não descartamos completamente essa possibilidade, nós achamos improvável que ocorra na LBI um racha com base numa luta fracional organizada.

Os dramáticos giros políticos da LBI são uma prova considerável de que sua direção não é composta de marxistas sérios, mas sim de gente que não merece a menor confiança política do proletariado ou de sua vanguarda. A quantidade de mudanças, sandices e de outros traços duvidosos demonstram que essa organização não passa de uma seita, cuja direção substituiu o marxismo por teorias da conspiração, falsificações grosseiras e coisas do tipo [5]. Dessa forma, a direção da LBI já há muitos anos pavimentou o caminho para esse último giro recente, que provavelmente não vai gerar fortes reações em seus membros de base e que definitivamente sepultou a falsa imagem de ortodoxia que a LBI criou para si.

Ainda assim, seria extremamente positivo se ao menos alguns militantes que, ao contrário da liderança da LBI, ainda sejam politicamente saudáveis, deixem o grupo em repulsa a tal giro e a tudo que ele representa. Convidamos àqueles que estejam procurando sinceramente por uma linha revolucionária que considerem as críticas e as posições do Reagrupamento Revolucionário e deixem imediatamente o barco já quase naufragado que é a LBI.

NOTAS

[1] A título de exemplo, podemos citar o escândalo do Proconsult, uma fraude ocorrida na contagem de votos nas eleições para governador do Rio de Janeiro em 1982 e que tinha a intenção de dar a vitória para o candidato herdeiro da Arena, Moreira Franco, ao invés de Leonel Brizola (PDT). Apesar do uso atual de urnas eletrônicas, não temos motivos para nos sentirmos mais seguros, pois diversos estudos já apontaram para a possibilidade delas serem violadas. Mas para isso são necessários indícios ou evidências de fraude, que não podem existir apenas nas cabeças de dirigentes políticos que não fazem a menor questão de justificar suas afirmações.

[2] Inclusive, seguindo a mesma linha de abobrinhas conspiratórias, a LBI alega que Chávez teria sido “covardemente assassinado”:

“Por isto, diante do ascenso multitudinal das massas venezuelanas após a morte provocada de Chávez (desde a Guerra Fria a CIA

vem trabalhando com afinco para desenvolver substâncias que podem matar líderes ‘inconvenientes’ de países não-alinhados sem deixar qualquer vestígio ou provas de envenenamento), as ameaças declaradas do monstro imperialista e da ‘oposição’ golpista a soldo da Casa Branca e uma possível ‘mobilização democrática’ organizada pela CIA, nada mais correto do que os genuínos revolucionários lançarem a palavra de ordem de acompanhar o apoio a Maduro sem capitular ao chavismo”

— **Editorial do Jornal Luta Operária # 253**, 19 de março de 2013. Disponível em:

http://lbi-qi.blogspot.com.br/2013/03/leia-o-editorial-do-jornal-lutaoperaria_19.html

Ou a direção desse grupo tem acesso a informações privilegiadas que nenhum outro grupo na esquerda possui, ou ela definitivamente vive no seu próprio mundo de fantasias.

[3] Para uma avaliação desse processo de degeneração, conferir *A Tendência Bolchevique Internacional “Explica” sua Falência*, de março de 2012. Disponível em:

<http://reagrupamento-rr.blogspot.com.br/2012/07/a-tendencia-bolchevique-internacional.html>

[4] Conferir *Um Tirano sem Aspas*, de novembro de 2011. Disponível em:

<http://reagrupamento-rr.blogspot.com/2011/11/polemica-com-lbi-sobre-questao-libia.html>

[5] Ao longo do artigo já citamos algumas das bizarrices que tal grupo produziu recentemente: alegar que toda eleição é fraudada desde o seu início, que Chávez foi assassinado e que foi “o maior símbolo contemporâneo da resistência nacionalista” ao imperialismo, e que o regime de Kadafi não era uma ditadura. Porém, a lista é grande e podemos incluir mais alguns fatos que marcam bem as características de seita deslocada da realidade que a LBI carrega: em 2001 justificaram seu apoio ao atentado ao

World Trade Center em 11 de setembro alegando que não havia trabalhadores no prédio, apenas agentes da CIA e “yuppies”; em 2008 adulteraram uma foto de um ato de Primeiro de Maio ocorrido em Fortaleza, adicionando digitalmente montes de bandeiras da LBI (inclusive na mão de militantes de outras organizações!) e publicando com a legenda “coluna da LBI no ato da Conlutas em Fortaleza”; em 2011 acusaram o Instituto Latino Americano de Estudos Sociais (ILAESE) de servir de ponte entre o PSTU e um suposto financiamento do Departamento de Estado dos EUA, sem apresentar nenhuma prova para tal afirmação (!). Sem dúvidas aqueles com paciência (e estômago) para procurar mais fatos do tipo encontrarão farto material no site da LBI.



Acima: coluna da LBI no ato da Conlutas em Fortaleza.

Foto adulterada, com a legenda “coluna da LBI no ato da Conlutas em Fortaleza” (2008). Até uma militante do PSTU “recebeu” uma bandeira do grupo, no afã da LBI de falsificar a realidade. [midia independente.org]

Por um movimento estudantil classista na UFRJ

Nenhum apoio àqueles que capitulam a governos e reitorias!

11 de junho de 2013

As eleições para o DCE da UFRJ acontecem num momento em que é mais do que nunca necessário discutirmos, enquanto movimento estudantil, uma perspectiva de luta que possa realmente derrotar o projeto do governo Dilma/PT de uma educação superior a serviço dos grandes empresários. Esse governo quer uma educação cada vez mais privada (alimentando com altíssimas mensalidades e dinheiro público os empresários que fazem do *direito* que é educação uma mercadoria); cada vez mais precarizada (com muitos funcionários terceirizados, em sua maioria negros e mulheres, sem direitos ou voz na universidade); e em que as faculdades públicas são um privilégio para poucos, para dizer o mínimo. Nos últimos dez anos, vimos um aprofundamento de uma política capitalista para a educação. Os filhos dos trabalhadores ainda são uma pequenina minoria no ensino superior.

A grande greve da educação no ano passado mostrou que há muita disposição dos estudantes e trabalhadores em não aceitar de boca fechada essa situação. Mas se o movimento não estiver armado com um projeto político, vigor e determinação de uma liderança resoluta, muita luta pode acabar em pouco resultado. A greve conseguiu conquistas, mas ficou aquém das possibilidades precisamente porque lhe faltava uma estratégia para impor uma derrota, ainda que não definitiva, ao governo. Acreditamos que apenas através de uma estratégia claramente

classista é que o movimento estudantil atingirá a vitória em torno de suas demandas mais centrais e será capaz de garantir de fato a tão alardeada *educação pública, gratuita e de qualidade*.

Ao escolher o nosso DCE, estamos escolhendo lideranças para as lutas que virão. Nosso critério de posicionamento nessas eleições não pode se pautar por posições isoladas aqui ou ali, ele deve ter como critério fundamental a presença de uma estratégia minimamente consistente de aliança com os trabalhadores dentro e fora da universidade. Entretanto, nenhuma das três chapas que se apresentaram contém tal estratégia. Isso se torna evidente, por exemplo, na sua incapacidade de levantar como princípio a oposição à participação, apoio ou voto nas reitorias e governos que nos reprimem e que nos atacam.

A Chapa 1, “Mãos à Obra”, fala muito de ação, e promete lutar por conquistas para os estudantes. Mas muitos desses senhores (dentre os quais se incluem líderes do PT e PCdoB/UJS) são defensores do governo Dilma, que realiza os maiores ataques contra os estudantes e trabalhadores, dentro e fora da UFRJ. É uma chapa comprometida com a defesa do plano de precarização do REUNI, uma chapa que considera que o PROUNI e o FIES (isenções fiscais milionárias para universidades privadas em troca de pouquíssimas vagas) é um bom projeto para a educação brasileira; se vitoriosa, essa chapa irá transformar

o DCE em uma simples agência de propaganda do governo federal. Indivíduos comprometidos com a defesa do governo não são capazes de defender os estudantes e trabalhadores contra a EBSEH, medida do governo que avança a privatização dos Hospitais Universitários, nem contra os inúmeros cortes de verba da educação pública ou a transferência de recursos públicos para os conglomerados da educação privada. A Chapa 1 mente quando diz defender os estudantes e trabalhadores. Estão mesmo é do lado dos governos que atacam sem piedade os protestos operários e estudantis. Não passam de capachos do governo dentro do movimento estudantil e por isso merecem repúdio e nenhuma confiança de qualquer estudante que esteja preocupado com uma educação de qualidade.

Já as chapas 3, “**Prepara, que agora é hora!**” e 2, “**De que lado você samba?**”, apesar de não serem parte do governo federal e se declararem como oposição a ele e à reitoria da UFRJ, não foram capazes de se colocar enquanto uma alternativa consequente ao projeto governista-empresarial. Vamos a elas.

A Chapa 3 é composta por vários grupos políticos, dentre os quais um dos componentes da atual gestão do DCE, o coletivo “Nós não vamos pagar nada”. A chapa também inclui companheiros de diversas correntes do PSOL e independentes, a UJC/PCB e o Movimento Correnteza. Na sua composição, algumas coisas saltam aos olhos. O **Movimento Correnteza**, grupo impulsionado pelo PCR com independentes, prestou apoio ao reitor da UFRJ na “eleição” desproporcional que o elegeu: o mesmo reitor que reprime os estudantes do alojamento, implementa os ataques do governo na UFRJ e que quer a provação da EBSEH. Esses companheiros já falaram em diversas ocasiões que se deve disputar o uso de verbas do REUNI (num contexto de resignação ao mesmo), ao invés de buscar derrotar esse projeto nas lutas; os senhores do PCR também votaram no governo federal em 2010; um panfleto de sua autoria na época, dizia para votar em Dilma porque ela “luta com os trabalhadores” (!). O restante da Chapa 3, é claro, mantém absoluto silêncio sobre esse papel de um dos seus componentes principais. Alguns membros da chapa dizem que foi feita uma “autocrítica” dessas posições criminosas, mas onde? Em salas fechadas e reuniões de cúpula? Tendo em vista o histórico do Movimento Correnteza, não podemos acreditar nem um pouco em tal *mea culpa*.

Essa complacência dos outros grupos da Chapa 3 com as traições do Correnteza não surpreende. Todos os coletivos que compõe a chapa apoiaram a candidatura a prefeito de Marcelo Freixo/PSOL nas últimas eleições municipais. Mas quando Freixo buscava aliados patronais para formar uma candidatura (flertou com Fernando Gabeira e mesmo com o jogador/político Romário), não disseram uma vírgula. Quando Freixo falou em rede aberta de televisão que “dependendo da situação” poderia sim cortar ponto de trabalhadores públicos que estivessem em greve (um dos métodos preferidos de repressão da burguesia), todos esses coletivos da Chapa 3 fingiram que não tinham ouvido e continuaram a apoiá-lo sem ressalvas. Portanto, essa chapa já nasceu mostrando que não tem coerência para combater o governo, a reitoria e seus pelegos da Chapa 1, pois é incapaz de colocar a classe trabalhadora no centro de seu programa.

A Chapa 2 é outro dos fragmentos da atual gestão do DCE, que se dividiu. Ela é composta pela **Juventude do PSTU** e independentes (e às vezes se sente confortável em se considerar a “chapa da ANEL”, embora esta entidade inclua outras forças políticas minoritárias que não a integram). A Chapa 2 faz críticas acertadas tanto aos governistas traidores da Chapa 1 quanto à aliança do coletivo “Pagar nada” com o capitulador Movimento Correnteza.

Mas, apesar de ter sido abandonada pelos seus antigos companheiros de gestão, que preferiram uma aliança com os que votam no reitor e no governo, a Juventude do PSTU tentou ter uma plataforma conjunta com os grupos que formaram a Chapa 3. Primeiro tentaram isso através de uma negociação de

cúpula sobre o número de cadeiras da futura gestão e depois pelo chamado a uma “convenção democrática”. Como eles mesmos puseram em seu material, “*Até o último momento, nós da Chapa 2 - ‘De que lado você samba?’, propusemos uma chapa unitária da esquerda, através da realização de uma Convenção de Chapa Ampla e Democrática, mas infelizmente, o convite foi recusado*”.

Logo, o fato da Juventude do PSTU estar saindo em uma chapa própria não decorre de uma oposição visceral à alianças espúrias, como a Chapa 2 vem tentando fazer parecer. A Chapa 2 não é o fruto de um rompimento político consciente com aqueles que abrem mão da independência do movimento estudantil, por mais que ela tenha atraído alguns estudantes independentes através desse discurso. E não poderia ser de outra forma, pois nela também se faz ausente uma estratégia clara de independência de classe e um norte de aliança operário-estudantil.

Essa insuficiência da Chapa 2 fica mais clara se olharmos para o histórico do grupo que a impulsiona. Nas últimas eleições municipais, na cidade de Belém do Pará, a Juventude do PSTU compôs uma chapa para prefeito que incluía o PCdoB/UJS, que eles acusam (com razão) de serem os maiores coveiros do movimento estudantil brasileiro. Mas quando lhes convém, como nessa ocasião de Belém, eles participam da mesma campanha conjunta, deixando de lado a independência de classe! Não é à toa que a classe trabalhadora não figura como elemento central do programa da Chapa 2 (que praticamente nem fala de trabalhadores em seus materiais e campanhas).

Por esses motivos, o **Reagrupamento Revolucionário** não está apoiando nenhuma das chapas da atual eleição. Diferente de outras ocasiões, onde reivindicamos um voto crítico em chapas que, mesmo com um programa insuficiente, se baseavam em um marco de classe, vemos que no presente processo eleitoral nenhum dos setores chegou sequer perto de um programa centrado na classe trabalhadora, ficando todos eles limitados a demandas recuadas e circunscritos a um setorialismo estudantil.

Certamente estaremos lado a lado dos companheiros das chapas 2 e 3 nas lutas em curso (como a batalha contra o aumento das passagens dos transportes e contra a EBSEH) e nas que virão pela frente. Mas dizemos fraternalmente que nenhuma das duas levantou de forma consequente a bandeira da independência a governos e reitorias, o que passa por defender um programa que seja claramente classista. Por isso, para além das eleições, seguiremos no dia a dia defendendo um programa que inclua os seguintes eixos:

- Por uma posição classista no movimento estudantil: defender uma aliança estratégica com os trabalhadores efetivos e terceirizados, dentro e fora da universidade, para derrotar os ataques do governo do PT e dos patrões!
- Lutar levantando a perspectiva do fim do vestibular/ENEM para acabar com esse funil racial e social! Livre acesso já!
- Estatizar as universidades privadas sem indenização, sob controle dos estudantes e trabalhadores! Chega de mensalidades!
- Pela efetivação sem barreiras de todos os terceirizados, com igualdade de salários e direitos!
- Formar comissões de estudantes e trabalhadores para defender os negros, mulheres e LGBT contra a opressão na universidade e arredores! Creches, bandejões e alojamentos gratuitos, sob demanda!
- A educação só poderá ser realmente livre num mundo socialista!

[Leia também o APÊNDICE disponível em nosso site/blog, que consiste em uma nota de 29 de maio de 2013, repudiando falsos boatos segundo os quais o RR estaria compondo e/ou apoiando a Chapa 3 ou a Chapa 2.]